

Jurandir Malerba

O Brasil Imperial

(1808 - 1889)

Panorama da história do Brasil no século XIX



O Brasil Imperial (1808-1889):

Panorama da história do Brasil no século XIX



Editora da Universidade Estadual de Maringá

Reitora: Prof^ª M^a Neusa Altoé
Vice-Reitor: Prof. Dr. José de Jesus Previdelli

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Prof. Dr. Gilberto Cezar Pavanelli. **Coordenador Editorial:** Prof. Dr. Jean Vincent Marie Guhur. **Membros:** Prof. Dr. Antonio Cláudio Furlan, Prof^ª Dr^a Astrid Meira Martoni, Prof. Dr. Carlos Kemmelmeier, Prof^ª Dr^a Celene Tonela, Prof^ª Dr^a Celina Midori Murassi, Prof. Dr. Celso Luiz Cardoso, Prof. Dr. Fernando Antonio Prado Gimenez, Prof. Dr. Gentil José Vidotti, Prof^ª Dr^a Lizete Shizue Bomura Maciel, Prof^ª Dr^a Maria Suely Pagliarini, Prof. Dr. Renilson José Menegassi, Prof. Dr. Thomas Bonnici. **Comissão de Revisão em Língua Portuguesa e Inglesa:** Prof^ª M^a Eliana Alves Greco, Prof^ª M^a Jacqueline Ortelan Maia Botassini, Prof. Jorge Júnior do Prado, Prof. José Hiran Sallée, Prof. M. Manoel Messias Alves da Silva, Prof. Dr. Salvador Piton, Prof. Dr. Silvestre Rudolfo Böing. **Diretoria Geral:** Prof^ª Dr^a Silvina Rosa. **Secretária:** Maria José de Melo Vandresen.

JURANDIR MALERBA

O Brasil Imperial (1808-1889):

Panorama da história do Brasil no século XIX



Maringá
1999

FICHA TÉCNICA

Divisão de Editoração

. Marcos Kazuyoshi Sassaka
. Marcos Cipriano da Silva
. Juliano Rodrigues Lopes

Diagramação

. Marcos Cipriano da Silva
Tiragem
. 500 exemplares

Capa

. Jurandir Malerba
. Marcos Kazuyoshi Sassaka

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central – UEM, Maringá

M245 Malerba, Jurandir
 O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil
 no século XIX / Jurandir Malerba. -- Maringá : Eduem, 1999.
 192 p. : il., fotos.

ISBN 85-85545-38-0

1. História do Brasil – Século XX. 2. Brasil – Período imperial,
1808-1899. 3. Historiografia. I. Título.

CDD 981.04
CIP NBR 12.899 – AACR2

Copyright ©1999 para Jurandir Malerba

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer
processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a
autorização, por escrito, do autor.

Todos os direitos reservados desta edição ©1999 para Eduem

Endereço para correspondência:

Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá
Universidade Estadual de Maringá
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Divisão de Editoração
Av. Colombo, 5790 - Bloco 115/Campus Universitário
87020-900 - Maringá-Paraná-Brasil
Fone: (044) 261-4253 e (044) 261-4394
Fax: (044) 263-5116
Home Page: <http://www.ppg.uem.br>
E-mail: eduem@ppg.uem.br

DOWNLOAD FREE

*A todos os estudantes de História,
em especial aos meus alunos da UEM.*

DOWNLOAD FREE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
Desatando os laços: a emancipação política brasileira (1808-1831)	5
CAPÍTULO II	
A herança colonial e a economia escravista na primeira metade do século XIX	27
CAPÍTULO III	
A sociedade escravista e a construção do Estado	39
CAPÍTULO IV	
A consolidação da ordem: da Abdicação à supremacia conservadora (1831-1850)	47
CAPÍTULO V	
Resistência e conflito no período regencial	61
CAPÍTULO VI	
O império maduro: auge do regime monárquico (1850-1870)	73
CAPÍTULO VII	
A Guerra do Paraguai e os rumos do II Reinado	89
CAPÍTULO VIII	
Expansão econômica e encaminhamento do problema de mão-de-obra no II Reinado	99
CAPÍTULO IX	
Estado e cultura no século XIX	109
CAPÍTULO X	
O império senil: a derrocada do regime (1870-1889)	123
CONCLUSÃO	
Continuidades e rupturas na mudança do regime	147
GLOSSÁRIO	151
CRONOLOGIA DO BRASIL IMPERIAL	155
ROTEIRO BIBLIOGRÁFICO	169
GUIA BIOGRÁFICO	175

DOWNLOAD FREE

INTRODUÇÃO

A história do Brasil imperial traz as marcas dos grandes embates históricos vividos pelo Ocidente no século XIX. Sofreu diretamente os efeitos das revoluções burguesas que exilaram a família real no Rio de Janeiro em 1808, definindo aí os rumos da emancipação política da Colônia portuguesa na América. A proclamação formal da Independência pelo príncipe D. Pedro em 1822 e sua Abdicação em 1831, quando já Imperador do Brasil, são os dois outros momentos políticos culminantes desse início de século conturbado. Tudo isso é a matéria do capítulo I.

Aliás, a opção por se escrever um roteiro histórico do século XIX que tenha por título - **Brasil imperial** - já denota em si a ênfase depositada sobre o elemento político. Hoje, quando são profundas as lacunas causadas por um abandono voluntário da esfera política pela *historiografia* - a ponto de muitos já conclamarem por um retorno a ela-, em favor de uma história cotidiana de homens e mulheres comuns, aquela opção poderia ser entendida como um retrocesso. Hoje, quando se está escrevendo uma história da vida privada no Brasil, se investigando a fundo uma história de gênero, das mulheres, da família, da criança, dos sujeitos informais da história, da sexualidade e da bruxaria, a opção pelo político se torna menos justificável.

Mas é justamente aqui que ela se explica. Antes de mais nada, pelos parâmetros deste próprio livro. Percorrer um longo século de história tão rico quanto foi a do Brasil oitocentista em algumas dezenas de páginas impõe ao investigador estabelecer-se limites. Quando se pensa em “Brasil” ou qualquer outro país,

é claro que se o considera em seu todo: sua estratificação social, suas variedades culturais horizontais (regionais) e verticais (sociais), formas de religiosidade, de trabalho e produção de riqueza, de convívio e de lazer, de contornos naturais e por aí afora. Mas, sobretudo, destaca-se em nossa mente uma unidade geo-política, uma sociedade organizada sob determinadas formas de um Estado e enquanto uma Nação. Para além do fato de que aquelas histórias da vida privada e do cotidiano ainda estão sendo escritas, o elemento que dá unidade à história do Brasil no século XIX é a construção do Estado-nação e a manutenção de determinadas formas de trabalho que lhe dariam sustentação, numa palavra a escravidão.

É sobre esses dois eixos que se constrói essa narrativa. Por isso, após focar os primeiros momentos da mudança de estatuto político nos capítulos II e III, o olhar volta-se para as permanências nas formas de trabalho e na hierarquia social que se estenderam por toda a monarquia e as analogias possíveis entre as configurações da sociedade escravista e a constituição do Estado Imperial. A seção seguinte (IV) dedica-se a recuperar o período extremamente conturbado - e pouco estudado - da história brasileira conhecida como “regencial” quando, tendo o imperador abdicado do trono em favor de seu filho ainda menor de idade, e retornado a Portugal para disputar a sucessão do trono de lá, o governo do Brasil ficou por nove anos entregue a juntas chamadas “regências”. Nesse momento, que culminou com o predomínio dos conservadores no poder, eclodiram pelo país inúmeros movimentos sociais das mais diferentes formas, cujos principais são indicados no capítulo V.

Com o término das turbulências que caracterizam essa primeira metade do século, enfim assiste-se ao apogeu do Império. A extinção do tráfico negreiro em 1850 subitamente disponibilizava um gigantesco montante de capital, que podia então ser canalizado para outras esferas produtivas. Analisado no capítulo VI, esse é o momento de grandes melhorias urbanas, sobretudo na corte, da implantação da iluminação a gás, dos bondes e estradas de ferro. Mas é quando irrompe, ao lado da

crise financeira provocada pelo mesmo *boom* econômico, o divisor de águas do II Reinado, que foi a Guerra do Paraguai. Nos seis anos em que se estendeu, fez aflorar as grandes contradições da monarquia: a questão servil, as rusgas diplomáticas dela derivadas, o sistema eleitoral viciado e a corrupção no governo, o reconhecimento de uma oposição real de republicanos e dentro dos altos escalões do exército. Pareceu fundamental dedicar uma seção inteira - capítulo VII - para avaliar o caráter da Guerra da Tríplice Aliança e suas consequências diretas nos rumos do Segundo Reinado.

Ainda dentro do momento de prosperidade vivido após a virada de 1850 até o início da guerra, destacam-se em separado no capítulo VIII, essas transformações econômicas, da extinção do tráfico à Lei de Terras, dos investimentos ingleses ao problema da implantação do trabalho assalariado, resgatando um pouco as dificuldades enfrentadas pela indústria para implantar-se no Brasil do século XIX.

Mesmo uma reflexão calcada exclusivamente nas esferas da política e da sociedade não poderia furtar-se a, pelo menos, tocar na questão da história das idéias e da cultura. O capítulo IX, que não pretende absolutamente esgotar o assunto, tenta apenas apontar para as contradições vividas pelos intelectuais brasileiros dos oitocentos, das idéias liberais que importavam da Europa dispostas numa sociedade fundada na escravidão, da dependência crônica do mundo das artes e das letras dos auspícios do Imperador e, por fim, do caráter francamente nacionalista do *romantismo* brasileiro.

Por fim, num balanço conjunto, tenta-se entrelaçar os diversos elementos que conduziram à derrocada do regime.

O livro traz, ainda, quatro apêndices que pareceram de muita utilidade para o público a que se dirige. Em primeiro lugar, há um *Glossário*, onde encontram-se alguns conceitos mais técnicos, que poderiam dificultar a leitura se não se encontrassem assim definidos. Os termos que surgirem no texto grafados em *itálicos* (por exemplo, *Antigo Regime*), são então sucintamente definidos

no glossário ao final. Para facilitar a visualização “panorâmica” que este manual propõe, pareceu apropriada a inclusão de uma **Cronologia** – não obstante todas as resistências que este tipo de recurso vem sofrendo. Como seria impraticável amparar-se cada item, cada passagem do texto, nas extensas bases historiográficas que os fundam - o que inviabilizaria a intenção inicial de se elaborar uma visão panorâmica do Brasil no século XIX para não-especialistas – optou-se por preparar um **Roteiro Bibliográfico** final, ao qual o interessado possa recorrer como um guia. Também esse roteiro não é exaustivo, e nele se privilegia uma literatura básica, onde dispõem-se lado a lado obras “clássicas” mais antigas, como outras recentes e atualizadas. Por fim, segue ainda um **Guia biográfico**, com referência a quarenta e um dos nomes citados no texto. Quando o nome próprio constar deste guia, será seguido de um asterisco (*).

Depois da verdadeira “revolução historiográfica” das últimas décadas, uma cronologia e um guia biográfico poderiam ser taxados de velharia, por remeterem a um tipo de história “factual”, de nomes e datas, tal como praticavam os historiadores metódicos do século XIX. A insistência naqueles instrumentos repousa no entendimento de que os estudos monográficos que hoje se faz, ainda que inovadores metodologicamente, acabam perdendo e fazendo perderem-se referências históricas básicas – como a capacidade de se situar “nomes e datas” nos seus devidos lugares.

Esclarece-se, ainda, que esta obra é na maioria de suas seções um compêndio da memória historiográfica brasileira, ainda que se possa nela encontrar indícios do uso de fontes diferenciadas com as quais o autor veio trabalhando ao longo da última década. Fundado nesses dois alicerces, procurou-se oferecer informação e ao mesmo tempo propor uma interpretação um tanto pessoal do Brasil monárquico. Se este pequeno manual conseguir dar a seu leitor uma idéia geral da história da formação do Estado Imperial e da sociedade oitocentista brasileiras, considera-se que ele terá cumprido seu papel.

CAPÍTULO I

DESATANDO OS LAÇOS: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA (1808-1831)

Crise do antigo sistema colonial

No fim do século XVIII, começaram a ruir de maneira irreversível as bases do antigo *sistema colonial* da época mercantilista. A conquista e a posterior exploração do continente americano, sobretudo por espanhóis, portugueses, ingleses e franceses, ocorreram em sincronia com a expansão comercial e marítima empreendida pela burguesia européia. Amparadas no poderio militar dos Estados absolutistas, as grandes Companhias de Comércio praticamente redescobriram o mundo, instalando entrepostos comerciais em todos os continentes.

Na América, particularmente, montou-se um tipo de empresa de exploração, baseada na escravidão negra, que perdurou por três séculos - em algumas regiões como o Brasil e Cuba até mais. Com exceção do norte da América inglesa, que teve uma colonização peculiar, a ocupação do continente obedeceu à lógica do *sistema colonial*. Este baseava-se no *pacto colonial*, segundo o qual caberia aos comerciantes reinóis o privilégio de intermediarem o comércio das colônias. Em outras palavras, quase toda riqueza que se produzia nas regiões americanas era sorvida pelos europeus. Assim também nenhuma mercadoria

poderia ser importada diretamente de outros países pelas colônias - apenas das respectivas metrópoles ou através delas.

A lógica da empresa mercantilista, que tinha como fim o acúmulo de numerário, em busca de uma balança comercial favorável, fez instituir-se ao longo de três séculos formas de ocupação e exploração altamente depredatórias e extensivas. Alguns fatores como a fronteira aberta para o interior e o sistema de donatarias fizeram a agricultura surgir baseada no **latifúndio**.

No Brasil, a grande extensão territorial era desproporcional ao número reduzido de colonos disponíveis, levando a que se adotasse o trabalho escravo, que existia residualmente em algumas regiões européias. A maior fonte de abastecimento para o comércio humano foi a África. O tráfico constituiu-se numa das engrenagens centrais do antigo *sistema colonial* pois, além de suprir as colônias de força de trabalho, representava em si uma prática altamente lucrativa.

A função das colônias dentro do antigo *sistema colonial* era abastecer de produtos tropicais o mercado europeu. Isso fez com que no Brasil a ocupação territorial se arrastasse inicialmente pela costa marítima, a ponto de um viajante ter observado em seu diário que os brasileiros viviam a “arranhar as costas litorâneas, como carangueijos”. Os colonizadores só se dirigiram para o interior quando o incremento da atividade canavieira o exigiu. A sociedade que se formou nos trópicos, obedecendo ao próprio sentido da colonização, assentou-se no **trabalho escravo, no latifúndio e na monocultura**.

Fatores de ordem externa e interna começaram, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, a minar o *sistema colonial*. No plano internacional, assistiu-se a luta da burguesia européia contra os resquícios feudais e corporativos que impregnavam os Estados absolutistas, impedindo o livre comércio. Na Inglaterra, que passou por uma revolução burguesa dois séculos antes que a França, iniciava-se a **revolução industrial**. Grandes avanços de ordem técnica - como a

invenção da máquina a vapor e o contrato assalariado - alteraram a divisão social do trabalho em âmbito mundial. Principalmente a indústria têxtil passou a necessitar de quantidades cada vez maiores de matéria-prima (algodão), produzida nas colônias americanas. Ao mesmo tempo, era preciso ampliar seu mercado consumidor.

A lógica protecionista e monopolista do *sistema colonial* passou a se constituir em obstáculo à indústria britânica, contra a qual a Inglaterra começou uma obstinada luta.

No caso específico da colônia americana de Portugal, os ecos da **Revolução Francesa** e da **Independência Americana** ganharam aqui cores anti-colonialistas. Com o passar dos séculos, o elemento português, que veio como colonizador em nome da Coroa lusa, começou a enxergar-se como colono, com interesses próprios e distintos dos reinóis. Os negócios em que se envolveu, os laços matrimoniais e a constituição de famílias, o antagonismo em relação a outros grupos (como o especulador português e os escravos) aproximaram os segmentos dominantes locais, que manifestaram em várias oportunidades seu descontentamento em relação à dominação portuguesa. São expressivas desse descontentamento as conspirações que se sucederam em Minas Gerais (1788/9), Rio de Janeiro (1792) e Bahia (1798).

A vinda da corte

Um fator inusitado veio acelerar o distanciamento entre “brasileiros” e portugueses. Resistindo ao avanço das tropas napoleônicas e sob proteção inglesa, D. João, regente de Portugal, foi forçado a transferir-se com a família real e sua corte para sua colônia americana, onde chegou em janeiro de 1808. Esse acontecimento marca o início da emancipação política do Brasil. Subitamente, o Rio de Janeiro tornou-se a sede de todo o vasto Império lusitano. D. João chegou acompanhado de umas

quinze mil pessoas, entre burocratas, *áulicos*, diplomatas e uma “chusma de parasitas” que compunham sua *corte*.

De imediato, o regente viu-se forçado a franquear os portos brasileiros às “nações amigas”, através de dois contratos de comércio (1808/1810), que iriam beneficiar especialmente a Inglaterra. Em outras palavras, caía o *pacto colonial*, que subordinou por três séculos o comércio de exportação e importação brasileiro à intermediação lusa. Outras medidas liberalizantes da economia foram a permissão para a instalação de fábricas e manufaturas e a criação do primeiro Banco do Brasil.

A abertura dos portos libertou o Brasil do isolamento imposto pela condição de colônia ao extinguir o *exclusivismo* português e liberar o comércio brasileiro ao trânsito mundial. A carta régia de 24 de janeiro de 1808 instituiu que o imposto de importação sobre mercadorias de qualquer procedência seria de 24% sobre seu valor. Visando proteger aos interesses portugueses, no entanto, o príncipe estabeleceu uma tarifa especial de 16% apenas para os navios do velho reino.

Descontentes com tais taxas aduaneiras, os comerciantes ingleses pressionaram D. João a assinar dois tratados (de “Amizade e aliança” e de “Comércio e navegação”) em 1810, através dos quais Portugal perdia seus monopólios em favor da Inglaterra, que conseguia uma tarifa privilegiada de 15% para suas mercadorias comercializadas no Brasil.

“Preeminência inglesa”

A partir de então, rompia-se o estatuto colonial que ligava Brasil e Portugal. A colonização foi uma empresa feita em nome da propagação da fé católica e de afirmações dinásticas, que não relevavam apenas o lucro comercial. Assim, Portugal instalou, bem ou mal, um sistema administrativo e militar em suas possessões americanas, resguardando seu território das

constantes ameaças externas. Em troca, beneficiava-se do monopólio do comércio colonial.

As motivações que levaram à abertura dos portos não foram o apego do regente às idéias liberais então em voga. Explicam-se antes pelo sufoco de Portugal, cujo comércio estava interrompido pela invasão francesa ao território metropolitano. Para não isolar o Brasil do mundo, precisou abri-lo à navegação internacional.

A Inglaterra foi a grande beneficiária de toda essa agitação. No confronto contra Napoleão, após a ascensão de José Bonaparte ao trono da Espanha e o domínio continental pela França, restava apenas o pequeno Reino Ibérico na resistência. Sua importância, além de significar uma brecha no bloqueio continental francês, era estratégica: os portos lusos ofereciam abrigo à esquadra britânica para suas ações navais.

A Inglaterra lutou quanto pôde para assegurar esse trunfo. Ao perdê-lo, soube tirar vantagens da derrota, passando a dominar quase diretamente a colônia americana de Portugal - o mesmo, aliás, que fez com as colônias espanholas. Para conservar sua coroa e seus títulos, D. João ofereceu aos ingleses liberdade de ação, aceitando sua tutela e a proteção de sua armada para a travessia atlântica. A partir de então, a Coroa portuguesa seria apenas um cacife nas mãos dos ingleses, que souberam muito bem beneficiar-se desse domínio, como exemplificam os tratados comerciais de 1810.

Um rei nos trópicos

Nenhuma região brasileira sentiu mais a chegada da Corte do que o Rio de Janeiro, sede do vice-reino desde 1763, escolhida para ser a capital provisória do Império luso-brasileiro. Para se ter uma idéia, a população cresceu de sessenta mil habitantes em 1808 para cento e doze mil em 1821, quando a família real regressou a Portugal. Suas funções comerciais ampliaram-se, já que o porto do Rio de Janeiro era o principal escoadouro da

produção da região centro-sul do Brasil, desde o auge da exploração aurífera no século XVIII.

As novas funções administrativas de que se investiu a cidade já foram sentidas desde o desembarque da frota joanina. Nessa ocasião, dezenas de imóveis foram desapropriados pela Coroa para alojar os milhares de cortesãos e burocratas recém-chegados, quando se instalou no Rio de Janeiro a onerosa e inoperante máquina administrativa colonial.

Assistiu-se a uma grande transformação nos hábitos dos brasileiros devido ao contato com os adventícios. A vida cultural intensificou-se. Instalou-se a Real Biblioteca e a Imprensa Régia (1810). Em 1811, desembarcou no Rio o compositor e maestro Marcos Antônio Portugal, acompanhado por cantores e músicos, que assumiria as funções de Mestre da Capela Real e da Real Câmara. Começam a circular os primeiros jornais, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, e *O Patriota*, em 1813. Nesse mesmo ano, inaugurava-se o Real Teatro de São João, com acomodação para mil e vinte pessoas na platéia e mais cento e doze camarotes.

Várias festividades alteraram pomposamente a rotina da cidade-capital, como a coroação de D. João VI, a 6 de fevereiro de 1818. Naturalistas e artistas europeus puderam, finalmente, por causa da abertura, partir para a exploração do inóspito território brasileiro, chegando aos milhares em expedições geralmente custeadas por seus países de origem. Somente entre 1808 e 1831, passaram pelo Brasil nomes como os ingleses Henry Koster, John Luccok, os exploradores alemães Sellow e Freyreiss, os austríacos (com o apoio da princesa D. Leopoldina) Von Spix e Von Martius, Emmanuel Pohl, Langsdorff e os pintores Debret, Rugendas, Taunay e Tomas Ender.

Dentre os empreendimentos mais notáveis desse período encontram-se as políticas para implantação da máquina de governo na sede do até então vice-reino, como a criação do primeiro Banco do Brasil, da Mesa de Consciência e Ordens e o Desembargo do Paço; as empresas “civilizatórias” com as quais o

regente tentou criar um ambiente digno de sua pessoa e de sua família, como a construção do Real Teatro de São João (1813), por onde passaram importantes artistas europeus para deleite do espírito do príncipe.

Fundamental para a emancipação política brasileira foi a aproximação das elites do centro-sul com a coroa. D. João VI não economizou títulos de nobreza e cartas de *sesmarias* para os ricos nativos, principalmente os comerciantes de grosso trato envolvidos na mercância de almas e no crédito, em troca de apoio político. A abertura das fronteiras rumo a um interior habitado por diversas etnias indígenas - contra as quais o Estado declarou verdadeira guerra desde D. João - foi empreendida, além dos novos nobres da terra, por fidalgos e burocratas portugueses, muitos dos quais não relutaram em permanecer no Brasil mesmo após o retorno da Corte para Portugal.

Imperialismo joanino

A idéia de se criar um vasto reino nos trópicos circulava entre os soberanos portugueses desde o início da ocupação do território americano. Em conflitos e armistícios permanentes opuseram-se esses, franceses, ingleses, espanhóis e holandeses desde o século XVI. A diplomacia nem sempre foi eficiente para as delimitações de fronteiras político-territoriais, sendo muitas soluções conseguidas apenas depois do confronto armado. Um ponto constante de conflito foram os limites ao norte da Bacia Amazônica, onde franceses e ingleses conquistaram territórios e fundaram colônias. Os incidentes entre os franceses da Guiana e o Brasil intensificaram-se na segunda metade do século XVIII, quando os primeiros intentaram dominar o atual estado do Amapá. Em 1697, chegaram a ocupar a pequena fortificação de Macapá, mas foram expulsos por tropas enviadas de Belém.

No primeiro ano em que chegou ao Brasil, expulso do reino justamente pelos exércitos de Napoleão, D. João defrontou-se com o problema da vizinha colônia francesa. E não exitou em

invadi-la e tomá-la, com o fim de destruí-la sumariamente. Sob o comando do comandante Manuel Marques, as tropas anglo-brasileiras renderam Caiena a 12 de janeiro de 1809. Mesmo sob pressão francesa, o Brasil instalou uma administração hábil e generosa, sob o governo de Maciel da Costa. A ocupação de Caiena só foi resolvida anos mais tarde, com a queda de Napoleão. No congresso de Viena, de 1815, determinou-se a devolução do território aos franceses, assegurando-se ao Brasil direito de manter a fronteira do Oiapoc (Alto Amazonas).

Mais conturbada foi a região da Bacia Platina, que envolveu os quatro países por ela banhados - Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina - em confrontos que, embora variando em intensidade, se estenderam por todo o século XIX. Todos eles foram sempre motivados pelo desejo de hegemonia na bacia fluvial do Rio da Prata, escoadouro natural das riquezas do interior do continente. Essa região foi palco de constantes disputas desde o período colonial. Quando a Corte transferiu-se para o Brasil, D. João autorizou a invasão da região platina, respondendo a pretensões expansionistas portuguesas. Agiu também em represália à Espanha, que havia se aliado a Napoleão na tomada de Portugal em 1807.

Os ingleses eram contrários ao imperialismo luso - e espanhol - pois um reino forte e hegemônico na América era algo contrário a seus interesses. A indústria inglesa necessitava de novos e livres mercados - como haviam acabado de conseguir do Brasil com o Tratado de 1810. Desejava que os mesmos privilégios nele contidos se estendessem para as outras regiões da América do Sul. Era fundamental ao industrialismo inglês a independência das colônias americanas.

Contra a vontade do ministro inglês Lord Strangford, D. João concedeu auxílio solicitado pela atual Argentina para combater o patriota uruguaio general Artigas, invadindo Banda Oriental (hoje Uruguai) pela primeira vez em 1811 e depois em 1816. Desde 1807, com a deposição do rei Carlos IV e do herdeiro D. Fernando VII, a Espanha passou a ser governada pelo irmão de

Napoleão, José Bonaparte, que tinha por meta estender seus domínios por toda a América, constituindo um vasto império. Compartilhava dos mesmos impulsos imperialistas D. Carlota Joaquina, esposa de D. João e herdeira presuntiva do trono espanhol. Desde que veio para o Brasil, muito a contragosto, aspirou tornar-se regente do império espanhol na América, tendo tramado contra o Brasil, inclusive doando suas próprias jóias à causa da Espanha.

Encontrou D. Carlota forte resistência da Inglaterra, que era favorável aos movimentos de libertação na América espanhola com o objetivo de impedir a criação de um império colonial napoleônico - e, naturalmente, ter mercados livres para suas mercadorias. O máximo que conseguiu D. Carlota foi a anexação da Banda Oriental ao Brasil em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Superando as forças vizinhas com maior empenho e legitimidade que os demais pretendentes, coube aos próprios uruguaios, sob o comando de Juan Antonio Lavalleja e intermediados pela diplomacia inglesa, conquistar a independência da Cisplatina, em 1828, quando surgiu então a República Oriental do Uruguai.

Conflitos de interesses entre portugueses e brasileiros

O processo de emancipação política foi catalisado por esse fator mais ou menos inusitado da transferência da corte de D. João para o Brasil. Desde o século anterior, segmentos dominantes locais investiam-se de palavras de ordem revolucionárias, importadas da Europa, para questionar o *sistema colonial*. Lá elas surgiram da luta da burguesia que, aliando-se ao campesinato e às camadas artesanais urbanas, tomou para si a liderança da contestação aos estatutos do *Antigo Regime*. O credo liberal foi aqui devidamente destilado pelos potentados locais - para quem **liberdade** e **igualdade** tornaram-se sinônimos de autonomia política.

Mas a realidade brasileira destoava - e muito - da europeia. No Brasil, a grande massa de população responsável pela totalidade do trabalho produtivo era escrava e excluída da participação política. Aqueles com cabedal e voz monopolizavam as atividades mercantis (externas e internas), o sistema de crédito, o tráfico negreiro e as grandes unidades de produção agrícola. Não exitaram os *corcundas* - como aqui eram chamados os portugueses da antiga cepa - em formar nas fileiras conservadoras - e depois recolonizadoras - em defesa de seus privilégios e monopólios.

Coube ao elemento nativo - os residentes no Brasil havia duas ou mais gerações - tomar as rédeas do movimento emancipador, adequando o vocabulário liberal aos seus desejos de extinguir os *exclusivismos* metropolitanos - ou para deles ser o único beneficiário.

Mais que a distorção do sentido das “idéias francesas”, dando novos referentes aos signos revolucionários, a “revolução” da Independência caracterizou-se pela inexistência de uma camada social livre e intermediária entre senhores e escravos, capaz de, superando o vínculo colonial, impor um sistema representativo de bases democráticas. Por detrás da exacerbação nativista, ocultavam-se os interesses de uma elite local, obrigando a que entre nós, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda “... a democracia só haveria de ser por força aparência vã”.

Assim, as pressões da Coroa e dos comerciantes portugueses, os ingleses contrários ao tráfico, a massa escrava, a multidão de pobres e bandidos tanto da cidade como do campo unificaram os grandes comerciantes e senhores escravistas em torno de duas tarefas básicas: a emancipação política e a construção do Estado nacional brasileiro. Diferentemente das demais ex-colônias americanas, que se constituíram em repúblicas, aqui adotou-se o regime monárquico constitucional. Mas tal ordenamento jurídico-político não foi casual. Conforme indica o historiador Luis Felipe de Alencastro, o que se entende hoje por Brasil “...tinha seus pulmões noutra continente”.

A economia bipolar gerada em três séculos de colonização, composta das zonas de produção escravista no Brasil e de reprodução de escravos na África, demandou uma constituição política centralizada, que dispusesse de meios diplomáticos e políticos capazes de suportar a pressão britânica. Assim se manteria, enquanto possível, o abastecimento regular de negros ao Brasil.

Os setores da burguesia comercial e da nobreza lusas, que não acompanharam o regente em sua travessia atlântica, tinham a convicção de que a ausência de seu soberano era provisória. As medidas que tomava no além-mar, no entanto, iam pouco a pouco desagradando os que tinham permanecido na metrópole. A abertura dos portos, ainda que garantindo algumas vantagens aos mercadores portugueses - depois totalmente anuladas pelos tratados de 1810 em favor dos ingleses - foi um golpe letal ao *pacto colonial*, tirando os privilégios que sustentaram os lusitanos por três séculos. Sua indústria medíocre não tinha condições de competir com os produtos ingleses. Sem as tarifas aduaneiras do comércio colonial, Portugal foi abandonado a sua própria sorte.

A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815, era sintoma de que a perda pelos portugueses de sua ex-colônia era irreversível e a volta do Rei cada vez mais difícil. Em ambos os lados do Atlântico proliferaram panfletos a favor do restabelecimento do *pacto colonial*. Outros publicados no Brasil defendiam o contrário: que o pacto era desastroso e o livre comércio a garantia da emancipação do Brasil frente à metrópole. A política contraditória de D. João, anulando antigos monopólios e privilégios, enquanto criava outros que beneficiavam os súditos portugueses, conseguia desagradar a ambas as partes. O surto criado pela abertura da economia e a concentração dos principais cargos administrativos em mãos dos lusos criavam ressentimentos cada vez maiores nos brasileiros.

Embalado pela revolução liberal na vizinha Espanha, eclodiu na cidade do Porto, a 20 de agosto de 1820, um movimento revolucionário. As Cortes foram convocadas exigindo uma Constituição e o regresso de D. João a Portugal. Seus ecos foram

imediatamente ouvidos no Brasil e grupos com interesses completamente antagônicos acabaram aderindo à revolução constitucionalista. As contradições logo emergiram e a Revolução, que defendia os ideais do liberalismo - em favor da Constituição e contra o absolutismo - não tardou em mostrar seu viés recolonizador.

As pressões não diminuíram. D. João, resistente em acatar as exigências lusas, é pressionado por militares e manifestações de rua a aceitar a Constituição que as Cortes ainda estavam elaborando em Portugal. A situação tornou-se incontrolável e o monarca foi obrigado a retornar ao Reino, a 25 de abril de 1821. Em seu lugar, como regente, ficou seu filho D. Pedro.

As medidas tomadas pelas Cortes revelaram suas verdadeiras intenções: reduzir a autonomia administrativa e comercial brasileira e restabelecer o *pacto colonial*. Antes mesmo da chegada dos deputados brasileiros a Lisboa, já se haviam reconduzido os principais órgãos governamentais aos portugueses e decretada a volta do Regente. Para isso, nomearam-se um governador de armas para cada província brasileira, com funções executivas, independentes do Rio de Janeiro e das juntas governativas recém-criadas, enquanto novas tropas rumavam para o Rio e Pernambuco.

Diante dessas medidas, os brasileiros ficaram em pé de guerra, ainda mais que sua representação não teria condições de defender seus interesses. A idéia da Independência ganhava corpo na avalanche de panfletos de protestos que conclamavam a população e o príncipe à resistência.

D. Pedro em cena

As posições de D. Pedro na regência não eram muito claras, embora tenha encetado um governo liberal. A Corte e D. João rasparam os cofres públicos para a viagem de volta. Apesar das dificuldades financeiras, D. Pedro eliminou impostos, conduziu a desapropriação de bens particulares resguardando o direito de

propriedade e decretou garantias de liberdade individual. Seu pulso firme manifestou-se em várias ocasiões, como a 5 de junho de 1821, quando neutralizou pessoalmente um pronunciamento da tropa portuguesa no Rio de Janeiro. Mostrou-se simpático às bases da Constituição: soberania popular, câmara única, rei inviolável, garantias individuais e de propriedade, liberdade de imprensa e direito de petição.

Nas articulações subterrâneas que grassavam profusamente, reabriram-se as lojas maçônicas, fechadas desde 1818. Dessas *sociedades secretas*, importantíssimas no desenrolar dos acontecimentos, participaram pessoas do vulto de José Clemente, Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa*, Alves Branco, José Bonifácio* e o próprio D. Pedro.

Na virada do ano chegaram de Lisboa decretos ordenando a retirada do príncipe e a extinção dos tribunais superiores do Rio, recebidos com grande reação popular. A essa altura rejeitou-se o constitucionalismo - português - em nome do nacionalismo. Sob a effigie liberal congregaram-se as mais distintas facções, que tinham em comum apenas a rejeição ao retorno do Brasil à condição colonial. Todos tinham a convicção acertada de que a adesão do príncipe era fundamental para a resistência contra Portugal, cuja presença ostensiva se fazia representar nas tropas da Divisão Auxiliadora, em prontidão no Rio de Janeiro.

Talvez seduzido pelas campanhas populares que pediam sua permanência, verificadas no Rio, em São Paulo e Minas Gerais, D. Pedro decide permanecer no Brasil, a 9 de janeiro de 1822. A marcha dos acontecimentos superou sua vontade pessoal. Embora faltasse a adesão das províncias do Norte, D. Pedro comprometia-se com a causa brasileira. Talvez nem desejasse mesmo a separação, mas abraçou a causa da Independência, que fez em nome das instituições liberais e da tradição monárquica, assegurando a unidade do país. Assim distinguia-se o processo emancipatório na América portuguesa do da América espanhola, fragmentada em inúmeros países independentes que adotaram o regime republicano.

Não se pode esquecer que D. Pedro era herdeiro do trono português. Daí sua hesitação natural. Em dezembro, José Bonifácio* redigiu uma representação em nome da Junta de São Paulo, que mandou espalhar pela cidade com autorização do Príncipe. Esse documento-bomba seria a primeira afronta declarada do Brasil às Cortes de Lisboa. Ao nomear, depois do “Fico”, o “Patriarca da Independência” para seu ministério, o Príncipe regente dava sinais de sua opção pelo Brasil.

Sob a orientação de Andrada, D. Pedro começou a agir. Usou habilmente de sua condição de herdeiro da Coroa portuguesa, do apoio popular e da adesão das tropas brasileiras para expulsar a Divisão Auxiliadora e impedir o desembarque de outra que aportava no Rio. Promoveu a transferência de praças que quisessem aderir às tropas imperiais brasileiras, tendo tomado uma fragata para a futura marinha nacional. Em nome da Constituição e do *liberalismo*, e tendo plena consciência de seu papel, D. Pedro dirigiu-se a Minas Gerais, e depois a São Paulo, aliciando simpatizantes e neutralizando opositores.

Tomou medidas que anteciparam os rumos da independência. Convocou eleições para formação de um Conselho de Estado. Gonçalves Ledo e seu grupo consideraram insuficiente o carácter consultivo de que se investiu o órgão, defendendo que fosse deliberativo e legislativo. Nasceu dessa facção o germe da idéia de convocar-se uma Assembléia Constituinte, o que sofreu franca oposição de setores conservadores encabeçados pelos irmãos Andrada. Esse grupo, dispondo da máquina governamental, abusou da repressão e da violência para conter o avanço dos opositores. Dentre as maiores conquistas dos liberais, destacam-se a concessão a D. Pedro do título de Defensor Perpétuo do Brasil, a convocação da Assembléia Constituinte e a aclamação do Príncipe, a 12 de outubro de 1822.



Figura 1. Aclamação de D. Pedro I, por J. B. Debret.

É preciso registrar que a esperança de manterem-se unidas as duas coroas perdurou até às vésperas da proclamação formal da Independência, ainda que se respeitando as autonomias administrativas. Mas não havia meios disso se concretizar. Três facções buscavam no Brasil a hegemonia na condução dos acontecimentos e a simpatia do Príncipe. Um, que se poderia chamar de “partido português”, era representado por comerciantes lusos que desejavam o restabelecimento dos velhos privilégios coloniais, ao qual se somavam militares e funcionários da Coroa. Um segundo, formado pelas elites dominantes locais (altos funcionários, fazendeiros, comerciantes ligados aos ingleses) desejava a autonomia, ainda que fossem simpáticos à monarquia dual. Diante da impossibilidade dessa hipótese, acabaram aceitando a ruptura e aderindo ao separatismo ao lado do Príncipe. O terceiro “partido”, de tendências republicanas, era composto por elementos mais radicais e democratas, ligados principalmente às atividades urbanas: médicos, farmacêuticos, professores, pequenos comerciantes, padres.

Sob o carisma de D. Pedro, reuniram-se esses grupos mais diversos e mesmo a convocação da Assembléia Constituinte, em junho de 1822, não era ainda uma declaração de independência. Bonifácio foi refratário à Constituinte, pois defendia um governo aristocrático de nobres e sábios. Suas fricções com o grupo de Ledo tornaram-se cada vez mais contundentes. Apesar de convocadas eleições gerais, logo se mostraria o caráter elitista que as inspirava, com o impedimento do voto à maioria esmagadora da população.

Em meio à confusão de informações que chegavam a Portugal, as Cortes passaram a tomar medidas extremadas. Reduziram a autoridade do Príncipe e mandaram processar quem se colocasse contra a política de Lisboa. Tal reação acabou gerando o 7 de Setembro.

Impulsos absolutistas

A proclamação formal da Independência não encerrou o processo da emancipação política brasileira. Em breve se levantaria com grande força o partido português, mostrando suas posições conservadoras. Opostos à separação, foram momentaneamente imobilizados, mas voltaram com força total a lutar pelo espaço perdido. Em minoria, aderiram ao absolutismo, elegendo o agora Imperador D. Pedro I* como instrumento de suas reivindicações. Este, em breve, daria sinais de suas verdadeiras propensões. Encabeçou o movimento à frente dos brasileiros mais por ódio às Cortes constituintes de Portugal que por convicção num Brasil independente. Mas era um português e solidário a seus conterrâneos. Além disso, seduzia-lhe o poder absoluto que lhes ofereciam os conservadores.

As lutas internas no “partido brasileiro” são a expressão dos interesses antagônicos das diversas camadas sociais que se uniram em prol da Independência. Para cada uma delas a emancipação significou coisa diferente. Totalmente excluída de todo o processo - além da escravidão, obviamente - estava a

população livre e pobre. A história do primeiro reinado é a dos constantes atritos entre os ímpetus absolutistas do Imperador e as dispersas forças nativistas.

Instalada a 17 de junho de 1822, dois meses antes da Independência, a Assembléia Constituinte iniciou seus trabalhos a 17 de abril do ano seguinte. Em maio, o Imperador reforçou sua postura dura e vaidosa, afirmando que dela esperava uma Constituição digna do Brasil e de si próprio. Não tardaria a que o Imperador e a Constituinte se chocassem frontalmente. Embora contrário às suas expectativas, o Imperador aprovou um projeto elaborado por deputados “exaltados”, aqueles embuidos de uma mentalidade mais democratizante. Os pontos mais polêmicos eram a liberdade de se promulgarem leis sem sanção imperial, a extinção do Conselho dos Procuradores Gerais das províncias, o veto a deputados de empregos públicos, a liberdade às *sociedades secretas*, entre outros.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, irmão de José Bonifácio, foi designado para presidir a comissão encarregada de elaborar o projeto de Constituição. Logo destacou-se a facção liberal radical, ligada às camadas urbanas sob o comando de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa*. Defendiam limites ao poder do Imperador, a maior descentralização administrativa em favor das províncias e maior participação popular na política.

A reação era encabeçada por Bonifácio e seus seguidores, e defendiam os interesses das elites proprietárias: maior centralização do poder e restrição ao direito de voto. As facções organizavam-se e agiam em torno de *sociedades secretas* como a loja maçônica Grande Oriente, de Ledo, Barbosa e Alves Branco, que assumiram o controle da situação num primeiro momento, fazendo de D. Pedro seu grão-mestre. Usando das prerrogativas de ministro, José Bonifácio criou o Apostolado, importante instrumento de repressão aos liberais, que foram presos e exilados do país. A repressão abusiva dos conservadores acabou provocando a ira do Imperador, que demitiu Bonifácio do Ministério. O Imperador acabou indispondo-se com todas as facções.

O projeto de Antônio Carlos*, terminado em setembro de 1823, era liberal demais para o Imperador. Inspirava-se na tripartição de poderes em executivo, legislativo e judiciário, de Montesquieu, negando ao Imperador o direito de veto às ações do executivo. Descontente e irritado com as manifestações lusófonas que ocupavam a capital, D. Pedro mandou dissolver a Assembléia constituinte, cercando seu prédio com tropas imperiais. No mesmo dia, criou o Conselho de Estado e o incumbiu de elaborar novo texto constitucional, que ficou pronto em março de 1824.

Sem passar pela avaliação de qualquer colégio, a Carta foi outorgada à nação. Criava o “poder moderador”, de que era depositário o Imperador, garantindo-lhe um poder autoritário e centralizado. Efetivava também o Conselho de Estado, órgão reacionário e comprometido formado por membros vitalícios escolhidos pelo soberano para assessorá-lo. Com a Constituição de 1824, instituíam-se os princípios conservadores que marcaram a fase de organização do Estado nacional. A cidadania seria privilégio dos setores abastados da sociedade, já que as eleições deveriam ser indiretas, censitárias e em dois níveis, resguardando o espaço político exclusivamente às classes proprietárias escravistas.

Resistência nativista em Pernambuco

Em nenhuma região do país se ofereceu maior resistência ao jugo colonial do que no nordeste, particularmente em Pernambuco. Essa tradição se renovou a partir do final do século XVIII, sob influência do exemplo francês, de que se fez grande divulgador o Padre Manuel Arruda Câmara*. Formado em Coimbra, voltou para o Recife, fundando em 1800 o **Areópago de Itambé**, tipo de sociedade secreta de propósitos separatistas. A criação do Seminário de Olinda, no mesmo ano, foi outro fator de divulgação das idéias liberais.

Já nessa época ocorre a chamada “conspiração Suassuna”, que reuniu nomes de projeção da aristocracia rural pernambucana,

ligados ao Areópago, como vários padres e os irmãos Francisco de Paula, Luís Francisco de Paula e José Francisco de Paula Cavalcanti*. O primeiro deles era dono do engenho Suassuna, que deu nome à inconfidência. Apesar de ter impelido a Junta Governativa até a censurar correspondências particulares, aquela que ficou conhecida por “revolução dos padres” foi debelada. Talvez por envolverem-se nomes de grandes famílias potentadas não houve condenações e, praticamente, o movimento caiu no esquecimento das autoridades.

Mas a herança do Areópago e os princípios liberais jamais calaram. A vinda da Corte e a ocupação de Caíena sobrecarregaram de impostos as províncias e os pernambucanos o sentiram desgostosos. A economia pernambucana, apoiada no algodão e no açúcar, permaneceu em crise devido à competição estrangeira, entre 1801 e 1816. Começou-se a articular um movimento insurrecional entre as elites. Em torno de *sociedades secretas*, homens como o Padre João Ribeiro* e Domingos José Dias Martins* tramaram o golpe, deflagrado precipitadamente a 7 de março de 1817, com imediata adesão popular.

Constituiu-se um governo provisório de carácter republicano com cinco membros, auxiliado por um conselho de Estado. Participaram nomes como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, ouvidor de Olinda, Padre João Ribeiro*, Antônio de Moraes Silva*, entre vários outros. Suas primeiras medidas visaram a estruturar uma República, além de fazerem referência direta a Revolução francesa: como nessa, adotaram nova bandeira, instituíram-se novas formas de tratamento, etc. Elaborou-se uma lei orgânica que estabelecia os direitos e garantias individuais nos moldes da **Declaração Universal dos Direitos do Homem**, as liberdades de opinião, religiosa e de imprensa.

A revolta repercutiu por várias províncias do Nordeste com a adesão de algumas como a Paraíba e o Rio Grande do Norte. No entanto, a Corte respondeu imediatamente e ordenou a contra-revolução, bloqueando o Recife e prendendo os líderes. A repressão foi violenta e sucederam-se as execuções com requintes de crueldade. Muitos presos conseguiram anistia por

ocasião da coroação de D. João VI, em fevereiro de 1818. Os poucos sobreviventes restantes só foram libertados por ocasião da Revolução do Porto em 1820. O movimento nordestino de 1817 ficou conhecido como a mais espontânea e popular de todas as revoluções brasileiras.

Mas as agitações jamais cessaram em Pernambuco. Em fins de 1823, descontentes com a alta tributação do governo central, a dissolução da Câmara e as tendências centralistas de D. Pedro I*, novamente levantaram-se os pernambucanos. Os ideais republicanos e federalistas ganharam nova força ante a reação absolutista do Imperador. O presidente da Junta e ex-revolucionário de 1817 Pais de Andrade recebeu a sustentação de homens como Cipriano Barata*, Antônio Macário, Padre Mororó e Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, este último o redator do jornal oposicionista **Tífis Pernambucano**.

D. Pedro mandou prender Pais de Andrade e nomeou outro presidente, deflagrando a revolta, que rapidamente espalhou-se e radicalizou-se. Liberto em julho de 1824, Pais de Andrade proclamou a **Confederação do Equador**, convocou uma assembléia constituinte e lançou um projeto de Constituição. Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba responderam positivamente aos emissários republicanos, aderindo ao movimento. O governo central não vacilou, incumbindo da repressão e dos cercos navais e terrestres respectivamente Lord Cochrane e Francisco de Lima e Silva, que contaram com o apoio dos grandes produtores rurais de cana de açúcar da região. O último foco de resistência foi debelado em dezembro de 1824. Além de centenas de mortos nos campos de batalha, dezenas foram condenados à morte, entre eles o lendário Frei Caneca*.

A abdicação do Imperador

Com o esmagamento dos confederados consolidava-se o absolutismo do monarca. Entre 1826, quando se iniciou a primeira legislatura da Câmara dos Deputados, que rapidamente

revelou-se hostil aos impulsos autoritários de D. Pedro, até 1831, deflagrou-se a queda vertiginosa da popularidade do Imperador e a ascensão do prestígio da Câmara Baixa. Em contraposição, o monarca escolheu a dedo os componentes do Senado e seus ministros conservadores. Vários episódios marcariam depreciativamente a atuação desses conservadores e tais ministros chegaram a ser processados, acusados de malversação de verbas e até a instalação inconstitucional de comissões militares.

Contribuiu para esquentar os ânimos exaltados o envolvimento de D. Pedro na crise de sucessão do trono português, que eclodiu com a morte de D. João VI em 1826 em Portugal. Também o excessivo número de cargos ocupados por portugueses no governo do Brasil causava grande mal-estar na oposição e na opinião pública brasileira.

Os setores agrários dominantes representados no Congresso, porém, não desejavam uma solução radical e a deposição do rei Carlos X por Luís Felipe, na França, forneceu o modelo: derrubou-se o rei sem modificar-se o sistema monárquico. A oposição chegou a todas as províncias, sob a bandeira nativista contra o rei português. Para combatê-las, D. Pedro resolveu visitá-las, começando por Minas Gerais, onde havia se consagrado em outros tempos. Agora seria hostilizado. Voltando ao Rio, foi recebido festivamente pelo partido português, sua única base de sustentação. A recepção soou aos brasileiros como uma provocação. Houve um violento confronto físico, que ficou conhecido como “noite das garrafadas” (13 de março de 1831). Nem a nomeação, uma semana depois, de um gabinete composto exclusivamente por brasileiros pôde acalmar os ânimos oposicionistas. A 4 de abril nomeou-se outro, com nomes da confiança do imperador, o que levou milhares de pessoas ao Campo de Santana, no dia seguinte, conclamando pela sua queda. O apoio das tropas não deixou alternativas. D. Pedro abdicou de seu título a 7 de abril de 1831, em favor de seu filho menor.

DOWNLOAD FREE

CAPÍTULO II

A HERANÇA COLONIAL E A ECONOMIA ESCRAVISTA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Herança rural: persistência das estruturas agrárias tradicionais

A emancipação política do Brasil entre 1808 e 1831 não alterou a paisagem rural do país. Ao contrário, pode-se afirmar que a Independência sequer tocou nas classes escravistas brasileiras, preservando intactos os três alicerces em que se fundou a produção colonial: o latifúndio, a monocultura e a escravidão.

A empresa montada por Portugal durante três séculos visava a extrair toda a riqueza possível de suas colônias para sustentar o Estado absolutista lusitano e sua luxuosa corte. Não tinha preocupação em conservar os recursos tanto naturais quanto humanos. Assim se deu durante a fase de exploração do pau-brasil, que foi praticamente extinto junto com a Mata Atlântica. Assim, a expansão da cultura açucareira ia deixando para trás terras esgotadas à exaustão, ocupando novas. O mesmo aconteceu com a mineração no século XVIII quando a exploração aurífera ia sendo abandonada conforme esgotavam-se os veios aluvionais. E, no século XIX, a expansão da lavoura cafeeira, assentada no *latifúndio* monocultor, obedeceu à mesma lógica, deixando na decadência e na miséria regiões que há pouco

experimentaram a riqueza e a glória, como ocorreu com o Vale do Paraíba.

A lógica desse sistema produtivo depredatório era suprir o mercado europeu com matérias-primas tropicais, que o clima impossibilitava serem produzidas na Europa. Em troca, as necessidades mínimas da colônia eram abastecidas com as manufaturas importadas sobretudo da Inglaterra. Portugal não passava de um atravessador, que se beneficiava desse comércio triangular e do *exclusivismo* (ou exclusivo) metropolitano. Após a Independência, apenas o intermediário lusitano foi eliminado, e o Brasil foi forçado a reconhecer sua “vocação agrária”.

O *latifúndio* foi conseq  ncia natural da própria coloniza  o. O imenso território conquistado pelo pequeno reino luso era desproporcional   sua capacidade demográfica. A concessão de imensos lotes de terra como donat  rias a nobres reinóis foi a fórmula encontrada para se promover a ocupa  o da terra habitada por uma densa popula  o indígena de etnias diversificadas - seus ocupadores originários que, por isso, foram eleitos pelos portugueses como inimigos a destruir, logo que se diagnosticou sua inadapt  o às formas de trabalho agrícola européias, nas primeiras décadas da coloniza  o. Os donatários tinham o direito de redistribuir as terras de sua capitânia a quem quisessem, através de uma carta de *sesmaria*. A terra não tinha valor monetário e s   passaria a t  -lo na segunda metade do século XIX.

A grande propriedade agrícola dos tempos coloniais tinha uma hierarquia muito rígida. O senhor era o juiz supremo dentro de sua propriedade, que não sofria contesta  o. Praticamente, geria a vida de seus dependentes. O círculo familiar extrapolava os laços de sangue: sua mulher, seus filhos, escravos e agregados - homens livres que viviam na órbita da casa-grande - eram todos membros de uma grande família, e estavam na dependência direta do senhor.

Dentro da grande unidade produtiva, além do gênero de exporta  o, produzia-se quase tudo o que era necessário ao

A herança colonial e a economia escravista

consumo interno da propriedade, que funcionava, assim, de forma semi-autárquica. Com o passar do tempo, principalmente durante o século XIX, a paisagem rural iria se diversificar. Proliferaram as pequenas propriedades produzindo para o mercado externo ou para a subsistência. Outras se especializaram em abastecer de gêneros de primeira necessidade os latifúndios que, em épocas de grande demanda internacional, dedicavam-se exclusivamente à monocultura exportadora. Mas o latifúndio foi sempre a base da produção agrícola no Brasil.

Essa estrutura patriarcal foi fundamental para assegurar a continuidade da produção. As fronteiras abertas para o interior do Brasil tornavam impossível a ocupação de seu território por homens livres trabalhando em pequenas propriedades como camponeses. Dessa maneira, eles produziram para sua própria sobrevivência e jamais atenderiam às necessidades metropolitanas de fornecer gêneros tropicais em larga escala para o mercado externo.

Assim, o latifúndio monocultor voltado à exportação, esteio do sistema produtivo durante os períodos colonial e imperial, só poderia ser mantido pela mão-de-obra escrava. O homem livre não se sujeitaria ao rigor do trabalho no latifúndio e fugiria para o interior do país, para viver como camponês. Depois de escravizarem-se os índios da terra, rapidamente apelou-se ao negro africano, que passou a ser fornecido em abundância pelo tráfico negreiro. Sua exploração durou mais de três séculos. Somente a partir das últimas décadas do século passado foi se tornando impossível sustentar-se a escravidão, formalmente abolida apenas em 1888.

Colônias de povoamento

Durante todo o século XIX, houve tentativas de se implantar colônias de povoamento para ocupar o interior, estimulando-se a imigração de europeus para trabalharem no campo como pequenos proprietários. Já na administração do marquês de

O Brasil Imperial

Pombal (1750-1777) foi tentado o assentamento de açorianos no vale amazônico e no extremo sul do país, visando particularmente, assegurar as fronteiras. Essa tentativa fracassou.

Depois de Pombal, D. João empreendeu a formação de novos núcleos organizados em minifúndios e no trabalho livre de seu proprietário. A pressão dos ingleses começou em 1810 quando o Tratado assinado entre Portugal e Grã-Bretanha proibiu o tráfico abaixo da linha do equador. A partir de 1808 ficou livre a imigração de não-portugueses. Em 1817, fundou-se a colônia Viana no Espírito Santo e outras pequenas em Itajaí (RS) e Viçosa (BA). Uma das mais importantes foi a colônia de Nova Friburgo, formada com 1600 suíços de língua francesa na serra fluminense. Mas rapidamente esta colônia fracassou e os colonos se dispersaram.

Os alemães dirigiram-se majoritariamente para o Sul, criando grandes colônias como as de São Leopoldo, Santo Ângelo, São Lourenço e Santa Cruz. Estes núcleos sulinos, formados em épocas diferentes durante todo o século, foram os que atingiram maior sucesso. Os imigrantes não se deixaram envolver pela mentalidade patriarcal dos latifundiários escravistas, impregnada de aversão ao trabalho manual, que era “coisa para negro”. Muitos chegaram ao Brasil com algumas economias. Outros eram artesãos, industriais e mestres de ofício, responsáveis por inovações técnicas importantíssimas tanto na agricultura como na indústria. Só no Rio Grande do Sul, em 1874, os alemães contavam com 2382 indústrias de pequeno e médio porte. Além disso, é inestimável o legado cultural dos imigrantes para a história do Brasil.

O império do café

O malogro das colônias de povoamento no período joanino não teve qualquer peso na economia brasileira, que não sofria problemas de mão-de-obra, já que o tráfico garantia os braços necessários à lavoura. As plantações tradicionais do nordeste inicialmente se

A herança colonial e a economia escravista

beneficiaram do surto provocado pelo crescimento vertiginoso da demanda. A crise internacional do açúcar fez com que perdessem posição para a região Centro-Sul, onde rapidamente se expandia uma nova e milionária cultura: o café.

Introduzido no Brasil em 1727, na capitania do Pará, não tinha nenhuma projeção na produção de gêneros durante o último século da Colônia. Servia apenas para o consumo das fazendas, apesar de ter-se espalhado por todo o país. A partir do século XVIII, os europeus passaram a consumir café, que se tornara mercadoria de luxo, produzido sobretudo nas áreas tórridas da América e Ásia. Só muito tarde o Brasil entrou entre os grandes produtores. Mas aqui encontrou ótimas condições naturais e humanas. A crescente demanda internacional - principalmente nos Estados Unidos, que, após sua independência, incentivaram o comércio com as regiões emancipadas da colonização britânica - estimulou a rápida difusão dos cafeeiros.



Figura 2. Colheita do café, J. M. Rugendas.

Com efeito, o fato econômico mais importante durante o Império foi o predomínio da exportação desse produto. Se em 1822 ao café cabia 19,6% das exportações, na década de 1830 já era o líder com 43,8%, superando o açúcar, principal produto agrícola de exportação do Brasil desde o período colonial. Por volta de 1850, representava quase a metade (48,2% contra 21,2% do açúcar) e, na última década do regime monárquico, atingia 61,5% das exportações contra 9,9% do açúcar, o segundo colocado. Esses números permitem perceber a importância econômica dessa mercadoria e o conseqüente poder político garantido aos seus produtores, que se adequariam às transformações então experimentadas pela sociedade brasileira com uma versatilidade que a monarquia não conseguiu acompanhar, sobretudo a partir da década de 1870.

Irradiando-se das áreas próximas ao Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, rapidamente os cafezais atingiram o Vale do Paraíba. O clima e o relevo propícios fizeram dessa região a maior produtora de café, onde concentrou-se grande parte da riqueza e do poder político do país. Por volta de 1850, iniciou-se seu declínio, em virtude das práticas depredatórias que levaram ao rápido esgotamento dos solos. A destruição das florestas e a disposição cômoda das fileiras perpendicularmente às encostas, em vez dos degraus das curvas de nível, facilitaram o rápido avanço da erosão. O solo exposto ao sol e às intempéries foi fatal e em poucas décadas os cafezais não eram mais produtores.

A partir daí, as lavouras avançaram para o interior paulista, principalmente em direção ao chamado Oeste (Campinas) e depois para o Oeste Novo (Ribeirão Preto), acompanhando os bolsões dos férteis solos basálticos da “terra roxa”. Uma conseqüência importantíssima desse deslocamento geográfico da cultura cafeeira foi a ascensão da “nobreza” fundiária paulista em detrimento da carioca. Santos passou a ser o grande porto exportador da maior riqueza do país.

O incremento da produção e a procura crescente do café no mercado internacional faziam vir à tona, ininterruptamente, o

A herança colonial e a economia escravista

problema do abastecimento de mão-de-obra, suprido até 1850 pelo tráfico. Mas já antes dessa data, a pressão britânica forçou os plantadores e o Estado a pensarem num substituto para o braço escravo. As principais foram as colônias de parceria, o regime de colonato e, definitivamente, a imigração subvencionada para trabalhadores assalariados.

Política externa e tráfico negreiro

Depois de ser o maior expoente do comércio de humanos durante todo o século XVIII, no início do seguinte a Inglaterra extinguiu o tráfico em suas colônias e passou a atacá-lo em todos os lugares onde existia. Aproveitando-se da dependência que se criou por ocasião da transferência da Corte para o Brasil, o governo britânico conseguiu que o príncipe se comprometesse, no Tratado de 1810, em contribuir para a extinção do tráfico, restringindo-o às colônias portuguesas na África. Embora insignificante e raramente obedecida, essa cláusula foi a primeira restrição legal ao comércio negreiro. Havia, a partir de então, um precedente para que os ingleses perseguissem os tumbeiros. Apesar disso, como a Inglaterra não tinha como patrulhar todo o Atlântico, o tráfico continuou.

Em 1815, em Viena, um novo acordo foi tentado. Os ingleses reconheceram a ilegalidade das perseguições aos navios negreiros nos últimos cinco anos e dispuseram-se a indenizá-las. Em troca, conseguiram que o tráfico fosse proibido ao norte do Equador. Dois anos depois os britânicos obtiveram o direito de inspeção em alto mar dos navios suspeitos de tráfico.

Foram esses fatores de ordem diplomática que detonaram as primeiras reações ao tráfico e à escravidão no Brasil, onde até então jamais se tinha questionado o fato. Um periódico publicado em Londres entre 1808 e 1823 - o “Correio Brasiliense” -, em língua portuguesa, dirigido por Hipólito da Costa*, atacava do outro lado do oceano as bases morais do comércio negreiro e encontrava boa receptividade por aqui. O

tráfico passou intocado pela Independência e se manteve, apesar do crescente cerco inglês. Aproximadamente quarenta mil escravos continuavam aportando anualmente no Brasil por essa época. Porém, aproveitando-se da oportunidade estratégica de que usufruía - o Brasil precisava do reconhecimento inglês de sua emancipação para evitar a ameaça recolonizadora representada pela Santa Aliança -, a Inglaterra impôs um alto preço ao jovem Estado. Num tratado firmado em 1826 conseguiu que o Brasil concordasse em abolir o tráfico em 1831, depois do que seria considerado crime de pirataria e julgado pelas leis britânicas.

Com a abdicação de D. Pedro, neste ano, e a ascensão da toda-poderosa classe dos escravistas ao poder, esse acordo nunca foi obedecido. Foi a chamada “lei para inglês ver”. Cumpria formalmente as intensões do governo brasileiro, que na prática nunca cuidou de executá-la. A Inglaterra, na clandestinidade, atribuiu a si própria essa tarefa, redobrando as perseguições em alto mar. Os grandes lucros que gerava estimulavam o tráfico. Os contrabandistas, ao menor sinal dos cruzeiros britânicos, não hesitavam em lançar ao mar a carga humana, com pesos no pescoço para que não boiasse.

Cobertos de bríos contra a arrogante política inglesa e estimulados pelo crescimento constante da lavoura cafeeira, os políticos brasileiros fizeram vistas grossas ao tráfico, que repunha cinquenta mil escravos anualmente ao plantel nacional nas décadas de 1830 a 1850. A crise entre os dois países chegou a um impasse em 1845. No ano seguinte, expiraria o prazo de validade do tratado que concedia aos ingleses o direito de revista. Não obtendo nenhuma concessão do governo brasileiro, a Inglaterra radicalizou e aprovou o **Bill Aberdeen**, que legitimava o aprisionamento pela esquadra britânica de qualquer navio negreiro. Os infratores seriam julgados por pirataria em tribunais ingleses. Apesar da forte reação causada por essa bula inédita no direito internacional, a perseguição chegou, nos anos seguintes, a apreender barcos em águas territoriais brasileiras, invadindo portos, aprisionando e destruindo embarcações utilizadas no tráfico.

A herança colonial e a economia escravista

Apesar disso, o comércio intensificou-se até 1850. Neste ano, o Estado brasileiro foi obrigado a ceder. Com a Lei Eusébio de Queirós*, adotaram-se medidas repressivas concretas como a expulsão de grandes traficantes, acabando por dismantelar o negócio. Tentativas isoladas ocorreram nos anos seguintes. Em 1852, ainda entraram setecentos escravos no país. Depois desse ano, não se tem mais notícia de tráfico em terras brasileiras. Essa solução radical, se interrompeu temporariamente as hostilidades inglesas, significou um golpe mortal na própria escravidão, que ainda assim se estenderia por mais quase quarenta anos. Mas a crise de mão-de-obra era gritante, e várias soluções para contê-la foram tentadas.

Tentativas com o trabalho livre: as colônias de parceria

Conforme ampliavam-se as pressões britânicas contra o tráfico e expandiam-se as zonas agrícolas, mais evidenciava-se a necessidade de uma solução para o abastecimento regular de mão-de-obra. A situação agravou-se na década de 1840, quando o Bill Aberdeen dava sinais de que o tráfico não duraria muito. Foi por essa época que se tentou implantar um sistema de trabalho intermediário entre as colônias de povoamento e o trabalho assalariado. As primeiras foram iniciadas por D. João VI e visavam a fixação de homens livres (camponeses e pequeno proprietários) independentes em pequenos lotes de terra. A colonização com trabalhadores livres e assalariados foi a solução final encontrada para substituir o trabalho escravo, abastecendo o mercado de mão-de-obra do campo e da indústria nascente do final do século.

Com a parceria objetivava-se suprir a falta de braços, mandando os imigrantes diretamente para a grande lavoura. O idealizador desse sistema foi o senador paulista Nicolau de Campos Vergueiro que, com subsídios governamentais, instalou na fazenda Ibicada, em Rio Claro (SP), cento e setenta e sete famílias de alemães, suíços, belgas e portugueses, entre 1847 e 1857.

Segundo o contrato do sistema de parceria, o colono europeu teria pagas as despesas de transporte até a fazenda. Esses gastos mais sua manutenção seriam saldados quando o colono comesse a produzir. Cada família deveria receber certo número de pés de café para cultivar, colher e beneficiar, com permissão para plantar alimentos entre as fileiras da lavoura durante os primeiros anos. Mas mesmo os lucros obtidos desta cultura deveriam ser divididos com o fazendeiro. Também a produção de café do colono seria meada com o proprietário.

Em pouco tempo, as contradições entre os contratantes foram se avolumando. Os latifundiários brasileiros não estavam habituados ao trabalho livre e tratavam os imigrantes como lidavam com os escravos. A captação dos trabalhadores na Europa era feita por agentes que não se preocupavam em saber da experiência dos contratados com o trabalho agrícola, já que aqueles recebiam pelo número de pessoas que conseguiam enviar ao Brasil. Muitos vieram sem nunca ter trabalhado no campo, vários inválidos e doentes, todos desconhecedores do árduo trabalho que representava a agricultura tropical em áreas de desmatamento.

Uma vez no Brasil, poucos conseguiram pagar suas dívidas, que foram aumentando devido a empréstimos a juros altíssimos que tomavam aos fazendeiros para garantir a sobrevivência. Muitos abandonavam o campo antes de cumprir o contrato e eram perseguidos como bandidos. Ambas as partes queixavam-se. Os senhores se frustravam por investir grandes capitais e não solucionarem seu problema de escassez de trabalhadores. Os imigrantes, devido às péssimas condições de vida e trabalho que lhes eram oferecidas.

Não demorou para que se alastrasse pela Europa a propaganda contra o sistema de parceria. Em 1859, a Alemanha proibiu a imigração para o Brasil. A portuguesa reduziu-se pela metade. Em 1857, rebentou em Ibicaba um levante de imigrantes, liderados por Tomás Davatz. Representantes estrangeiros e do governo imperial abriram inquérito e colheram

A herança colonial e a economia escravista

informações e denúncias de parte a parte. Os colonos reclamavam que eram roubados até nas balanças manipuladas nas fazendas. Depois desse incidente, a parceria perdeu prestígio e quase desapareceu. Os senhores apegaram-se ainda mais ao trabalho escravo, que lhes parecia o único compatível com a grande lavoura. A solução final só viria décadas depois, com a imigração assalariada.

DOWNLOAD FREE

CAPÍTULO III

A SOCIEDADE ESCRAVISTA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO

Polaridade básica da sociedade escravista

A herança escravista deitou raízes tão profundas na sociedade brasileira que ainda hoje se fazem sentir. Além da inabarcável contribuição da cultura negra, são exemplos importantes as fronteiras mal delimitadas entre as esferas pública e privada e a semelhança estrutural entre ambas, principalmente até o final do Império.

A divisão social do trabalho no escravismo opôs radicalmente senhores e escravos. Os primeiros eram detentores do capital necessário para abastecer suas fazendas de insumos (instrumentos de trabalho, sementes, animais de tração etc) e manter o plantel de negros, a despeito das oscilações do mercado internacional e da resistência escrava. Os negros expressaram sua insatisfação quanto ao cativeiro nas explosões de rebeldia individuais (morosidade no trabalho, agressões ou mesmo suicídios) ou coletivas (fugas e formações de *quilombos*), que nunca chegaram a alterar a ordem, pelo menos até os anos próximos da Abolição.

Não é dizer que a população escrava aceitava passiva sua sorte - muito ao contrário. O lencedário *quilombo* de Palmares, que se foi formando em pequenas comunidades desde finais do

século XVI, na Serra da Barriga no Nordeste do Brasil holandês - e muitos outros que ocorreram até o século XIX - é mostra da insatisfação do negro e da afirmação de sua vontade contra o trabalho compulsório. Mas, diferentemente da ação revolucionária que tem pôr meta a destruição de uma determinada estrutura social, ou de um regime político despótico, os negros aquilombados representavam uma negação do sistema escravista apenas na medida em que pretendiam fugir dele. Não objetivaram deliberadamente subverter a ordem social, desmantelando o sistema econômico e político e inaugurando uma nova situação. Isso aconteceu na rebelião de São Domingos (Haiti), onde praticamente não restou branco vivo para assistir à libertação da ex-colônia francesa no final do século XVIII. Acontecimento que alimentou o imaginário do medo dos senhores escravistas brasileiros, temerosos dos efeitos do “haitianismo”.

A cultura especializada de um único produto - a monocultura - se constituía na própria razão de ser da exploração colonial que gerou o latifúndio. É importante destacar que a sociedade brasileira do século XIX era contudo muito mais complexa do que nos permitem vislumbrar os grandes conceitos. Toda uma *historiografia* vem se dedicando, pelo menos desde a década de 1970, a rever a interpretação um tanto rígida da lógica do escravismo colonial. Através dessa revisão pôde-se compreender, por exemplo, como que a permissão dos senhores aos escravos de produzirem para subsistência atenuava o conflito latente entre ambos, além de baratear o custo da reprodução da escravaria. Tal tipo de “brecha” no sistema produtivo obedecia às oscilações da demanda do mercado externo e às variações da natureza. Ao lado da escravidão negra outras relações de produção não escravistas - como o colonato e os sistemas de parceria - foram tentadas já durante o período joanino. Formas diversas de escravidão, como a urbana, a doméstica e a dos negros artesãos coexistiram com gêneros híbridos resultantes das vicissitudes regionais e das diversas culturas agrícolas. Isso permitiu a que

autores recentes, superando a análise centrada no escravismo colonial, sugerissem a existência de um verdadeiro mosaico de formas não-capitalistas de produção, constituindo a formação econômica e social. Porém, era nos períodos de alta produção, de safra e preços altos, que o regime escravista se mostrava plenamente, através de jornadas de trabalho de dezesseis horas ou mais, sob a presença ostensiva de feitores e capatazes.

O latifúndio monocultor e exportador - a *plantation* ou plantagem ou “grande lavoura”, segundo diversas interpretações - conviveu com outras organizações produtivas: a pequena propriedade escravista também voltada para a exportação ou subsistência e a plantagem abastecedora do mercado interno. Essas especificidades devem ser altamente consideradas, pois é cada vez mais insustentável uma história do Brasil que não se dê conta dos diferentes elementos e ritmos das diversas áreas de colonização.

Em que pese toda essa multiplicidade de configurações, um elemento as interliga e de alguma maneira as explica: o escravo. Este foi a pedra no caminho encontrada pela classe dominante que, ao conseguir emancipar-se de Portugal, pretendeu elaborar uma legislação sofisticada, segundo os moldes europeus. O Estado e os homens de letra e da lei se pretendiam liberais. Ninguém, no entanto, abria mão da escravidão. Esse paradoxo aparente será percebido com maior nitidez no plano da produção intelectual, tratado a seguir. Aqui o objetivo é entender como a concepção de Estado, que se estruturou no século XIX, se fundava nos moldes da lavoura escravista, sob o domínio patriarcal.

Aspectos dos *patriarcalismo* na sociedade escravista

Da semi-autarquia que caracterizava os latifúndios coloniais permaneceu o poder absoluto do senhor em seu domínio, arranjado e percebido como uma grande família. A forma patriarcal juridicamente revestia o exercício da dominação

na célula doméstica (segundo o modelo grego do *óikos*, origem do *dominus* dos romanos). A submissão pessoal ao senhor era legitimada pôr normas dele emanadas, cujos limites eram ditados pela tradição. A riqueza material e as relações sociais fundamentais, geradas na unidade familiar e geridas pelo *pater familias*, davam a esta figura um poder que não sofria réplicas. Em torno de si e sob sua tutela reuniam-se suas mulheres, filhos legítimos ou não e a escravaria, todos tidos pôr menores que careciam de proteção. Outros agregados, negros libertos, pequenos produtores e homens livres e pobres que viviam em suas terras estabeleciam laços familiares para além da consangüinidade. O compadrio, a proteção e o favor ligavam pôr toda uma vida esses dependentes livres aos seus protetores.

Segundo a tradição historiográfica originada em Gilberto Freyre, o convívio pacífico, complementar e harmonioso entre a casa-grande e a senzala caracterizou a escravidão brasileira. Tal interpretação do *patriarcalismo* criou o mito de que as diferenças sociais diluíam-se na vida modorrenta dos trópicos. Oposta a esta “democracia racial” seria a violência aberta que caracterizava a escravidão no Sul dos Estados Unidos. Essa percepção, no entanto, era própria da sociedade escravista. A ideologia dominante difundia a idéia do *pater familias* como protetor de seus dependentes contra a vida incerta fora de suas propriedades. Contudo, na própria legislação penal do Império se assegurava ao senhor o monopólio privado da violência. Para ilustrar, o artigo 14 do Código Criminal de 1830, que definia os crimes que não careciam de justificação, prescrevia em seu artigo 6º.: “Quando o mal consistir no castigo moderado que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou deste castigo resultar, uma vez que a qualidade dele não seja contrária às leis em vigor.” Não havia como assegurar a ordem no grande domínio rural senão concentrando-se nas mãos do senhor o direito de arbitrar sobre a vida de seus dependentes, cumprindo várias funções jurídicas que hoje cabem ao Estado. No cotidiano escravista, a paz e a ordem que garantiam a reprodução do sistema produtivo eram

as do açoite, do pelourinho, dos anjinhos, do pau-de-arara - ainda que a presença ostensiva dos feitores muitas vezes substituía pôr si só esses “instrumentos pedagógicos”.

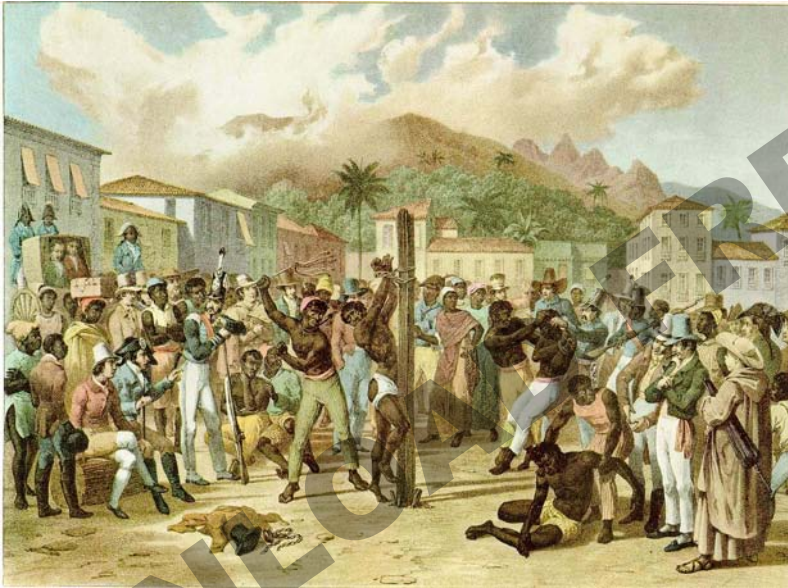


Figura 3. Castigo em praça pública, por J. M. Rugendas.

Não se sustentam, portanto, aqueles princípios segundo os quais a relação entre senhores e escravos era igualitária, de modo que aos últimos cabia a mesma autonomia que aos primeiros. No limite dessa abordagem, a escravidão foi um bom negócio para os escravos.

Ora, a percepção que uma sociedade tem de si não corresponde necessariamente ao que de fato ela é. O que mal se oculta sob a ideologia do *patriarcalismo* é o poder que concentrava o senhor em seu domínio, do qual a violência era algo inerente. São seus índices a baixa expectativa de vida dos escravos, as péssimas condições de trabalho, a alimentação precária, a alta taxa de mortalidade infantil. Enquanto perdurou o tráfico não havia maiores preocupações pôr parte dos senhores

com a reprodução dos escravos. Embora seja bem documentada e já relativamente bem estudada a difusão mais ou menos generalizada da família escrava, variando segundo a época e a região, não foram exceções famílias inteiras separadas pôr ocasião de venda. Era comum igualmente misturarem-se “boçais” - africanos recém-chegados ao país que ainda não entendiam a língua - de diferentes etnias para evitar laços de solidariedade.

Mentalidade patriarcal na configuração do Estado

Autores já tentaram ver no modo escravista de produção um apêndice do capitalismo internacional, fazendo do Estado nacional brasileiro do século XIX um Estado liberal, semelhante à monarquia parlamentar inglesa. Embora seja inegável a força política do Estado imperial, sua observação mais detida leva à relativização e, no limite, ao questionamento do poder desse Estado como publicamente constituído. A estrutura e o funcionamento do Estado imperial assemelhavam-se aos do domínio rural. As relações sociais de clientelismo, de apadrinhamento, informais, personalistas, em última análise patriarcalistas, geradas no cotidiano da unidade produtiva, reproduziam-se em ampla escala na gestão da coisa pública.

O sociólogo Oliveira Viana, no início do século XX, enquanto buscava entender a origem da ascendência da classe dominante paulista, acertou ao apontar que ela se fundava no latifúndio agrícola e pastoril, em torno do qual gravitava toda a sociedade.

Num meio onde o poder privado era de tal modo concentrado, seria no mínimo abstruso que o direito de participação política fosse dado a todos. Conforme ensina Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, o quadro familiar era tão poderoso e imperativo que ultrapassava as fronteiras da vida doméstica. Para os brasileiros oitocentistas, a entidade privada sempre precede a pública. Como bem disse Sérgio Buarque de Holanda: “O resultado era predominarem, em toda a

vida social, sentimentos próprios da comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti-política, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.”

A uma tal formação social de base latifundiária e escravista, arranjada ideologicamente como uma estrutura familiar, correspondia outra constituição específica de poder público, onde os laços de dependência dos familiares eram iniludíveis. As facções políticas constituíam-se homologamente às famílias patriarcais em todos indivisíveis, cujos membros associavam-se pôr sentimentos e obrigações, não pôr interesses e idéias. A sociedade política era considerada uma espécie de prolongamento ou ampliação da comunidade privada. O soberano era tido como o chefe de uma extensa família, pela qual deveria zelar, buscando a felicidade geral.

O discurso jurídico é abundante em exemplos da concepção do Estado como núcleo familiar ampliado, que sanciona a coerção física privada e releva o respeito às hierarquias. Tomás Alves Jr., destacado jurista imperial, que chegou a Conselheiro do Império e presidente da província de Sergipe, assim se pronunciou em suas *Anotações theóricas e practicas do Código Criminal*. [Rio de Janeiro: Francisco Luís Pinto, 1864. t. 1, p. 284]:

O poder legítimo arrasta à necessidade de fazer o mal para reprimir o mal. **O poder legítimo divide-se em poder político e poder doméstico.** O magistrado ou pai, ou aquele que o representa, não podiam fazer respeitar sua autoridade, um no Estado, outro na família, se não estivessem armados de meios coercitivos contra a desobediência. O mal que eles infringem têm o nome de pena ou castigo. Por estas vias de fato só procurarão obter o bem **da grande como da pequena sociedade**, e não é preciso dizer que o exercício de sua autoridade legítima é um meio completo de justificação, pois que ninguém quereria ser pai se não tivesse a toda a segurança no emprego de seu poder (...). Não se pode pois duvidar do Direito que existe no pai, no senhor e no mestre, de castigar o filho, o escravo e o discípulo.

A grande e a pequena sociedade a que se refere o jurista são respectivamente o Estado e a casa (no sentido da unidade produtiva doméstica - *óikos*). E não foram poucos os que, no Império, tanto para legitimar quanto para criticar a influência pessoal do monarca, apontaram para o caráter tutelar do poder soberano. A própria Constituição prescrevia que a pessoa do monarca seria inviolável e sagrada, e nenhuma de suas ações se reputariam criminosas ou se submeteriam a tribunal algum.

O caráter patriarcal do Estado de linhagem absolutista, adequou-se perfeitamente à lógica de funcionamento da unidade produtiva fundamental e se legitimou através da recuperação vigorosa do Direito romano na construção dos alicerces jurídicos da nação. Do que resulta que o objetivo primeiro da monarquia brasileira nunca foi a busca da liberdade e igualdade para os súditos, mas a outorga do que o rei supunha que fosse a felicidade geral, como um pai que zela pôr seus filhos e dependentes.

Essa mentalidade patriarcal que caracteriza a monarquia no Brasil está na base da explicação da maneira como, pôr exemplo, D. Pedro I “outorgou” a Constituição de 1824 aos brasileiros ou, depois, D. Pedro II* dirigiu com mão de ferro a política na segunda metade do século, mudando ministérios e dissolvendo o Parlamento como o fez, amparado pelos atributos que lhe eram conferidos pelo “poder moderador” prescritos na Constituição. Ou na maneira como se constituiu a vida artística e intelectual no Brasil no período, totalmente dependente do mecenato do imperador, como se verá a seguir.

CAPÍTULO IV

A CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM: DA ABDICAÇÃO À SUPREMACIA CONSERVADORA (1831-1850)

A dança do poder: resistências regionais e afirmação das elites cafeeiras

No período que compreende a menoridade do príncipe herdeiro até a primeira década após sua ascensão ao trono assiste-se ao realinhamento das forças políticas. Este se deu em função das explosões revolucionárias que eclodiram por todo o território e da afirmação da hegemonia das elites cafeeiras do Centro-Sul em plano nacional. A abdicação de D. Pedro I deveu-se à aglutinação de facções heterogêneas que, em seguida ao 7 de Abril, pulverizaram-se. À esquerda, os liberais ortodoxos (apelidados de **farroupilhas**), que ansiavam pela transformação pacífica das instituições, racharam com os liberais “exaltados” (chamados **jurujubas**), os quais não descartavam a luta armada para alcançar o mesmo fim. Esses grupos reuniam-se, de início, em torno da Sociedade Federal.

A Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira agregava a facção mais reacionária da sociedade que até 1834, ano da morte de D. Pedro I, lutava pela restauração de seu trono e desejava a recolonização do país. Alcinhavam-se seus membros **caramurus**. Os **chimangos**, reunidos em torno da

Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, foram os “muristas” da época, colocando-se ao centro entre liberais e conservadores.

É muito comum nesse período a migração de elementos de uma facção para outra, pois as definições políticas derivavam muito mais de interesses que de convicções ideológicas. Além do franco declínio dos caramurus, que após 1834 uniram-se a elementos chimangos, formando a base do que viria a ser o partido conservador, o revezamento no poder é a marca registrada da política desse período.

As convulsões sociais que eclodiram em todo o território, ainda que desconexas, têm algumas características comuns. Em primeiro lugar, os movimentos iniciavam-se geralmente nos setores imediatamente abaixo das classes dominantes e daí expandiam-se para as classes inferiores. Quando estas aderiam, sucedia-se uma reação nas lideranças que, perdendo o controle sobre as massas ou tornavam-se reacionárias ou simplesmente abandonavam o movimento. Assim se deu com os “cabanos” do Pará e com os “sabinos” na Bahia.

O malogro das rebeliões do período regencial deveu-se a esta regra. A falta de integração impelia a que o sucesso dos revolucionários nunca passasse da tomada do poder local, sem a unificação “nacional” das conquistas. Outros fatores contribuíram para o insucesso. A grande porcentagem da população que tinha motivos para rebelar-se estava alheia aos processos políticos. Os escravos, que constituíam quase a metade do país, devido à sua própria condição, não tinham como mobilizar-se nesse nível. As práticas clientelistas e paternalistas que vigoravam na sociedade brasileira anulavam as classes dos homens livres e pobres, que viviam à sombra dos latifúndios ou vagavam errantes pelos sertões. Tudo isso contribuía para a esterilidade dos movimentos revolucionários que marcaram o período regencial e os primeiros anos do segundo reinado.

Os escravistas e a construção do Estado

Os plantadores escravistas da região Centro-Sul do Brasil e os canavieiros do Nordeste, amparados pelos grandes comerciantes da praça do Rio de Janeiro - hegemônicos no “grosso trato”, no tráfico internacional e no domínio do sistema de crédito - constituíam as classes economicamente dominantes da colônia brasileira no limiar do século XIX. Todos ganharam muita força ao aproximarem-se da Corte de D. João VI, enquanto esteve instalada no Rio de Janeiro. Unidos por interesses comuns, foram os principais responsáveis pela Independência. O Rio, além de maior porto receptor do comércio negreiro, tornou-se a capital do Império. Ao mesmo tempo, expandia-se com vigor pela Baixada Fluminense, atingindo depois o Vale do Paraíba, a cultura do café, cuja demanda internacional era crescente.

Já na década de 1821-30 o café era o terceiro produto, representando, atrás do açúcar e do algodão, 18,4% da pauta de exportação brasileira. No decênio seguinte, já era o primeiro, com 43,8%, superando o açúcar (24%) e o algodão (10%). Daí em diante o “ouro verde” manteve-se como a principal fonte de riqueza do país, alimentando até 1850 o tráfico de escravos e estendendo a escravidão até o final do século, quando já havia sido abolida em praticamente todo o território americano. Até meados do século também a classe dos plantadores escravistas do café iriam afirmar sua supremacia, enquanto se produziam os pilares jurídicos da nova nação brasileira.

As bases legais em que se fundou o novo Império foram: a Carta constitucional de 1824, outorgada por D. Pedro I; o Código Criminal do Império do Brasil, de 1830; o Código do Processo Criminal, de 1832 e o Código Comercial de 1850. Todos sofreram modificações, maiores ou menores, mas duraram pelo menos até a proclamação da República. Esses documentos foram obra de um segmento específico da classe escravista: os bacharéis de direito. Estes eram formados em Coimbra, Portugal - e depois nas Faculdades de Direito fundadas em São Paulo e Recife em 1827. Foram os mentores intelectuais da classe dos senhores de

escravos. por isso viviam uma grande contradição: sustentavam os ideais liberais em moda na Europa, que defendiam a liberdade e a igualdade entre os homens e, ao mesmo tempo, representavam, enquanto juristas e legisladores, os interesses de uma classe sustentada pela escravidão e por relações clientelistas e patriarcais, resultantes da herança rural do país.

Aqueles interesses permearam todas as disputas que marcaram as regências e o primeiro decênio da *maioridade*.

O poder de batina: padre Diogo Antônio Feijó

Dos arranjos parlamentares posteriores à Abdicação de D. Pedro I formou-se, para governar o país, a Regência Trina Provisória, constituída pelos senadores Nicolau Vergueiro e Carneiro de Campos, e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva, este último como recurso para conter o perigo militar que ameaçava o novo regime. Esse governo provisório durou apenas 2 meses (abril/maio), sendo em seguida substituído pela Regência Trina Permanente, que se estendeu até 1835, composta pelos deputados Costa Carvalho, Bráulio Muniz e pelo mesmo brigadeiro Lima e Silva.

Afastada a ameaça dos militares, impunha-se aos legisladores elaborar um projeto de governo. Duas posições opunham-se no Parlamento: a que, defendida por Evaristo da Veiga*, privilegiava um poder executivo central forte, em detrimento do legislativo e da autonomia das províncias; e a inversa, defendida por Honório Hermeto Carneiro Leão*. Esta segunda prevaleceu e orientou a lei da Regência, de 14 de junho de 1831, que retirou à Regência as atribuições do poder moderador. Ficou vetado ao executivo dissolver a Câmara dos deputados e suspender as garantias constitucionais, como só o Imperador poderia fazer.

A compensação aos que eram favoráveis a um governo centralizado aconteceu na imposição, pelo grupo de Evaristo, do padre paulista Diogo Antônio Feijó* para o ministério da Justiça. Usando habilmente a Sociedade Defensora para pressionar o

A consolidação da ordem

Parlamento, Feijó conseguiu impor-se como homem forte da Regência. As medidas tomadas pelo ministro levaram ao fortalecimento do poder central, que passou a estar autorizado a criar milícias civis, alistar e armar os cidadãos que tivessem capacidade eleitoral e formar, em cada distrito de paz, um corpo municipal sob o comando do juiz de paz, agora subordinado diretamente ao ministério da Justiça.

Tais medidas provocaram a **crise de Julho**, deflagrada pela sublevação do 26º. Batalhão de Infantaria, com apoio popular e do corpo de polícia, que se dirigiu ao Campo de Santana. Feijó aproveitou-se da crise para derrubar todo o ministério, deixando o seu mais fortalecido. Criou a Guarda Nacional (1831), subordinada diretamente à pasta da Justiça, substituindo as antigas Milícias e Ordenanças. Com isso Feijó acabou desmantelando as forças armadas, principalmente o Exército, que só recobriam sua importância política nos anos finais do Império.

Não satisfeito com a centralização que já havia conseguido, o padre Feijó intentou um golpe de Estado, em junho de 1832. Reuniu as comissões de Justiça e Constituição para com elas arranjar a destituição de José Bonifácio* da tutela do príncipe herdeiro, a que a Câmara anuiu - mas o Senado vetou. Sob pretexto dessa votação, Feijó tramou a renúncia coletiva do governo e a transformação da Câmara em assembléia constituinte, enquanto se utilizaria da Guarda Nacional como instrumento de pressão.

Seus planos incluíam a aprovação da “Constituição de Pouso Alegre”, que estabelecia o fim da vitaliciedade do Senado, do poder moderador e do Conselho de Estado, a criação de assembléias provinciais e a instituição da regência única. A oposição de Honório Hermeto Carneiro Leão*, contudo, fez reverter a opinião da Câmara, que não se curvou à trama, retirando a renúncia coletiva e ocasionando como desfecho do golpe a queda do próprio Feijó e seus colegas de ministério.

Política de compromissos e descentralização

No período que se seguiu à queda de Feijó inaugurou-se uma política de compromissos que aproximou Câmara e Senado. O principal resultado desse conluio foi a lei de 12 de outubro de 1832, onde se concedia à legislatura seguinte reformar pontos importantíssimos da Constituição. Entre outras coisas, previa a possibilidade de se extinguir o Conselho de Estado, a conversão dos conselhos provinciais em Assembléias legislativas, a criação do município neutro para a sede do governo e a instituição da Regência una.

A aproximação de políticos rivais como Gonçalves Ledo, Honório, Aureliano Coutinho* e Evaristo da Veiga*, aliada ao temor restaurador, causaram a queda de José Bonifácio*. Sob pretexto das agitações que ocorriam na capital e da destruição dos jornais “caramurus”, o governo aproveitou o recesso parlamentar e interveio no paço, mandando prender o Andrada em dezembro de 1833. A tutoria do príncipe D. Pedro ficou a cargo do Marquês de Itanhaem.

O coroamento dessa política seriam o Código do Processo Criminal (novembro de 1832) e o Ato Adicional (agosto de 1834), que reformou a Constituição. Ao lado da que criou a Guarda Nacional, essas leis caracterizariam essa fase da Regência como a do predomínio do poder local sobre o central. Para liberais significava a vitória da democracia; para os conservadores, o triunfo da anarquia.

Depois das distorções autoritárias impostas pela regência provisória, que subordinou os poderes locais do Juiz de Paz diretamente ao governo do Rio de Janeiro, o Código do Processo veio recuperar-lhes a função democrática perdida, confiando a justiça a magistrados de escolha popular. Além das funções de justiça, acumulavam as de polícia, com atribuições para julgar crimes pequenos, formar culpa e pronunciar os réus. Instituiu-se o júri popular.

A consolidação da ordem

A Guarda Nacional, inspirada no “cidadão em armas” da Revolução Francesa, como lá foi criada para conter o poderio dos exércitos governamentais. Mas no Brasil sofreu distorções e acabou transformando-se em instrumento de domínio dos grandes senhores locais, que tornaram-se **coronéis** de tropas formadas pelo critério censitário. Quer dizer isso que não era o “povo”, mas a parcela dele com uma renda determinada, que tinha acesso às armas. Com o Código do Processo, que dava ao Juiz de Paz eleito localmente, como autoridade máxima do distrito, autoridade para formar culpa e prender pessoas, auxiliado pelos inspetores de quarteirão que lhe serviam de espíões, muitos inocentes foram perseguidos e condenados em processos forjados, através dos quais senhores locais neutralizavam opositores e impunham seu domínio.

A peça final dessa legislação descentralizadora criada pela **transação**, que aproximou Senado e Câmara, foi o Ato Adicional, previsto pela Lei de 12 de outubro de 1832 e promulgado em agosto de 1834. Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Limpo de Abreu e Paula Araújo compunham a comissão encarregada de redigi-lo e o fizeram em tempo recorde. Ao lado da Regência una e da extinção do Conselho de Estado, já previstos, a principal novidade do texto foi a criação das Assembléias provinciais. A imprecisão dos artigos gerou questões de competência entre o governo central e o provincial, que não se entendiam quanto à jurisdição dos cargos imperiais situados nas províncias - quem deveria nomeá-los, demiti-los, pagá-los, etc. Dentro do amplo feixe de atribuições a cargo das províncias ficaram as decisões sobre a divisão administrativa, o estabelecimento da receita e despesa, da força policial e o controle dos magistrados.

Ficou definido pelo Ato Adicional, também, que a Regência não deveria ser permanente, mas temporária, e que sua escolha não seria indireta, através da Câmara, como queriam os “manobristas” de Honório, mas por província, de acordo com a proposta de Evaristo da Veiga*. Esses mecanismos eleitorais propiciaram a autores posteriores apelidarem o período de “experiência republicana”.

O regresso conservador

Conforme as determinações do Ato Adicional, realizou-se em abril de 1835 a eleição para regente único da qual Feijó, apoiado por Evaristo da Veiga* e os liberais moderados, sagrou-se vitorioso. Apesar de não haver programas partidários explicitados, os grupos políticos organizaram-se em torno de duas tendências: a dos que defendiam uma maior preponderância do executivo (representada por Feijó) ou a que era por um Parlamento mais forte (pela qual se candidatou Holanda Cavalcante com apoio de Honório Hermeto). Do corpo de aproximadamente 6 mil eleitores, Feijó obteve 2.826 votos e Cavalcante 2.251, sendo o restante - menos de mil - divididos entre os candidatos de menor expressão.

Não se confirmaram os boatos de que, por não ter maioria parlamentar, o vencedor não tomaria posse. O padre Feijó inicia a Regência em 12 de Outubro. Encerraram-se a 25 os trabalhos da seção legislativa. Ao invés de aproveitar o recesso parlamentar para costurar alianças e estabilizar politicamente seu governo, Feijó preferiu fazer o oposto. Dirigiu a nação autoritariamente, deixando manifestarem-se antigos ressentimentos que tinha em relação a figuras expressivas da política nacional. O desgaste foi inevitável e levou à sua renúncia.

O principal articulador da derrocada de Feijó - e com ele a ala dos liberais moderados - foi o deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Há muito cobiçava a pasta da Fazenda e nutriu antipatias ao regente que o preteriu. Os ressentimentos recíprocos avolumaram-se. Aproveitando-se das posições religiosas heterodoxas do padre paulista - que era publicamente contra o celibato clerical, por exemplo -, Vasconcelos acusou-o de herético, indispondo-o em relação à Igreja do país e à Santa Sé. Angariando a maioria parlamentar na oposição, Vasconcelos cercou o regente no isolamento.

Usou-se Vasconcelos também, e com bastante êxito, das posições separatistas atribuídas a Feijó, acusado de simpático às

A consolidação da ordem

causas dos rebeldes que agitavam o Pará e o Rio Grande do Sul. Por ocasião da fuga do revolucionário italiano Bento Gonçalves, que agia no Sul e se encontrava preso na Bahia, levantaram-se suspeitas de condescendência - e mesmo cumplicidade - de Feijó para com os revolucionários. Esse golpe foi fatal e levou-o à renúncia, em 19 de setembro de 1837.

No seu esfacelado partido moderado, Feijó não encontrou substituto para seu cargo, que foi ocupado por Pedro de Araújo Lima. Este habilmente montou um gabinete totalmente harmônico às expectativas da maioria da Câmara. Seu ministério foi encabeçado por Bernardo de Vasconcelos (Justiça e Império) que, a partir de então, passou a gerenciar no governo a reação conservadora que ficou conhecida como o **Regresso**, em torno do qual consolidou-se o Partido Conservador.

O programa instituído entre 1838 e 1842 baseou-se na reforma do Código do Processo Criminal e na Lei de interpretação do Ato Adicional. Representando os interesses das oligarquias rurais fluminenses, que enfim se encastelaram no poder, essas mudanças legais visaram a retirar o controle do sistema judicial às províncias e devolvê-lo ao poder central. Os principais nomes da oligarquia representada na Câmara eram Paulino José Soares de Souza, Rodrigues Torres e Eusébio de Queirós*.

Foi Paulino quem, apoiando-se num dispositivo constitucional, formulou sua lei de interpretação do Ato Adicional, revertendo sua tendência descentralizadora. Restringiram-se as atribuições das Assembléias legislativas provinciais e das polícias administrativas municipais. Restaurou-se o Conselho de Estado. O complemento da interpretação do Ato Adicional foi a reformulação do Código do Processo, em dezembro de 1841, que retirou quase todas as competências do juiz de paz, inclusive suas incumbências policiais. Também acabou com o caráter eletivo do sistema judicial, que passou a ser de escolha do Império.

A centralização total só se completou por volta de 1850, com a Lei de 19 de outubro, que reformou a Guarda Nacional e a de 18 de setembro, conhecida como “Lei de terras”, que definiu a propriedade da terra em favor dos latifundiários, inviabilizando uma distribuição democrática baseada em pequenas propriedades. A reformulação da Guarda Nacional subordinou-a ao ministro da Justiça, contendo-se essa força até então usada em favor do arbítrio do poder local.

Se o Partido Conservador, ou Partido da Ordem, estava claramente definido em torno do “regresso”, a oposição a este, em nome dos lemas que levaram à Abdicação, congregou os principais parlamentares em torno do **Partido Liberal**. Para conter o avanço das reformas conservadoras, os liberais tramaram a antecipação da *maioridade* do jovem D. Pedro, em 1840, para alçá-lo ao trono.

Apesar do grande prestígio do Gabinete Parlamentar montado por Araújo Lima, não tardaram as indisposições entre ambos. Aproveitou-se o Regente da votação expressiva que acolhera nas eleições de abril de 1838 para impor uma política pessoal arrogante e autoritária. Nessas eleições definiram-se outras composições políticas. Feijó obteve quase a metade dos votos do vencedor, e nunca mais recuperaria a ascendência que já alcançara anteriormente. Os Andradas Antônio Carlos e Martin Francisco lançaram a candidatura do primeiro pelo Partido Conservador. O menosprezo dos correligionários provocou a debandada de ambos para o Partido Liberal.

A *maioridade* de D. Pedro II

Desde 1837, pelo menos, já era aventada a possibilidade da antecipação da *maioridade* de D. Pedro para parar o tropel revolucionário que sacudia o país. Uma trama palaciana dirigida, a princípio, por José de Alencar, que fundou a Sociedade Promotora da Maioridade, tinha o propósito de conter o avanço conservador. Aproveitaram-se os liberais da revalorização dos

A consolidação da ordem

ideais monárquicos - iniciada pelos próprios conservadores com Araújo Lima, que haviam resgatado o rigor da etiqueta cortesã, abandonada desde o 7 de Abril. As solenidades públicas pomposas, como o “beija-mão”, revitalizadas por Araújo Lima, visavam a atrair as simpatias do jovem herdeiro, ao mesmo tempo que deveriam torná-lo inacessível e, naturalmente, sobre controle dos círculos palacianos.

Com maioria absoluta na Câmara, os conservadores passavam a sustentar a posição contraditória de se oporem à *maioridade* de D. Pedro - que teria o arbítrio, facultado pelo poder moderador, de dissolver a Câmara e inverter a situação política. Foi isso exatamente o que os liberais tramaram e conseguiram. Quando a turbulência gerada pelas discussões maioristas extravasaram do Parlamento e ganharam as ruas, uma comissão mista de deputados e senadores, à qual se juntou o próprio regente na última hora, dirigiu-se ao jovem herdeiro do trono, que decidiu por aceitar sua *maioridade* e ascensão imediata ao trono.



Figura 4. Aclamação de D. Pedro II.

Sob a mão de ferro de que se utilizaram os liberais para manterem-se no poder, realizaram-se em 1840 as “eleições do cacete”, que definiriam a legislatura de 1842. Essas eleições fraudulentas e violentas, das quais os liberais saíram vitoriosos, não impediram seu desgaste. Em 23 de março de 1841, era destituído o Gabinete Maiorista (liberal) e formado o Gabinete Palaciano (Conservador), que se incumbiu de retomar e concluir a obra do “regresso”, interrompida pela *maioridade*. Restaurou-se o Conselho de Estado e se reformulou o Código do Processo Criminal nos últimos meses de 1841. Revoltados, os liberais de Minas Gerais e São Paulo apelaram às armas, sob orientação de *sociedades secretas* como a dos **patriarcas**, que se ramificou pelo país. A repressão do governo, sob comando de Luís Alves de Lima e Silva, futuro Caxias, porém, foi fulminante, prendendo líderes do movimento, suspendendo suas garantias constitucionais e deportando-os para Lisboa. Anistiados em 1844, até esse ano o Partido Liberal se manteve na ilegalidade e na clandestinidade.

O período que se estende de 1840 a 1848 é caracterizado por contínuas crises de sucessão. Até pelo menos 1843, o jovem Imperador permaneceu sob tutela dos meios palacianos e só após essa data passou a ingerir-se de fato nos negócios de Estado. A oposição dos parlamentares às influências palacianas nas ações do imperador marcaram as crises do período. Os meios palacianos, dominados por conservadores, entraram em choque com D. Pedro nos últimos dias de 1843. No ano seguinte, os liberais anistiados foram chamados de volta ao governo, onde permaneceram até 1848 - período que ficou conhecido por “quinquênio liberal”, caracterizado pela esterilidade das ações políticas desse grupo que, uma vez no Poder, não conseguiu concretizar as reformas que pretendia.

Apesar do nome, não houve durante o “quinquênio” o predomínio de fato dos liberais. Antes, o imperador tentou neutralizar as oposições através de uma política de *conciliação* interpartidária. Os desmandos do governo evidenciaram-se já no processo eleitoral de 1844, coberto de fraudes. As dissidências

A consolidação da ordem

regionais avolumaram-se em reação à conduta dos liberais instalados no poder. São exemplos que chegaram quase à guerra civil o enfrentamento de “lisos” e “cabeludos” em Alagoas, ou entre os liberais históricos (“praieiros”) e os Cavalcante em Pernambuco.

Aos poucos, minados pelas oposições dos conservadores e dos círculos palacianos, os liberais foram se desgastando irreversivelmente. O ano de 1848 se iniciou tumultuado. **Luzias** (liberais do Sul) e **saquaremas** (conservadores) acenaram uma aproximação para um estudo conjunto de reforma judiciária. Isso foi recebido com intolerância pelos praieiros. A situação agravou-se com a anulação das eleições quando os líderes da Praia passaram a incentivar a agitação. Difundiam sentimentos xenófobos e anti-portugueses, que tinham grande aceitação popular.

A oposição à candidatura de Clemente Pereira, que era português, à vereança no município neutro da Corte era sinal da propagação praieira no Sul. Na contra-mão, formou-se em torno da mesma candidatura uma força de reação, com apoio no Paço e no Parlamento, que ganhou as simpatias do Imperador, determinado que estava em mudar os rumos da política. Em consequência, rebentou em Pernambuco a Revolta da Praia, ou Revolução Praieira, última que marca o tumultuoso período que se estende de 1831 a 1848, cuja supressão significou o início de um longo período de relativa paz interna, que se estendeu por todo o II Reinado.

DOWNLOAD FREE

CAPÍTULO V

RESISTÊNCIA E CONFLITO NO PERÍODO REGENCIAL

A “Cabanagem” no Pará

O atual Estado do Pará, durante o período colonial, talvez pelo próprio distanciamento geográfico do Centro-Sul, teve suas lideranças sempre vinculadas mais diretamente a Portugal que as outras regiões do Brasil. Por ocasião da Revolução Pernambucana em 1817, por exemplo, a primeira Junta Governativa sediada em Belém não mediu esforços para barrar as “idéias francesas” que chegavam do Recife. Em 1821, Rodrigues Barata armou um levante em apoio à Revolução Constitucionalista - e recolonizadora - do Porto. A grande pobreza em que vivia a maioria da população provocou, nesta ocasião, as primeiras manifestações de descontentamento contra seus dirigentes lusófilos. No pequeno levante já se destacaria o cônego Batista Campos, que conclamou o povo a insurgir-se contra Portugal. A Independência do Brasil só foi imposta aos governantes paraenses, ainda fiéis à Lisboa, em 1823, sob pressão militar comandada pelo lengedário almirante Grenfell.

As convulsões sociais de 1824, que em Pernambuco levaram à Confederação do Equador, produziram ecos no Pará e notabilizaram nomes como Clemente Malcher, líder dos cabanos na década seguinte.

A relativa paz que se estende até 1831 foi quebrada pelas agitações, que começaram a ocorrer sistematicamente. Os governos provinciais, derrubados ora por populares, ora pelo governo central, não conseguiam impor uma administração satisfatória, enquanto a miséria das classes populares se propagava vertiginosamente. A essa altura o cônego Batista Campos já se constituía em grande liderança das massas, à frente das quais provocou a sublevação da comarca do Rio Negro em 1832. Embora mantendo no cargo o presidente da província, submeteu-o a sua própria orientação. Usando de demagogia, o clérigo conseguiu manter a animosidade das frentes populares contra a política conservadora da regência.

Foram nomeadas novas autoridades, que se dirigiram ao Pará no início de 1833 com o fim de debelar a rebelião. Mas não conseguiram sequer desembarcar em Belém. Em dezembro, chegavam Bernardo Lobo de Souza e José Joaquim Silva Santiago, enviados do Rio e conseguiram tomar posse no governo provincial. Sua atitude despótica e violenta foi o que faltava para explosão de um levante popular sem precedentes na história do Brasil.

Assim que assumiu a presidência, Bernardo Lobo impôs uma política repressiva, harmônica com as diretrizes reacionárias do Rio de Janeiro, caçando, prendendo, torturando, enfim, eliminando os revoltosos. Utilizou-se de um mecanismo particularmente impopular: o recrutamento compulsório para as forças armadas. Dessa maneira prevista em lei, conseguia enquadrar e neutralizar os adversários, como fez com Eduardo Nogueira Angelim*, já então líder destacado entre os cabanos.

A insatisfação popular rapidamente tornou-se levante armado. Conduzindo os trabalhadores rurais, se projetariam os irmãos Antônio Raimundo, Francisco Pedro e José Vinagre. Na cidade de Belém, o jornalista maranhense Vicente Ferreira Lavor fazia ecoar, através de seu *A sentinela*, o grito revolucionário. Nesse momento, as lideranças ligadas ao cônego Batista Campos já demonstravam mudanças de comportamento. O Ato Adicional

Resistência e conflito no Período Regencial

promulgado em 1834 mandava convocarem-se Assembléias provinciais. Seduzidas pela possibilidade de obterem maioria na Câmara do Pará, consolidando seu poder sem o recurso das armas, e já temerosos da força que movia os rebeldes, algumas lideranças cabanas afastaram-se do movimento, entre elas o próprio cônego, deixando os revolucionários sem comando.

Mas esses não capitularam e a 7 de janeiro cercaram o Palácio do Governo, executaram Silva Santiago e Bernardo Lobo, e declararam Malcher, que se encontrava preso, presidente da província. Proprietário rural que havia se destacado ao lado do cônego, há muito já havia se distanciado dos ideais revolucionários. Não correspondendo às expectativas extremadas e aproximando-se da reação, acabou se indispondo com os sediciosos. Mandou prender outros líderes como Angelim e Lavor. Não teve força suficiente, porém, para neutralizar os irmãos Vinagre e, ao tramar a prisão de Francisco Pedro, foi Malcher preso e executado pelo tribunal revolucionário.

Uma vez no poder, Francisco Pedro repetiu os erros do antecessor, jurando fidelidade ao governo imperial, o que ocasionou a ruptura entre os irmãos Vinagre. Temerosa da vaga republicana e aproveitando-se do racha entre os chefes revoltosos, a Regência de Feijó interveio com determinação. Bombardeou Belém e dispersou os rebeldes para o interior, conseguindo impor Manoel Jorge Rodrigues* presidente da província. Recompostos no interior, levantaram-se as massas rurais e retomaram a capital, expulsando o presidente e proclamando a República do Pará, independente do Império.

A essa altura, entretanto, os desentendimentos entre os cabeças, as batalhas prolongadas e as baixas causadas também por doenças haviam enfraquecido os revolucionários. A poderosa esquadra que chegou ao Pará em 1836, sob o comando de Francisco José de Sousa Soares de Andréia, nomeado presidente legal da província pelo regente Feijó, não teve muitos problemas para dominar a situação. Os cabanos, mesmo após a prisão do líder Angelim, ainda resistiram. A desradicalização da luta só

aconteceria em 1839, com a anistia decretada pelo governador Sousa Franco. No ano seguinte os rebeldes depuseram armas.

A cabanagem, como ficou conhecida, inscreveu-se na história do Império por dois motivos: a dimensão que tomou a luta e o caráter popular de suas bases que, apesar dos desencontros de seus líderes, conseguiu efetivar-se por várias vezes no poder.

Diferenças entre cabanos e “farroupilhas” gaúchos

Diferentes do caráter popular que caracterizou os cabanos do Pará, seriam os conflitos de quase uma década iniciados por volta de 1835 nas províncias do Sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul. A área de fronteira, situada na tumultuosa região platina, explica a presença permanente do elemento militar naquelas planícies sulinas.

Desde os tempos coloniais, os de maior patente voltaram-se à atividade criatória, tornando-se grandes estancieiros (donos de “estâncias”, como se chamam as fazendas no Sul). Os de menor alçada, que permaneceram no interior, se converteram em capangas armados que se puseram a serviço dos grandes proprietários na conquista de novas terras. Esse fenômeno ficou conhecido como **caudilhismo**.

Os gaúchos sempre se destacaram por sua oposição ao governo central e seu desejo de autonomia. Depois da Independência, a Coroa impôs pesada carga tributária às províncias, inclusive ao Rio Grande do Sul. Ao lado disso, gerava grande insatisfação o regime de trabalho escravo vigente no país, que lhes colocava em desvantagem diante da produção dos competidores platinos, que já utilizavam o trabalho livre. Como os presidentes de províncias eram escolhidos pelo governo imperial, nunca se atrelavam aos interesses locais. A reação ao centralismo do Rio de Janeiro começou, como na cabanagem, após as eleições para presidente da província, cumprindo-se as determinações do Ato Adicional. Os grandes pecuaristas conseguiram eleger

Resistência e conflito no Período Regencial

maioria na Assembléia, que imediatamente mostrou-se hostil ao presidente Fernandes Braga, nomeado pelo Rio de Janeiro. Em seguida passaram para a ação armada e, em setembro de 1835, liderados por Bento Gonçalves, tomaram o poder e depuseram o governador e o chefe de armas.

Feijó revidou escolhendo outro presidente e transferindo a capital para a vila do Rio Grande. Em 1836, os rebeldes venceram os legalistas e proclamaram a **República do Piratini**. O revide ocorreu na batalha de Jacuí, quando as tropas fiéis ao regente impuseram grande baixa aos farroupilhas, prendendo os principais líderes, inclusive Bento Gonçalves, que foi transferido para Salvador. Sua fuga, em 1837, foi a gota d'água na crise que grassava na Corte. Feijó, acusado de cumplicidade a Bento Gonçalves, não resistiu e foi obrigado a renunciar em favor do conservador Araújo Lima.

Gonçalves retomou a luta, ajudado agora com o reforço de Giuseppe Garibaldi, destacado líder da guerra civil italiana, e David Canabarro, que dirigiu a luta para Santa Catarina, onde foi proclamada a **República Catarinense**. Esta uniu-se à de Piratini numa confederação que, reunidas em assembléia constituinte em 1842, aprovaram sua Constituição. Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, foi destacado pelo imperador para “pacificar” a região. Feito presidente da Província - para ter o comando da Guarda Nacional - e comandante de armas, aproveitou-se dos desgastes e baixas de anos sucessivos de lutas e, oferecendo não apenas a anistia, mas a promessa de incorporar às forças legalistas os que depusessem as armas, Caxias assegurou a cooptação dos rebeldes e o desmantelamento da revolta, totalmente consolidada em 1845.

Diferentemente do cunho popular dos cabanos, a guerra dos Farrapos foi motivada por interesses particulares dos estancieiros pecuaristas, a classe dominante local.

A “Sabinada” baiana e os “balaíos” do Maranhão

Se alguns traços comuns aproximaram os farroupilhas do Sul aos baianos envolvidos na Sabinada, o principal deles é o ódio ao domínio do Rio de Janeiro. Mas se o gaúchos queriam o federalismo e a separação, os baianos - que já desejaram o mesmo em motins anteriores - agora só ansiavam por livrar-se da tirania carioca: desejavam a monarquia e a autonomia, mas só até a *maioridade* do Regente.

A Sabinada, movimento militar que sacudiu a Bahia em 1837, foi precedido de uma série de levantes que remontam à Independência. Com exceção da **Revolta dos Malês**, de 1835, quando milhares de negros e mestiços se sublevaram causando pânico nas classes proprietárias - que esmagaram a rebelião -, os levantes baianos anteriores tiveram sempre a cor de um anti-lusitanismo exagerado. Isso continuou após a Independência. Aos poucos, contudo, a aristocracia rural baiana foi percebendo que seu novo explorador era a Corte do Rio de Janeiro. A propaganda veiculada em periódicos como o *Novo Diário da Bahia*, de 1837, vaticinava contra a centralização. Atacava senadores e deputados como parasitas das riquezas das províncias e receitavam como remédio a ruptura com o Rio de Janeiro.

Mas essa separação haveria de ser temporária, conforme se lia na proclamação de um dos líderes, João Carneiro da Silva Rego. Era preciso esperar que o príncipe herdeiro alcançasse a maioridade aos 18 anos. Essa proposta era subscrita por outros líderes, dentre os quais Francisco Sabino da Rocha Vieira*, que deu seu nome ao movimento. Declaravam também a convocação de uma consuinte, a aclamação imediata por “tropa e povo” de um presidente que concentraria todos os poderes e autoridades, inclusive eclesiásticas e a retenção na Bahia de toda a renda da província.

Voltaram-se os sabinos contra a “aristocracia local” - na verdade, aquela parte que se mantinha fiel ao Rio de Janeiro -, acusada de traição e absolutismo. Através da imprensa ganharam

Resistência e conflito no Período Regencial

a simpatia popular, enfatizando as diferenças sociais entre os ricos senhores de engenho e o resto do povo. Essa tática foi utilizada pelos praieiros em Pernambuco anos depois.

O golpe se iniciou em 7 de novembro de 1837, quando os militares revoltosos tomaram o forte de São Pedro. Os legalistas fugiram para o interior, para o Recôncavo, para onde transferiram a sede da província, instalada em Cachoeira. Rapidamente o levante se alastrou para Feira de Santana e Vila da Barra, no sertão. A reação foi imediata. Cercados por terra e mar, os sabinos furaram o bloqueio, mas foram vencidos em Humildes, no início de 1838. Uma a uma, os rebeldes foram cedendo suas conquistas. O último foco de resistência armada a capitular foi o Forte do Mar, em Salvador. Seguiu-se a carnificina peculiar dos vencidos, que só acabou com a anistia cedida por ocasião da *maioridade* antecipada em 1840. Embora de duração breve em relação aos outros levantes da menoridade, o saldo foi trágico: oficialmente foram mortos 594 legalistas e 1091 rebeldes, mais 2989 prisioneiros.

A **Balaíada**, que irrompeu no Maranhão em 1838, guarda mais semelhanças com a Cabanagem do Pará, muito embora fosse precedida de um levante maranhense de mesmo nome - “cabanagem” - e com o qual não se confunde. Os balaíos destacaram-se por sua origem social - negros, mestiços e brancos pobres - e pelos seus atos de extrema violência. Tudo começou quando um certo Raimundo Gomes, mestiço, assaltou a 13 de dezembro de 1838 a cadeia pública da vila da Manga, e de lá retirou seu irmão que estava preso, acusado de assassinato. Os guardas, em vez de reagirem, uniram-se ao vaqueiro. Não consta que este tivesse qualquer vinculação partidária ou antecedentes políticos ou criminais. Começou então uma perseguição. Fugiu o pequeno grupo para o Piauí, retornando em seguida. Formou-se uma coluna que passou a espalhar o terror, saqueando e violentando as aldeias.

Ao contrário de outros levantes, não representavam interesses de potentados locais. Apenas sintetizavam e

externavam amarguras e ressentimentos de anos de exploração. Vencendo as tropas legais em batalhas sucessivas - como as de Mocando e Laranjeiras -, começaram a causar preocupação na capital São Luís, que providenciou novos destacamentos munidos até de lanchas.

As batalhas seguintes registraram baixas para os dois lados, mas com êxito dos rebeldes. Em 1838, agregaram-se ao bando um mestiço de nome Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante de balaio, de alcunha “balaio”, nome pelo qual passaram a ser identificados os rebeldes. Também um grupo de 3 mil negros fugidos, encabeçados por um certo “preto Cosme”.

Os balaio chegaram a organizar-se em conselho militar e criar junta provisória, enviando reivindicações à capital, que respondeu organizando uma força inédita, com reforços dos estados vizinhos e até da Corte. A oposição oficial no Maranhão ao Rio de Janeiro organizava-se em torno do jornal **O bem-te-vi**, tido como órgão partidário. Mas essa acusação era infundada e não houve prova alguma que ligasse “bem-te-vis” a “balaio”.

A única solução encontrada pelo governo regencial para barrar os balaio foi a nomeação do ainda Coronel Luís Alves de Lima e Silva como presidente da Província e chefe de armas, em 12 de dezembro de 1839. Dispondo de 8 mil homens bem armados, criou a “Divisão Pacificadora”, dividindo-a em três colunas. As ações rápidas foram pouco a pouco fulminando a resistência rebelde. O chefe balaio Raimundo Gomes rendeu-se em janeiro de 1841, morrendo a caminho do exílio em São Paulo. Último a ser capturado, depois de verdadeira caçada humana, o preto Cosme foi condenado e enforcado em setembro de 1842.

A Revolução Praieira

O ciclo das agitações desencadeadas pela abdicação de D. Pedro I em 1831 atravessou toda a menoridade e se fechou com o último grande movimento do período, verificado em Pernambuco e conhecido por **Revolução Praieira**. Na realidade,

Resistência e conflito no Período Regencial

tem menos de revolucionário que os outros movimentos do período regencial, se por “revolucionário” se entender uma base popular. A participação do “povo”, na Praieira, ficou a reboque das disputas das grandes famílias locais, que atingiram o próprio governo sediado no Rio de Janeiro.

Desde a queda do regente Feijó e a posse do conservador Araújo Lima - potentado rural ligado aos clãs nordestinos -, assistiu-se ao predomínio inquestionável dos conservadores. Araújo Lima nomeou presidente da província de Pernambuco o bacharel Francisco do Rego Barros* que, salvo breves intervalos, manteve-se no cargo até 1844. Por meio desse presidente consolidou-se a hegemonia da oligarquia Cavalcante, representada pelos três filhos do coronel Suassuna, famoso por seu envolvimento na Revolução de 1817. Além dos interesses puramente políticos e econômicos, Rego Barros tinha laços de parentesco com os Suassuna.

A potência dessa aristocracia rural fazia indisfarçável contraste com a multidão de negros e pobres que abasteciam de trabalho e viviam na órbita de seus engenhos de açúcar. Só os Cavalcante eram proprietários de 1/3 dos engenhos da província, o que evidencia sua ascendência sobre toda a região Nordeste. Nas épocas de retraimento da economia, causadas por pressão do mercado internacional e pelas constantes secas, as cidades de Recife e Olinda ressentiam-se do inchaço populacional, consequência do êxodo rural.

Arelada à importância dessas cidades, verdadeiras capitais regionais do Nordeste, surgiu uma classe média urbana ligada ao comércio de retalho. A concessão de privilégios aos comerciantes portugueses, que continuavam afluindo em peso para o Brasil, só provocava a indignação e a revolta dos nacionais. Isso explica o empenho dos parlamentares pernambucanos pela nacionalização do comércio a varejo, bem como o profundo sentimento anti-lusitano encetado nos “morras aos pés-de-chumbo” (alcunha dirigida aos portugueses de nascimento) pelos revolucionários.

A ação contra tal estado de coisas começou efetivamente com a fundação do *Diário Novo*, que iria reunir os líderes do partido da praia, cujo nome decorre da rua onde se situava a tipografia do jornal liberal. Por atacar a oligarquia Cavalcante e os comerciantes portugueses, o partido ganhou rapidamente a simpatia e a adesão populares. A reação organizou-se em torno da *Ordem*, como se chamou o partido ligado aos potentados da província.

Com o “qüinqüênio liberal” caiu Rego Barros e, em 1845, a posse de Chichorro da Gama marca a ascensão dos praieiros ao poder em Pernambuco. Apesar das restrições do cargo de presidente de província, Gama não se furtou de usar de violência aberta para perseguir, prender e espancar, sob os menores pretextos, os proprietários de engenhos. Os comerciantes não tiveram melhor sorte, como se verificou em 1847, quando dezenas de negociantes portugueses foram mortos nas ruas do Recife, e suas casas invadidas e pilhadas. Os rebeldes exigiam a expulsão dos portugueses e a convocação de uma assembléia constituinte.

Diferente dos outros motins anteriores, o movimento da Praia tinha poderosa representação junto à Assembléia nacional sediada no Rio de Janeiro. Paralelamente às ações do Recife, a representação praieira se constituiu em importante bloco parlamentar, ao qual se juntaram em alianças outros políticos do Sul. Visavam principalmente a implementar a nacionalização da economia.

A pressão pernambucana foi o principal fator para o realinhamento das forças conservadoras que, em 1848, derrubaram os liberais e reconduziram ao poder o mesmo Pedro de Araújo Lima, substituto de Feijó em 1837. A repressão aos praieiros foi imediata, estourando a luta armada em novembro de 1848.

O programa apresentado pelos praieiros deve ser compreendido também à luz da história européia. Não se pode esquecer que 1848 é o ano da chamada “primavera dos povos”,

Resistência e conflito no Período Regencial

quando trabalhadores da maioria dos países europeus pegaram em armas em nome da liberdade. Seus principais pontos eram: voto livre e universal; liberdade de pensamento, expressão e imprensa; garantia de trabalho; monopólio do comércio a retalho para brasileiros; independência dos poderes constituídos; extinção do poder moderador e do direito de graça; nova organização com base no ideal federativo; reforma do judiciário; modificações na política de juro e no sistema de recrutamento vigentes.

Em contraste com um programa hiper-democrático, os praieiros mostraram-se ineficazes na ação concreta. As melhores intensões do Capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, à frente de uma coluna de aproximadamente dois mil homens, não foram suficientes para opor-se aos exércitos legais. A resistência, esmagada em fevereiro de 1849, não durou mais que dois meses.

Com a Praieira encerra-se o ciclo de agitações que marca o período regencial e se estende pelos primeiros anos da *maioridade*. Assentados no poder, poderiam agora os conservadores usufruir do surto econômico gerado pela extinção do tráfico negreiro e da relativa paz interna que caracteriza o II Reinado.

DOWNLOAD FREE

CAPÍTULO VI

O IMPÉRIO MADURO: AUGE DO REGIME MONÁRQUICO (1850-1870)

Predomínio conservador e a “Conciliação”

Após extintos os últimos focos de resistência representados pelos praieiros de 1848, a monarquia brasileira entrou em seu período de maturidade, quando todos seus potenciais e contradições se desenvolveram ao máximo. No comando político, firmaram-se os setores conservadores da sociedade, principalmente ligados aos interesses da nova potência econômica do país: os cafeicultores do Centro-Sul. Até 1868, mantiveram-se ininterruptamente no poder, apesar dos intervalos de 1853-58 - chamados impropriamente de “Conciliação” - e 1864-8 - o “segundo quinquênio liberal”.

Sob a direção do arqui-conservador Marquês de Olinda, assumiu o gabinete que já de imediato levou à dissolução da Câmara dos Deputados. Logo antes, em 1849, os três principais nomes do partido - Paulino, Soares de Souza e Rodrigues Torres - haviam composto a chamada “trindade saquarema”, auge dos conservadores no poder. Entre suas principais realizações estão a **lei de terras**, que regulamentou a propriedade da terra em favor dos latifundiários, e a lei Eusébio de Queirós*, que extinguiu o tráfico intercontinental, ambas de 1850.

Os principais assuntos que preenchiam a pauta das sessões parlamentares giravam em torno dos conflitos que eclodiam, mais uma vez, na região platina e das urgentes reformas administrativas que precisavam ser feitas. Liberais e conservadores aproximaram-se nesse período, quando todos veiculavam a idéia da *conciliação*: um congraçamento das oposições em favor do “progresso” do país. Idéia muito atraente para o Imperador, significava na verdade a anulação das oposições por meio da compra de suas lideranças com pequenas frações de poder.

Nem todos, porém, se renderam a essa tática e após as eleições de 1852 já manifestava-se com alguma voz a dissidência parlamentar, composta em sua maioria de políticos do Nordeste, que vinham perdendo cada vez mais espaço para os do Sul. Mas até 1853 predominou a vitalidade conservadora. Suas maiores realizações foram, além da lei de terras e da lei Eusébio de Queirós, a política na bacia do Prata, a elaboração do Código Comercial, a criação das províncias do Amazonas e do Paraná, o incentivo à imigração - através do assentamento de colônias. Muitos outros dispositivos, em consequência sobretudo da extinção do tráfico, se fizeram urgentes. Ligavam-se aos problemas da escravidão, da vida judiciária, diplomática, financeira e da reorganização dos serviços em bases mais racionais.

A ascensão do gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão*, Marquês do Paraná, dá início à prática da *conciliação*. Esta não significou propriamente um conflito de idéias. Os partidos conservador e liberal continuaram existindo. Sem um programa elaborado, a conciliação foi mais uma aproximação de homens que de seus princípios. E uma atitude de cúpula - um acordo de cavalheiros da classe dominante com total exclusão popular.

As principais realizações administrativas da conciliação foram o incentivo à instalação de estradas de ferro e à navegação fluvial, reformas na justiça, controle de emissões financeiras. A morte do Marquês do Paraná não pôs fim à conciliação, que

O império maduro

continuou sob o gabinete Caxias, nomeado pelo imperador e, em seguida, sob o gabinete do Marquês de Olinda.

Os atritos constantes, no entanto, levaram a um desgaste inevitável, pois era muito difícil agradar por muito tempo a interesses tão distintos como os de conservadores e liberais. Em 1857, os conservadores retomam sozinhos, mais uma vez, a direção política do país.

Fim do tráfico intercontinental

O grande problema que afligiu a classe dominante durante o Império foi o abastecimento de mão-de-obra para seus cafezais. Na metade do século, os segmentos dominantes viviam uma grande contradição: precisavam cada vez mais de braços para a lavoura, para atender a demanda do mercado internacional mas, ao mesmo tempo, sofriam todo tipo de boicote por parte da Inglaterra, que levou ao limite sua luta contra o tráfico. O Brasil vinha burlando, havia quase meio século, todos os tratados que assinava com a Inglaterra. O impacto do Bill Aberdeen fez crescer vertiginosamente o comércio ilícito nos primeiros anos, devido ao pânico do pressentimento dos escravistas de que sua maior fonte de mão-de-obra estava por secar.

Por outro lado, persistindo o tráfico, o Brasil continuaria a sofrer o boicote comercial e financeiro da Inglaterra, nossa principal credora, sem os quais seria impossível a modernização do sistema produtivo. Não era mais possível protelar a questão. Principalmente para os conservadores, então no poder, uma vez que os liberais defendiam a abolição do tráfico, à qual o imperador era abertamente simpático. Para atrair D. Pedro, os conservadores acabaram antecipando a medida que propunham seus adversários, retirando-lhes a causa. Os debates anteriores à lei agitaram amplos setores sociais e, a 4 de setembro de 1850, estabeleceram-se medidas severas para reprimir o comércio negreiro, que já era ilegal desde 1831.

A implementação de fato da lei constituiu-se em outro problema. Os fazendeiros mais retrógrados só conseguiam ver na nova medida um obstáculo a seus lucros e, não obstante as altas penas previstas à importação ilícita, muitos tentaram o desembarque ilegal. O poder financeiro dos traficantes, por sua vez, era imenso. Uma grande parte deles constituída de portugueses, que foram expulsos do país.

Se a extinção do tráfico reatava Brasil e Inglaterra, de imediato colocava aos fazendeiros - sobretudo os das zonas de fronteira da economia cafeeira - o problema do abastecimento de mão-de-obra. A solução provisória foi o desvio dos escravos das províncias do Norte, que estavam estagnadas ou mesmo em declínio, para as do Sul, cuja riqueza podia bancar com bons preços os braços de que necessitavam.

Os políticos do Norte opuseram-se ao esvaziamento de seu plantel e até um projeto de lei, que não vingou, foi apresentado à Câmara exigindo o fim do tráfico interprovincial. A situação desfavorável em que se encontrava o Norte-Nordeste fez as idéias abolicionistas ganharem aceitação mais rapidamente que no Sul. No Ceará, aboliu-se a escravidão em 1884.

Formou-se em torno dos cafeicultores do Centro-Sul o núcleo da reação escravocrata, favorável à perpetuação do regime de trabalho servil. Agravaram-se as contradições. A imigração de europeus, que vinha sendo tentada sem sucesso ao lado da escravidão, foi-se afigurando como a única e radical solução e ganhando cada vez mais partidários.

O boom econômico

A par da grande prosperidade gerada pela exportação do café, a extinção do tráfico em 1850 provocou uma súbita mudança na economia brasileira. Volumosas inversões de capitais antes usados no tráfico transferiram-se para outras áreas, como a de serviços urbanos, de crédito, estradas de ferro,

O império maduro

etc., gerando uma onda de “progressismo” que contagiou a todos.

A tarifa Alves Branco, de 1844, que alterou a política tarifária com medidas protecionistas, deu grande impulso nas receitas do país. A essa altura o governo brasileiro se encontrava em grandes apuros, com sua economia comprometida pelas agitações internas. Pesavam-lhe também suas leis alfandegárias, criadas sob pressão para que a Inglaterra reconhecesse a Independência brasileira, que mantinham as taxas de comércio internacional a baixos níveis.

Sem o fundamental crédito estrangeiro, o governo viu-se obrigado a elevar suas tarifas. Apesar de totalmente legítima, a ação não impediu fortes protestos britânicos. Mas o sufoco econômico, aliado a um forte sentimento nacional gerado pelas arbitrariedades inglesas contra o tráfico, impediu a eficácia dos protestos, tendo o Brasil dobrado o valor sobre seus direitos de importação.



Figura 5. Panorama do Rio de Janeiro, por Víctor Frond (1869).

Depois desse primeiro desafio, a extinção do tráfico fez difundir-se no país uma verdadeira febre de reformas. O comércio negreiro comprometia praticamente a metade dos capitais nacionais. De uma hora para outra esse montante “sobrou”. Os capitalistas iniciaram a organização regular das agências financeiras. Em 1851, começaram as sociedades anônimas e fundou-se o segundo Banco do Brasil, que se reestruturaria três anos depois, conservando o monopólio das emissões. Em 1852, inaugurou-se a primeira linha telegráfica no Rio de Janeiro. Em 1853, surgiu o Banco Real e Hipotecário, importante agente financeiro. Um ano depois, foi inaugurada a primeira linha férrea na Baixada Fluminense. Em 1855, a segunda, ligando a Corte à capital da Província de São Paulo (a Central do Brasil).

Encurtaram-se as distâncias. O telégrafo fazia movimentarem-se rapidamente os negócios, organizando e expandindo o sistema bancário. No mesmo sentido, o escoamento da produção do interior para os portos da capital aceleraram o processo produtivo. A Inglaterra, satisfeita enfim, podia abrir generosamente seus cofres. Inciava-se a essa altura uma avalanche de investimentos ingleses que, além do crédito, introduziu mão-de-obra especializada, técnicos e tecnologia no país. Alterou-se a vida urbana com a criação de serviços até então inexistentes. Melhoraram as condições materiais de vida da população das cidades, gerando uma verdadeira transformação na mentalidade e nos costumes, que aos poucos iam deixando para trás seu passado rural e patriarcal de séculos. Esse momento de convulsão econômica é o berço de uma classe média urbana, formada por profissionais liberais, professores, médicos, advogados, trabalhadores do setor terciário, que tiveram papel de destaque no movimento abolicionista, principalmente após 1870.

Nessa altura, por enquanto, apenas começava a estruturar-se uma mentalidade realmente empresarial. Poucos, porém, foram os empreendedores do vulto de Irineu Evangelista de Souza*, futuro Barão de Mauá, que percebeu a mudança dos tempos e lançou-se a

O império maduro

aventuras empresariais. Começou seus negócios no ramo da produção de barcos à vela em 1845, no pequeno estuário da Ponta da Areia, em Niterói. Passou daí aos tubos para encanamento do Rio Maracanã, à empresa de gás, caldeiras para máquinas a vapor, engenhos de açúcar. Abasteceu de navios a frota brasileira. Teve seu próprio banco. Promoveu a instalação dos principais serviços urbanos da capital carioca. Esteve envolvido na exploração da navegação do Rio Amazonas e na construção de estradas de ferro. Mas na sociedade brasileira - e seus governantes - ainda estava muito arraigada a mentalidade rural tradicional forjada desde a colonização. Não foi por outro motivo que toda essa fermentação gerou reações que provocaram seguidas crises. Uma delas levou o próprio Mauá à falência.

Novo predomínio conservador e a “Liga Progressista”

Com o esgotamento da **conciliação** (1853-1858), que preencheu os gabinetes do Marquês do Paraná e de Olinda, assiste-se ao retorno incontestável dos conservadores ao governo. Agora, porém, os ortodoxos teriam que conviver com os mais moderados. Assim sobreviveram os três gabinetes que se substituíram entre o fim da conciliação até o surgimento da **Liga Progressista** (1862). Usando das prerrogativas que lhe concedia a própria Constituição, D. Pedro não se furtou de usar - e abusar - de seus direitos imperiais. Dissolveria a Câmara dos Deputados ou os gabinetes como bem lhe aprouvesse - e não apenas nesse período, mas principalmente depois de 1880, quando o regime desmoronava. Usando do direito que lhe assegurava a Constituição - mas só nos casos em que o exigisse a “salvação do Estado” -, D. Pedro jogou com os partidos, atraindo para si quem estivesse fora dos quadros do governo.

Foi obedecendo a essa lógica que se deu a reorganização das forças políticas após o desgaste dos conservadores, que começaram a se degladiar entre si, uma vez que os liberais ficaram sistematicamente fora do governo. A **Liga** já existente entre os conservadores moderados e o que havia sobrado do

partido liberal firmou-se contra a hegemonia dos conservadores ortodoxos da velha tradição saquarema.

Inaugurava-se o período da afirmação da **Liga Progressista** (ou partido do progresso) com o primeiro gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos* (1862), conservador arrependido que debandou-se para as fileiras liberais. Não tendo sustentação, logo caiu seu gabinete pelas mãos do Imperador. Este, avesso a qualquer tipo de ortodoxia, vinda do lado que viesse, tratou de manter a liga. Chamou para o lugar de Zacarias o velho Marquês de Olinda, que já ocupara antes o governo. Esse ministério prolongou-se graças a um episódio que envolveu Brasil e, mais uma vez, Inglaterra, conhecido como **Questão Christie**. O embaixador britânico William Douglas Christie causou um estardalhaço ao reavivar a polêmica da emancipação dos escravos, e acabou indispondo as duas nações. Solucionada a questão, voltava Zacarias de Góis* ao poder em 1864, inaugurando o que ficou conhecido por “segundo quinquênio liberal”.

Esses anos, que vão desde 1863 até a queda do terceiro gabinete Zacarias em 1868, são fundamentais na história do II Reinado. Basta lembrar que em 1864 estourava a Guerra do Paraguai, muito mais importante que apenas mais um incidente no Prata, com consequências funestas para a monarquia e para a sociedade brasileira como um todo.

O **progresso** da liga era a política ideal para D. Pedro, uma vez que apartava do poder as posições extremadas. Mas os desentendimentos entre as facções que compunham o agora Partido Progressista o levaria à ruína. Contribuiu grandemente para isso, por exemplo, a política recessiva do gabinete de 31 de agosto de 1864, presidido por Francisco José Furtado.

A crise financeira de 1864

A um país como o Brasil, com uma larga tradição econômica ligada ao protecionismo, às clientelas, à subserviência do

O império maduro

trabalho escravo, não seria de causar surpresa que o excessivo otimismo provocado pela febre de investimentos posteriores à abolição do tráfico logo desandasse em crise financeira.

Já em 1857, assustavam a alta dos preços agrícolas e as crises de subsistência, que chegaram a ser mencionadas pelo imperador na **Fala do trono**. Acusava-se a indústria - ainda embrionária - e as estradas de ferro de absorverem braços e capitais - antes empregados nos campos e que financiavam a produção agrícola. A faculdade atribuída a certas casas bancárias de emitirem títulos prejudicava ainda mais o conturbado mercado financeiro.

A Lei Ferraz de 22 de agosto de 1860, que ficou conhecida como a “obra-prima de arrocho em matéria de crédito”, foi a resposta conservadora à anarquia do sistema financeiro. Consistia no retorno à rigidez no controle de emissões. Foi a principal causa da grande crise comercial de 1864.

Sob o gabinete de Francisco José Furtado, que substituiu o segundo gabinete Zacarias em agosto de 1864, o primeiro de filiação nitidamente liberal desde 1848, precipitou-se uma crise comercial que marcou época. Em setembro ocorreu a falência de Antônio José Souto & Cia - a “quebra do Souto” - que causou alarde por ser a principal casa de crédito do Rio de Janeiro, com a qual trabalhavam principalmente amplos setores da classe média. O fato perturbou o cotidiano da cidade e agitou a opinião pública. Principalmente porque o alcance da casa não se restringia à praça do Rio de Janeiro, mas absorvia capitais do interior e mesmo de outras províncias.

Junto com o “Souto”, vários outros estabelecimentos faliram, envolvendo a quebra de aproximadamente dez mil credores. Verificou-se uma verdadeira corrida aos bancos em busca de saques, o que provocou escassez da moeda circulante. O governo precisou mobilizar as forças armadas para garantir a ordem. O comércio fechou. A alfândega parou. A emissão de papel moeda excedente, solução encontrada pelo governo, acelerou ainda mais o processo inflacionário.

O ministério Furtado pouco fez para atenuar a crise financeira, tanto pior devido ao movimento singular em que rompia: simultaneamente aos acontecimentos que conduziram o Brasil à Tríplice Aliança (ao lado da Argentina e do Uruguai), na guerra contra o ditador paraguaio Solano Lopes.

Guerra da Tríplice Aliança

Com suas finanças solapadas pela crise, o Brasil envolveu-se no maior conflito internacional da América no século passado: a Guerra do Paraguai. Este país tinha uma história muito peculiar, que o distinguia de seus vizinhos. Sua emancipação política arrastou-se de 1811, quando foi proclamada a Independência, até o reconhecimento internacional em 1842. Nesse período, mais ameaçadoras que os distúrbios internos eram as tentativas de anexação pela Argentina. Diferentemente dos vizinhos, foi também a posição hostil que o Paraguai manteve em relação aos interesses imperialistas britânicos, que financiaram a superação do regime colonial em todos os países latinos, incluindo o Brasil.

Assim, os guaranis estavam duplamente isolados: economicamente, fecharam-se ao capitalismo internacional; geograficamente, estavam cravados no interior do continente. Sua única saída para o oceano era através da bacia fluvial do Rio da Prata, sob controle do que hoje são a Argentina e o Uruguai. Essa situação fez da região um verdadeiro barril de pólvora, durante todo o século XIX.

Sob essas condições, o Paraguai criou um modelo autônomo de desenvolvimento, voltado para dentro, que se concretizou através de uma série de reformas iniciadas desde a primeira metade do século. O Estado foi o agente das transformações, que implicaram no confisco de terras da Igreja e em situação irregular de propriedade. Essas eram distribuídas em arrendamento aos camponeses guaranis. Ajudou-os fornecendo insumos (sementes e ferramentas). Monopolizou o comércio. Apesar de indispor-se com a Igreja e com a Inglaterra, as duas

O império maduro

maiores potências internacionais, o Paraguai conseguiu emplacar um verdadeiro surto de desenvolvimento. Entre 1840 e 1862, o ditador Carlos Antonio Lopez promoveu uma renovação técnica, enviando centenas de jovens para todos os países da Europa, de onde voltavam com conhecimentos técnicos especializados. Incentivou também a imigração de europeus.

Quando assumiu a presidência Francisco Solano Lopez, em 1862, o maior obstáculo ao progresso paraguaio era a falta de acesso ao mar. Ao mesmo tempo, o modesto desenvolvimento alcançado sem ingerência externa incomodava não apenas ao imperialismo inglês, mas também aos interesses do Brasil, Uruguai e Argentina. O desfecho foi a guerra, declarada em 1864.

Entre esse ano e 1870 travou-se a Guerra da Tríplice Aliança, que uniu Brasil, Argentina e Uruguai contra os anseios grandiloquentes de Solano Lopes. Envolvidos em graves conflitos internos, Argentina e Uruguai rapidamente se afastaram dos acontecimentos, sobrando ao Brasil arcar com todo o ônus de uma guerra que parecia não ter fim.

Ao encerrar-se, com a perseguição e a chacina de Lopes em território guarani, os prejuízos de anos de batalha eram enormes. Para os paraguaios, porque significou quase o extermínio de sua população adulta masculina e a redução pela metade da feminina. O país ficou em ruínas. O Império, por sua vez, nunca mais conseguiria se recuperar de tamanho desgaste. Suas finanças foram dilapidadas. A confiança no monarca foi totalmente abalada. A oposição política rompia pela primeira vez os limites do regime monárquico, com dissidências do velho Partido Liberal voltando-se à causa republicana.

Avolumaram-se os descontentamentos com o sistema escravista, fortemente associados à monarquia imperial. Ao mesmo tempo, a guerra trouxe de volta o prestígio perdido dos militares, particularmente do Exército. Ligados às camadas média urbanas, rapidamente abraçariam o ideal republicano, e seriam os protagonistas da queda do regime.

Os republicanos e a nova situação partidária

Nos cinco anos do “segundo quinquênio liberal” (1864-1868), esgotou-se irremediavelmente a ilusão da Liga Progressista, que aproximou liberais e conservadores moderados na condução política do país, desde o surto econômico da década de 1850.

O confronto entre os desejos do Imperador de nomear o conservador Sales Torres-Homem* para uma vaga no Senado foi o pretexto para a retirada de Zacarias de Góis* da chefia de seu terceiro gabinete. No pano de fundo, ambos se opunham quanto a outro ponto extremamente delicado: o comando das operações militares no Paraguai. O conservador Caxias, que as chefiava, sentiu seu prestígio abalado e solicitou afastamento alegando problemas de saúde. Mas o Imperador inclinava-se mais para o lado do militar que do chefe de gabinete, o que levou Zacarias a apresentar sua renúncia.

A manutenção de Caxias significava uma inversão total na política, pois era impossível compor-se novo gabinete de perfil progressista. Os conservadores retornaram absolutos ao poder, centrando sua atenção para a resolução dos conflitos no Prata. A escolha do Visconde de Itaboraí - que formou ao lado do Visconde do Uruguai e Eusébio de Queirós* a memorável “trindade saquarema” - era um apelo à velha tradição conservadora. Ante o impacto, a Câmara dos Deputados, que era de maioria progressista, iniciou acirrada oposição.

Data dessa época uma redefinição radical na política partidária brasileira. Até então, as maiores contestações provinham de elementos do partido que estava fora do poder. Mas tanto conservadores quanto liberais eram monarquistas convictos. A fermentação social que então se operava tinha origem na prolongada e desgastante Guerra do Paraguai. Nela, os militares começaram a recuperar a força que haviam perdido desde a Abdicação. O trabalho escravo era cada vez mais questionado pelas novas camadas médias urbanas, atingidas diretamente pela crise financeira gerada pela guerra. Os

O império maduro

principais alicerces do regime monárquico foram abalados por volta de 1868.

Nessa agitação toda os partidos se reorganizaram, ganhando perfis mais nítidos. Os liberais afastados do poder fundaram imediatamente, em julho do mesmo ano, o **Centro Liberal**, que passou a pregar a reforma gradual da sociedade, para evitar a solução radical de uma revolução. Desse grupo surgiria, em 1869, o **Clube da reforma**. No ano seguinte, os republicanos publicariam seu **Manifesto**. Pela primeira vez, uma fração das próprias elites dominantes propunha-se uma solução alternativa ao regime monárquico de governo. Daí para frente, essa idéia federalista e republicana propagou-se rapidamente. Sua crescente aceitação deveu-se em grande parte à propaganda gerada pela Guerra Civil americana, vencida pelos republicanos e capitalistas do Norte, que se opuseram à aristocracia escravista do Sul.

O gesto forte de D. Pedro, ao substituir Zacarias por Itaboraí, exigiu que ele também dissolvesse a Câmara dos Deputados, que era de maioria progressista. Ficou então evidente a enorme força do monarca. O poder moderador, que só a ele era atribuído, diferenciava a monarquia brasileira de qualquer forma de regime de governo parlamentar. Isso ficou tanto mais intolerável para as novas facções políticas à medida que D. Pedro passou a se utilizar cada vez mais de suas prerrogativas de pessoa inviolável e sagrada. Com uma única exceção, todas as legislaturas entre 1868 e 1889 foram interrompidas, por sua imperial intervenção.

Deve-se ter 1868 como marco um na vida política brasileira do II Reinado. A partir desse momento, as contradições do sistema iriam crescer. Frações da elite proprietária do país sentiam-se mais incomodadas com o fato de ser o Brasil a única monarquia entre as repúblicas latinas. E pressentiam, com acerto, que a escravidão, regime de trabalho sobre o qual se sustentava seu poderio – e por decorrência o da própria coroa - estava com seus dias contados.

Críticas à escravidão

Durante a primeira metade do século XIX, as poucas críticas dirigidas ao regime de trabalho escravo, como as de José Bonifácio de Andrada e Silva*, que pregava a abolição imediata dos cativos com a obrigatória indenização de seus proprietários, não encontraram eco na sociedade. Para as elites, o trabalho servil era como um fato da natureza, incontestável. Os políticos representavam esses mesmos interesses. Inexistia, antes de 1850, um setor urbano significativo. Os homens livres e pobres viviam dos favores dos latifundiários ou vagavam em bandos pelos sertões. Os escravos, sob o peso das longas jornadas de trabalho, vigiados por atentos capatazes, e pelos mais diversos mecanismos de controle, não deixaram de expressar sua rebeldia. Suas ações coletivas - como a formação dos *quilombos* - e individuais - como o suicídio -, porém, não colocavam em risco o sistema.

Desse modo, a maior oposição ao escravismo vinha de fora, no combate constante ao tráfico negreiro, empreendido pela Inglaterra. Mas se os ingleses chegaram a provocar a suspensão do maior veio abastecedor de mão-de-obra do Brasil, nem por isso conseguiram eliminar a escravidão. As áreas cafeeiras em expansão tiveram que buscar em outras regiões - principalmente no Nordeste - os braços negros necessários.

A solução imigratória, ou seja, a busca de trabalhadores livres em outros países, já tentada sem êxito, ganhou popularidade, impulsionada pelo preconceito racial que hostilizava os escravos. O *boom* econômico posterior à extinção do tráfico viabilizou o surgimento de uma significativa indústria manufatureira, para a qual o trabalho compulsório era totalmente inadequado. A indústria precisava de homens livres para fazer os assalariados.

Na década de 1860, o **abolicionismo** emplacou e ganhou dimensões inéditas. Na sua base estavam, à princípio, intelectuais e profissionais liberais ligados às atividades urbanas, não vinculados diretamente aos interesses agrários.

O império maduro

Também nesse decênio, dois fatos diplomáticos importantes iriam contribuir para a propaganda abolicionista. Primeiro, o já mencionado envolvimento do Brasil na “questão Christie” com a Inglaterra. O representante britânico no Brasil exigiu que se cumprisse a lei de 1831 - que decretava livres todos os africanos entrados no Brasil a partir daquela data. Claro que essa lei nunca vigorou e, se fosse para ser cumprida como reclamavam os ingleses, significaria a libertação de todos os escravos e a desorganização da produção. A reação escravista foi enorme, indispondo os dois governos, que só reataram depois da Lei do Ventre Livre, de 1871.

O segundo fato diplomático que revigorou a oposição anti-escravista foi uma carta da Junta Francesa de Emancipação, de 1865, assinada por homens de grande projeção na França, e solicitando o fim da escravidão. O Imperador, que sustentava a fachada de “intelectual”, esclarecido, tocou-se com o apelo e sugeriu na Fala do Trono que se tomassem as medidas necessárias às reformas.

A própria guerra do Paraguai contribuiu diretamente para por em evidência as contradições do regime. As fileiras de frente da tropa brasileira eram compostas por negros, que eram alforriados - ou seja, libertados - para irem para a guerra. Isso porque os senhores sabiam do perigo de armá-los sem antes libertá-los. Além do mais, o próprio Conde D'Eu, que assumiu de Caxias o comando dos exércitos aliados, cuidou de libertar os poucos escravos existentes no Paraguai, enquanto o trabalho servil perdurava no Brasil.

A opinião pública internacional pressionava, como ilustram a Carta da Junta Francesa de Emancipação endereçada a D. Pedro II* e subscrita por renomados nomes da *intelligentsia* daquele país, como Guizot e Pasteur. O governo a tudo respondia com medidas protelatórias, como a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários. O conflito entre abolicionistas e escravistas tendeu à radicalização. Se os primeiros mobilizavam-se atingindo a opinião pública com seus periódicos, com o apoio à organização

O Brasil Imperial

das rebeliões nas fazendas e a perseguição aos “capitães-do-mato”, os segundos respondiam com uma reação não menos violenta, perseguindo e matando líderes abolicionistas importantes e invadindo seus jornais e pontos de encontro. Mas então já seria impossível conter o curso da história. Em 1888, o governo reconhecia, pela pena da princesa D. Isabel, a libertação legal dos escravos no Brasil.

DOWNLOAD FREE

CAPÍTULO VII

A GUERRA DO PARAGUAI E OS RUMOS DO II REINADO

A primeira fase da guerra

A Bacia Platina, para onde convergem os rios Paraná, Paraguai e Uruguai, foi palco de violentas disputas entre os países por ela banhados. Sobretudo o Império brasileiro era um “estranho no ninho” em meio às repúblicas vizinhas. Envolveu-se em conflitos com a Argentina (1827 e 1851) e com o Uruguai (1821 e 1864), alimentando a antipatia popular e dos políticos desses países. Mas foi o Paraguai, república que enfrentava grandes obstáculos para desenvolver-se, que desafiou seus países fronteiriços.

Ao herdar de seu pai a presidência, em 1842, o ditador Francisco Solano Lopes traçou um plano ambicioso. Armou um forte exército de aproximadamente oitenta mil homens para impor-se à política platina e ainda reivindicar supostos territórios que teriam sido subtraídos ao Paraguai por seus vizinhos. Sua estratégia era avançar rapidamente por três áreas - invadir o Mato Grosso, a província argentina de Corrientes e, de Uruguiana, tomar o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Contava com que as fortes oposições internas dos países invadidos lhe apoiariam na derrubada dos governos vigentes.

O pretexto para deflagrar a guerra foi a intervenção do Brasil na Banda Oriental (Uruguai), para proteger os súditos brasileiros ali residentes da perseguição do ditador do partido “blanco” de Atanásio Aguirre. Como o Brasil não respeitou o ultimato de Solano Lopes exigindo a não intervenção do Brasil nos assuntos internos uruguaios, o ditador paraguaio deu início às operações militares. Em novembro de 1864, suas forças capturaram o navio brasileiro **Marquês de Olinda**, aprisionando o presidente da província do Mato Grosso Cel. Carneiro de Campos, e cortando relações com o Brasil.

Em seguida, avançou para as províncias do Mato Grosso e de Corrientes. Para contê-lo, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram, em 1º de maio de 1865, o **Tratado da Tríplice Aliança**. Apesar do poderio que representava essa associação, no início das operações era flagrante a inferioridade dos vinte e sete mil soldados da Aliança contra os oitenta mil de Lopes.

A primeira perda da ofensiva paraguaia foi o bloqueio fluvial feito pela esquadra brasileira comandada pelo Almirante Barroso, conhecida como a batalha naval do Riachuelo (11 de agosto de 1865). Ao mesmo tempo, uma outra frente guarani avançava para Uruguiana, chegando a sitiar a cidade. Mas as tropas chefiadas pelo Cel. Estigarriba renderam-se frente à superioridade das forças aliadas, cujas ações foram acompanhadas de perto por D. Pedro II* e pelos chefes de Estado da Argentina, Bartolomeu Mitre e do Uruguai, Venâncio Flores. Depois de um ano de conflitos, a guerra mudou de curso. Os aliados passaram ao ataque, forçando os paraguaios a recuarem para seu território.

Avanços e recuos das operações

A partir dos primeiros meses de 1866 até os últimos de 1868, a guerra consistiu no avanço progressivo das tropas aliadas sobre os paraguaios, que se moviam pelas florestas e pântanos interior adentro de seu país. Mas a resistência foi surpreendente e, em algumas ocasiões, apesar da inferioridade em homens e

A Guerra do Paraguai e os rumos do II Reinado

armas, os exércitos de Lopes causaram derrotas e enormes baixas nas fileiras aliadas.

Invadido o Paraguai, Lopes demonstrou sua ousadia em Tuiuti, quando movimentou numa rápida ação vinte e quatro mil homens para barrar os trinta e cinco mil inimigos que fechavam o cerco à fortaleza de Humaitá. Em algumas horas de batalha, os aliados forçaram a retirada dos assaltantes, mas as perdas foram enormes para ambos - sobretudo para os seis mil mortos paraguaios. Seguiram-se outros confrontos nos pântanos e florestas, que impediam ações decisivas para os aliados. Estes sofreram sua maior derrota em Curupaiti, a meio caminho da fortaleza de Humaitá.

Esse grande revés trouxe à cena o marechal Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, que assumiu o comando das operações, já que os outros chefes aliados foram obrigados a retornar a seus respectivos países para conter rebeliões internas. Mitre logo retornou da Argentina e reassumiu o comando geral das ações. Depois dos ataques-surpresa dos paraguaios às tropas aliadas sitiadas em Tuiuti, onde morreram cerca de três mil brasileiros, Caxias reassume e Mitre retorna à Argentina, de onde não voltaria mais.

Quando o comandante brasileiro conseguiu dominar Humaitá, depois de meses de luta e mais de trinta mil mortos, Solano Lopes foi refugiar-se e tentar somar suas últimas forças nas florestas do interior do país. Em primeiro de janeiro de 1869, Caxias entrava em Assunção, capital do Paraguai. Alegando problemas de saúde, solicita ao governo imperial permissão para retornar ao Rio de Janeiro. Na verdade, estava descontente com os rumores contra ele desferidos na capital pela oposição, que o culpava pela duração enorme da guerra. Partindo para a corte, deixou em seu lugar, no comando das armas, o jovem Conde D'Eu, genro do Imperador.

Quando Caxias tomou a capital paraguaia, a guerra estava ganha. O que se passou depois disso foi uma verdadeira caçada a Solano Lopes, ordenada por D. Pedro, que tinha na morte do

líder paraguaio uma questão de honra. As tropas aliadas, agora quase exclusivamente brasileiras, foram dizimando tudo à sua frente, como se verificou na batalha de Campo Grande (15/08/1869), quando foram abatidos mais de cinco mil combatentes paraguaios, cuja faixa etária média era de quinze anos de idade. Três mil brasileiros cercaram os menos de trezentos guaranis a primeiro de março de 1870, em Cerro-corá, quando finalmente Lopes foi assassinado.

Interferências da guerra na política interna brasileira

O gabinete do maranhense Francisco José Furtado, de 1864, não teve contra sua sorte apenas a crise financeira e comercial que levou à “quebra do Souto”. Nesse mesmo ano, apenas se iniciavam as aventuras de Solano Lopes, e já provocavam fortes tensões na política interna do Brasil. O ministro Furtado apoiou a orientação pacifista do Conselheiro Silva Paranhos, diplomata incumbindo das gestões brasileiras no Prata. Mas as simpatias da maioria parlamentar, da opinião pública e do próprio Imperador eram devotadas ao opositor de Paranhos, o Almirante Tamandaré, defensor da luta armada para a resolução das contendas. As facções políticas se realinharam em razão dessas posições, enfraquecendo-se até a queda de Furtado, enquanto os liberais moderados se reaproximavam dos conservadores. Dessa recomposição surgiu o novo gabinete do Marquês de Olinda, que assumia a orientação política da Liga Progressista.

O ministério composto por Olinda, chamado “das águias” devido aos nomes de grande expressão que aglutinou, não era contudo coeso. E foi sua incapacidade de solucionar a crise platina que o levou à queda, dando lugar ao último gabinete de Zacarias de Góis, iniciado em 1866 e precipitado nos tumultuados acontecimentos de 1868.

Durante essa gestão, a guerra foi marcada pelo recuo dos paraguaios para dentro de seu país, acompanhado pelo avanço palmo-a-palmo das tropas aliadas sobre o território inimigo. A

A Guerra do Paraguai e os rumos do II Reinado

vitória esmagadora deu novo alento ao governo brasileiro. Mas imediatamente Lopes pôde se refazer do golpe e dar o revide em Curupaiti, onde alcançou sua maior conquista. A guerra prolongava-se e as promessas de rápido triunfo iam gerando irritação tanto na oposição quanto na opinião pública. Inúmeros pasquins atacaram a incompetência do governo em terminar a guerra.

Também os outros aliados ressentiram-se das mazelas dos conflitos prolongados. O presidente uruguaio Flores voltou às pressas a seu país para abafar os motins que lá eclodiam. Não retornou mais à frente de batalha. A guerra civil na Argentina obrigou o ditador Mitre a ausentar-se da luta contra Lopes para combater seus inimigos internos.

No Brasil, a expectativa por um desenlace rápido da guerra fazia crescer o descontentamento a cada dia, enquanto as tropas se reduziam com a retirada de argentinos e uruguaios para seus países, com as mortes nos campos de batalha e decorrentes de fulminantes epidemias, como a do cólera.

Ao mesmo tempo, a guerra absorvia toda a riqueza do país, obrigado a fazer grandes empréstimos no exterior. O Brasil ficou hiper-endividado, já que vinha de uma crise comercial que estourou às vésperas da invasão do Mato Grosso. Os custos já astronômicos da atividade bélica eram aumentados devido aos abusos e extorsões de funcionários corruptos e intermediários envolvidos nos contratos de compra de material. Além de sua própria falência, o Brasil era obrigado a financiar seus dois aliados, cuja queda colocaria em risco a própria Aliança. Assim, o Erário brasileiro atolou-se em dívidas contraídas de credores europeus. Entre 1866 e 1868, a guerra consumiu aproximadamente 60% da receita do país, forçando o governo a emitir grande quantia de títulos da dívida pública e papel moeda, detonando o processo inflacionário.

Um aspecto não menos importante dessa guerra foi o gerenciamento da opinião pública por parte dos contendores, através das batalhas de informação e de representações. Ambos

os lados manipulavam, a seu favor, dados qualitativos e quantitativos de perdas e ganhos. Guerra de representações era que recebiam brasileiros e paraguaios através de suas imprensas, como no caso das representações das imagens dos adversários nas caricaturas dos jornais: se os periódicos brasileiros estampavam figuras de Lopez como um louco, os do Paraguai figuravam o exército brasileiro com macacos de farda, em função da composição das linhas de frente brasileiras, suportadas por negros libertos.

Desgaste do governo imperial

Mesmo nesse clima de quebraadeira das finanças públicas, alguns setores da economia, como as sociedades mercantis nacionais e algumas empresas estrangeiras, tiraram proveito da baixa do câmbio e prosperaram. Mas a situação inflacionária era insuportável e esses grupos econômicos engrossaram as fileiras dos descontentes com o governo imperial.

O sistema representativo altamente viciado, aliado a práticas espúrias de protecionismo e clientelismo comuns na história administrativa do Império, passaram a ser abertamente criticadas. O *patronato*, como eram chamadas essas práticas, consistia no aliciamento das pessoas, dos eleitores, em troca de cargos e favores públicos. Nesse meio corrompido, as gordas comissões e vantagens a funcionários officiosos, que tramavam os negócios da guerra nas ante-salas e corredores, eram quase normais para a prática de *patronato* e favoritismo que grassavam pela administração pública.

A inépcia do governo provocou igualmente fortes protestos de seus vizinhos latinos. A publicação inesperada do tratado secreto da Tríplice Aliança em 1866, em Montevideu, deixou clara a crescente impopularidade da guerra contra Lopes, manifestada por outros países sul-americanos. Peru, Colômbia e Chile protestaram e a Bolívia cogitou mesmo em enviar tropas em auxílio ao Paraguai. Também na Argentina, era crescente o

A Guerra do Paraguai e os rumos do II Reinado

repúdio e mesmo Mitre acolheria bem o fim dos conflitos, se não fosse sua delicada política interna, que o fazia dependente da ajuda do Império para manter-se no poder.

Em todos os lugares cresciam os ataques ao Império brasileiro, totalmente estranho aos olhos de seus vizinhos, que tinham origem espanhola, eram republicanos e adotaram há muito o trabalho livre. Já o Brasil era um enclave monstruoso na América, ao mesmo tempo português, monárquico e escravista. De tal modo que as próprias classes emergentes brasileiras, um tanto desvinculadas da aristocracia rural - e que se notabilizaram pouco depois no movimento abolicionista - começaram a questionar o papel do Brasil no contexto americano, prenunciando o movimento de opinião que levaria ao Manifesto Republicano de 1870.

Balanço geral

O saldo negativo da guerra pode ser medido de muitas maneiras. Por exemplo, pelo número de mortos, o qual nunca pôde ser precisamente avaliado, embora estima-se que quase a maior parte da população masculina e boa parte da feminina do Paraguai foram dizimadas. Isso sem contar as perdas entre os aliados. Calculam-se em mais de cem mil os mortos durante a guerra.

Sua importância para a história do Brasil, porém, é que ela serviu para diferenciar dois tempos da monarquia. Antes dela, o regime estava em seu absoluto vigor e as críticas que recebia o governo nunca contestaram a legitimidade da Coroa. Depois dela, as contradições da sociedade brasileira, regamente coroada, ganharam dimensões incontroláveis, cujo desfecho só poderia ser, como foi, a queda do regime em 1889.

Em primeiro lugar, nunca a figura do Imperador havia sofrido tamanho desgaste. Não foram poucos os que culpavam D. Pedro pelo prolongamento da guerra, que poderia ter acabado muito antes de 1870, por exemplo, quando se expulsaram os

paraguaios do Brasil (1866), ou quando da tomada de Assunção (fins de 1868). Acusava-se a Casa de Bragança de conduzir o país a uma guerra dinástica, uma briga de família. A perseguição de Lopes até à morte, fugindo das tropas brasileiras pelas florestas como um animal, foi interpretada na Corte como um sintoma de caduquice precoce do Imperador.



Figura 6: Festa no campo de Santana pelo fim da Guerra do Paraguai (foto de Marc Ferrez, 1870).

Em segundo lugar, durante os conflitos, a contestação ao sistema escravista ganhou um impulso sem precedentes. Agitou-se a opinião pública com a propaganda periódica e com publicações de juristas expressivos que condenavam legal e moralmente a escravidão. Chegou a tramitar no Parlamento uma lei de emancipação gradual dos nascituros, que só viria a se efetivar em 1871 (“Lei do Ventre Livre”). A coerção internacional,

A Guerra do Paraguai e os rumos do II Reinado

como a carta enviada pela Junta Francesa de Emancipação, levou D. Pedro a mencionar a “questão servil” em duas Falas do Trono (1867/8), adiando a solução do problema para depois de resolvida a guerra.

Foi devido a ela, por fim, que os militares, principalmente o Exército, voltaram com força total à cena política, de onde haviam sido eliminados desde o movimento da Abdicação de D. Pedro I, quando suas funções foram assumidas pela recém-criada Guarda Nacional (1831). Depois da Guerra do Paraguai, parafraseando Sérgio Buarque de Holanda, os militares deixaram claro para os civis a lógica irrefutável de que a mão armada tem sempre razão. Passariam, então, a atuar cada vez mais diretamente na vida política do país.

DOWNLOAD FREE

CAPÍTULO VIII

EXPANSÃO ECONÔMICA E ENCAMINHAMENTO DO PROBLEMA DE MÃO-DE-OBRA NO II REINADO

O latifúndio e a “Lei de Terras” de 1850

A grande expansão econômica ocorrida no Brasil durante o século XIX não foi um fato isolado, mas insere-se num fenômeno mundial que foi a integração dos mercados e a incorporação da terra e do trabalho à economia mundial. A produção especializou-se para atender às necessidades das atividades comerciais e industriais. Desvinculou-se o homem da terra, onde produzia para subsistência, e incorporou-se-lhe no mercado de trabalho assalariado.

Em países como o Brasil, onde havia escravidão, as pressões internacionais para que se abolisse esse regime de trabalho foram constantes desde o início do século e só cessaram com a adoção total do trabalho assalariado. Mas, ainda por volta de 1850, a regulamentação da propriedade da terra ainda não estava resolvida e era urgente. A crescente procura pelo café impelia a cultura para as novas fronteiras no interior, conforme se esgotavam as lavouras mais antigas.

Até a época da Independência, o acesso à terra era por meio de concessões reais (*sesmarias*) ou pela ocupação clandestina, que

era amplamente difundida. Para um fazendeiro, era muito fácil legalizar a posse conseguida por ocupação. Durante o período colonial, teoricamente, a terra era patrimônio da Coroa, que a cedia a seus protegidos para que a explorassem. Esses, obedecendo ao mesmo princípio, usaram manter homens livres em suas terras, que a cultivavam como meeiros e arrendatários. Dessa prática resultou o estabelecimento de uma rede de relações pessoais conhecidas por “compadrio”, que se estendeu séculos afora e marcou a vida do país até a República – e, em algumas práticas políticas, até hoje. (É o que a *historiografia* designa como “acontecimento na longa duração”).

À época da Independência, ficou proibida a concessão de lotes de terra pela Coroa, que passou a ser obtida apenas pela posse clandestina. Consumou-se uma anarquia geral da propriedade rural, que se agigantava à medida que crescia a necessidade de novas terras. Essa agitação, que estava diretamente atrelada aos problemas do abastecimento de mão-de-obra, levou as elites dirigentes do país a reavaliarem e legalizarem a propriedade rural e a força de trabalho. Assim foi o tráfico abolido em 1850, dando o golpe fatal na escravidão e dinamizando a economia.

No mesmo ano, foram promulgadas a Lei de Terras e o Código Comercial do Império, que consagraram o regime da grande propriedade e coroavam a obra da construção do Estado Nacional brasileiro.

A Lei de Terras inspirava-se na teoria de que, havendo fácil acesso à terra, era impossível empregar o homem como trabalhador livre nas grandes lavouras. Como não se podia contar com a escravidão por muito tempo, era necessário criar obstáculos à aquisição da propriedade rural, compelindo o imigrante a procurar trabalho nas fazendas como empregado. Ao mesmo tempo, as terras indevidamente ocupadas deveriam tornar-se propriedade pública. Elas seriam vendidas para custear a imigração. Só a partir desse ano a terra passou a ter valor venal - ser comprada e vendida como outra mercadoria qualquer.

Expansão econômica e crise de mão-de-obra

Os políticos e legisladores da época responderam às necessidades dos grandes plantadores, consagrando o latifúndio e atrelando a ele o trabalhador livre (imigrante) - que ficou impossibilitado de se tornar pequeno proprietário.

Investimentos ingleses e urbanização na segunda metade do século XIX

Até a metade do século passado, as paisagens rural e urbana no Brasil mantinham-se praticamente idênticas às do período colonial. Com exceção de umas poucas capitais de província e portos - além da sede do império e da região mineradora do século XVIII -, predominavam as fazendas da grande lavoura produtora de gêneros tropicais pelo braço escravo. As vilas e povoados que se formavam nos caminhos dos sertões mal podiam ser chamados propriamente de cidades. Eram mais um apêndice do campo, onde se faziam pequenos negócios e encaminhava-se a produção para os portos mais próximos. Além disso, neles se instalavam as repartições da administração colonial.

A chegada da Corte em 1808 alterou profundamente a vida e a paisagem da nova sede do Império, que se instalou no Rio de Janeiro. Mas a cidade capital foi um caso particular, que destoava do restante do país eminentemente rural. A partir de 1850, evidenciou-se a crise da substituição do trabalho escravo. O apelo ao imigrante europeu ocorreu ininterruptamente e sob várias formas de contrato. Ao mesmo tempo, o capital investido no tráfico, que correspondia à metade do comércio do Brasil, ficou subitamente liberado. Além disso, a satisfeita Inglaterra passou a investir volumosas quantias no Brasil.

Os ingleses detinham a supremacia nos negócios brasileiros desde 1808. Os sucessivos tratados que assinaram consolidaram a hegemonia britânica no comércio nacional. Mais da metade das importações brasileiras vinham da Inglaterra, que recebia 3/4 de nossas exportações. Não se limitaram os ingleses a dominar o

comércio do Império. Marcaram sua presença controlando o sistema de transportes. Sua supremacia naval, principalmente depois da invenção do barco a vapor, tornou-a soberana nos portos brasileiros.

Os grandes lucros que auferiam desse comércio vantajoso permitia aos negociantes ingleses ampliarem sua esfera de atuação na economia brasileira dominando o crédito. Financiavam os fornecedores e, não raro, os próprios plantadores, que empenhavam colheitas futuras. Vários bancos que dominaram o panorama do comércio de exportação/importação eram diretamente controlados por ingleses, como o London and Brazilian Bank e o Anglo-Portuguese Bank.

As vultuosas operações financeiras feitas pelos ingleses visavam, em primeiro lugar, a facilitar as exportações brasileiras. Com esse fim investiram abundantemente na construção de estradas de ferro, responsáveis pela expansão da produção para o interior. Daqui, agora, se tinha um canal de escoamento para os portos barato e de grande capacidade.

As estradas de ferro revolucionaram o sistema produtivo brasileiro e alteraram radicalmente a paisagem do interior. Fizeram nascer novas cidades em seus entroncamentos e desaparecer outras prósperas que ficaram fora do curso da malha ferroviária. Os ingleses forneciam desde os materiais, os técnicos, os engenheiros até as máquinas e o carvão. Tiravam lucros astronômicos de todo o negócio, controlando diretamente algumas firmas.

À medida que prosperava a lavoura cafeeira, houve que se modernizar a área urbana, onde instalou-se o setor de serviços - o sistema bancário e de crédito, de comunicações e o comércio. Aí também os ingleses tomaram a dianteira. Em 1862, organizou-se em Londres a Rio de Janeiro City Improvement Company, com o fim de instalar um sistema de água e esgotos na cidade. A iluminação a gás era outra exigência das novas camadas médias brasileiras, que aos poucos se desvinculavam das tradições rurais do país e

européizavam seus costumes. Estas novas camadas tiveram papel importantíssimo nas campanhas abolicionista e republicana e na queda do regime.

A imigração assalariada

O fracasso das tentativas de trazer europeus para trabalharem na agricultura, desde as colônias de povoamento de D. João até as de parceria do senador Vergueiro, deveu-se a que esses sistemas não satisfaziam a prioridade dos latifundiários, que era a substituição da mão-de-obra escrava por outra que não comprometesse o sistema produtivo assentado na grande propriedade agro-exportadora.

O fim do tráfico tornou o problema urgente e a Lei de Terras, assegurando o impedimento ao imigrante de acesso à terra, possibilitou o incremento do programa de captação de europeus para trabalharem nas fazendas brasileiras como assalariados. Embora iniciada após a corrente espanhola (1856) e austríaca (1872), a corrente imigratória italiana ganhou força a partir de 1875, dirigindo-se sobretudo para a província de São Paulo. O grande contingente de italianos que veio para o Brasil explica-se devido à situação política explosiva e prolongada gerada pela unificação italiana e pela propriedade fundiária nesse país, restrita a poucos. Um enorme proletariado rural que ali existia, pressionado ainda mais por uma sequência de intensas secas e seduzido pelas condições maravilhosas de trabalho oferecidas pela propaganda enganosa das agências de imigração brasileiras, trouxeram milhares de trabalhadores italianos para o Brasil.

O primeiro grupo que chegou a São Paulo em 1877 era de duas mil pessoas, mas apenas a partir da década seguinte a imigração ganha impulso, atingindo 80.749 em 1888. O incremento da imigração deveu-se à ação de negociantes ligados direta ou indiretamente aos governos provinciais e imperial e à lavoura cafeeira. Conforme avançava a campanha abolicionista e crescia a procura internacional do café, mais se empenhavam os

governos em medidas que suprissem o déficit de mão-de-obra. Várias leis foram decretadas neste sentido.

Os imigrantes que se dirigiam majoritariamente para São Paulo aportavam em Santos e subiam a serra até a capital da província. Lá ficavam em hospedarias especializadas em recebê-los, como a Hospedaria dos Imigrantes no Brás, com acomodações para quatro mil pessoas. De lá, eram os imigrantes encaminhados para as fazendas pelas agências. Formaram-se diversas sociedades destinadas a cuidar da boa recepção dos adventícios, como a Sociedade Promotora de Imigração, fundada em 1886 em São Paulo pelo Conde de Parnaíba. Principalmente antes dessa, e a despeito do interesse que se tinha pelo imigrante, as fraudes foram a regra na trazida dos trabalhadores que deveriam substituir os escravos.



Figura 7. Colonos alemães no Sul, Dietze, c. 1870.

Expansão econômica e crise de mão-de-obra

Os imigrantes, depois de uma semana ou pouco mais nas hospedarias, se dirigiam para as fazendas de café. As leis brasileiras que regulavam a imigração favoreciam sobretudo o fazendeiro, obrigando o imigrante a trabalhar para ele no mínimo por cinco anos, período excessivamente longo. O colono não podia ser contratado uma segunda vez se não tivesse um certificado de quitação de seu contrato com o primeiro empregador. Em caso de dívida, era obrigado a trabalhar gratuitamente por até dois anos. No final do Império essas leis praticamente não eram respeitadas em São Paulo devido à grande demanda de trabalhadores livres, que estabeleciam contratos verbais com os fazendeiros, facilmente rescindíveis por ambas as partes a qualquer momento.

A implementação do regime de trabalho livre alterou profundamente a economia do país. Durante a escravidão, a classe trabalhadora não dispunha de recursos para ser consumidora. O trabalho assalariado, além de suprir de braços o setor de ponta da economia nacional, acabou constituindo a base de um mercado consumidor bastante sólido. Novos hábitos de consumo foram introduzidos pelos imigrantes. Ao mesmo tempo, os grandes capitais gerados na atividade agrícola serviram para dar início a uma incipiente industrialização do país, com vistas a produzir internamente o que até então se importava. Incrementou-se o comércio, setor em que, posteriormente, se destacariam os italianos.

Por fim, as contribuições culturais dos imigrantes foram incomensuráveis. Introduziram novos hábitos. No meio dos lavradores vieram muitos intelectuais e artistas, suportes de novos gostos e mentalidades, como as idéias socialistas e anarquistas que rapidamente se difundiram pelo operariado em formação.

Dificuldades da indústria durante o Império

A situação colonial do Brasil nunca foi propícia ao desenvolvimento de manufaturas no país. A “vocação agrária” da

colônia portuguesa fazia com que aqui se produzissem gêneros tropicais para os mercados europeus e matérias-primas para suas fábricas. As grosseiras fiações aqui existentes serviam para produzir o tecido rústico que cobria os escravos.

Após a chegada da Corte em 1808, mesmo essa tosca produção artesanal foi desmantelada. Não havia como competir com as mercadorias inglesas, que começaram a ser produzidas em ritmo industrial e capitalista, beneficiada pelas vantagens dos tratados comerciais que lhes cobravam taxas alfandegárias baixíssimas. Além disso, a política industrial de D. João VI obedecia a uma lógica medieval, caracterizada por benefícios e monopólios concedidos pela Coroa aos cortesãos. Essa atitude destoava das novas políticas liberais que, baseadas na competição de mercados livres, estimulavam a iniciativa privada.

Por outro lado, a indústria jamais poderia surgir e prosperar em uma sociedade fundada no trabalho escravo, impróprio à atividade das fábricas e ao florescimento de um mercado de consumo. As regiões brasileiras, escassamente povoadas e com grandes dificuldades de comunicação entre si, estavam condicionadas a produzir regionalmente as mercadorias que, ou enviavam para a Europa, ou serviam para seu próprio abastecimento. Havia, contudo, algumas circunstâncias favoráveis à produção industrial interna.

Os recursos gerados na exportação não eram suficientes para bancar a crescente demanda brasileira, forçando o governo a endividar-se. Depois, em 1844, esse endividamento levaria os dirigentes a reformular a política alfandegária, com a tarifa Alves Branco. Essa, dobrando para 30% a taxa sobre a maior parte das importações e desafogando as finanças do Estado, contribuiu indiretamente para proteger a indústria nacional. Esta era favorecida pela abundância natural de matéria-prima, como o algodão empregado na área têxtil, que teve grande impulso por ocasião da guerra civil americana.

Entre 1840 e 1870, merecem destaque as iniciativas de Irineu Evangelista de Souza* - Barão de Mauá -, homem provido de

Expansão econômica e crise de mão-de-obra

aguda sensibilidade para investimentos, que atuou em vários ramos industriais, desde a construção naval até as estradas de ferro. Mas seus negócios eram ancorados em práticas antigas como privilégios e subsídios governamentais para a exploração, empréstimos e isenções sobre direitos de importação. Retirados esses recursos, Mauá foi à falência.

A partir da década de 1870, acontecimentos internacionais colaboraram para incrementar a limitada indústria brasileira. A guerra civil americana produziu um surto inesperado na produção algodoeira e têxtil do país. Os reflexos econômicos da guerra do Paraguai foram mais decisivos, já que fomentaram vários outros ramos como o dos produtos químicos, óticos e náuticos, couros, vidros, etc.

Mas o fator decisivo da industrialização brasileira, que começou efetivamente a partir da década de 1890, foi a acumulação de capitais gerados na agricultura cafeeira. Esses capitais foram aos poucos sendo investidos em atividades industriais, o que gerava uma contradição na economia brasileira. Enquanto os excedentes financeiros desviados à indústria provinham das lides agrícolas, essas, ao mesmo tempo, tolhiam o desenvolvimento industrial. Os lucros obtidos da lavoura eram muito mais seguros e certos que o risco do investimento em uma produção industrial de que não se conhecia o vigor.

Foi principalmente a imigração assalariada, formadora de um mercado de mão-de-obra e consumidor sólidos, que ofereceu condições para o desenvolvimento industrial. Durante o Império, é inadequado falar-se em industrialização propriamente dita.

DOWNLOAD FREE

CAPÍTULO IX

ESTADO E CULTURA NO SÉCULO XIX

Importação dos cânones europeus

A 15 de setembro de 1830, a ordem do dia na Câmara dos Deputados era o projeto de Código Criminal para o jovem país, emancipado havia pouco do velho reino lusitano. A discussão candente era sobre se manter ou não a pena de morte. Muitos legisladores apelavam para argumentos humanitários e liberais contra esse castigo hediondo e antiquado, afirmando que, ao contrário de inibir, ele impeliria os espíritos à barbárie e ao crime. Ao tomar a palavra, o deputado Paula Souza chamou a atenção para a urgência de se elaborar um código para um “povo real que tem costumes bárbaros”, como era o brasileiro:

Porém, dizia, no estado em que nos achamos, quer se fazer um código como se nos achássemos no mais alto grau de civilização. A verdade é que foi feito um código muito sofisticado, copiado de sociedades no mais alto grau de civilização. *

* *Anais do Parlamento Brasileiro*. Sessão de 15.09.1830. Rio de Janeiro: H. J. Pinto, 1878. t. 1, p. 513.

Apesar de cruel, sustentava que a permanência da pena capital era um recurso para a segurança da minoria branca dominante contra os negros escravizados.

Mais importante que o resultado da disputa - a pena de morte foi aprovada e se manteve enquanto durou o Código Criminal -, é o fato de que esse talvez seja um dos primeiros registros a acusar a incongruência entre idéias liberais, importadas da Europa, e a realidade brasileira, arcaica, periférica e dependente. Esse dilema marcaria profundamente a cultura nacional durante o século XIX, culminando na solução radical do modernismo, na década de 1920.

É muito delicado, inclusive, se falar de “cultura nacional” para o Brasil oitocentista, pois a expressão comporta os principais dilemas de nossa produção intelectual. Primeiro, porque “cultura”, no sentido oficial da palavra - enquanto “norma culta” distinta de outra cultura “popular” - era privilégio de uma minoria ínfima de pessoas ligadas ao poder político e/ou econômico, num Império formado por escravos e homens livres pobres e analfabetos.

Segundo, porque a questão “nacional” é o centro de toda a preocupação intelectual do período, seja na literatura, na filosofia, nas artes plásticas ou na música. Era preciso criar, produzir valores e sentimentos que dessem unidade e identidade a um país que se caracterizava pelo diverso - diferenças regionais, raciais, de classe, de credo. Acima de tudo, era fundamental vincar as particularidades que distinguiam o Brasil de seu antigo colonizador. Na literatura isso significou imbuí-la da tarefa de “exprimir a realidade nacional, manifestando-se como ato de brasilidade.”

Os jovens românticos da revista *Niterói*, um dos primeiros fanzines literários a circular na corte, foram patriotas que desejavam complementar a Independência no plano estético; e como os moldes românticos previam tanto o sentimento de segregação quanto o de missão - que o compensa - o escritor podia apresentar-se ao leitor como militante inspirado na idéia nacional.

A busca pela “cultura nacional” integrou-se, desde a Independência, na luta da classe dominante no sentido de manter a integridade do Império, que era em si algo estranho em meio às repúblicas americanas.

Basta um esforço de memória para se perceber o dilema da intelectualidade brasileira durante o século passado e em particular durante o Segundo Reinado. Enquanto o Brasil foi colônia, não interessava à metrópole que aqui se fomentasse o saber, diferentemente dos domínios espanhóis, onde havia universidades desde o século XVII. A América portuguesa ficou legada ao doutrinamento das missões jesuíticas.

Os poucos intelectuais nativos formaram-se em instituições européias como Coimbra, Montpellier, Bolonha, entre outras. Aí tiveram contato com as idéias avançadas e libertárias derivadas do Iluminismo do século XVIII, que influenciaram os líderes dos movimentos anti-colonialistas do final daquele século e início do XIX - de que são melhores exemplos a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e as chamadas “revoluções” pernambucas (1817 e 1824).

Liberalismo matizado

A Independência mesma foi feita em nome de um pretenso *liberalismo*, que nada mais significou que a reação dos dominantes locais aos entraves que lhes impunha o sistema colonial. Rompido o cordão umbilical, coube aos “homens bons” criar os alicerces da nova nação. Impôs-se nessa situação a necessidade de formar-se aqui uma burocracia apta às novas exigências. Para isso foram fundadas as escolas de Direito de São Paulo e Olinda (depois instalada no Recife) em 1827.

Em muitas outras situações, além do anti-colonialismo, puderam os letrados declararem-se liberais. Assim se auto-proclamavam aqueles que se empenharam nas lutas pela descentralização do governo durante o período regencial (1831-40). Os dois partidos monarquistas e oficiais do Império (Partido Liberal e Partido

Conservador) e muitos abolicionistas e republicanos não deixaram de buscar argumentos nas doutrinas do *liberalismo*. Mas pensar um *liberalismo* sustentado pela escravidão e pelas relações de favor e clientelismo, que perpassavam a sociedade imperial, soa ao menos dissonante. Por isso se disse que as idéias liberais no país da escravidão estavam “fora do lugar”.

O *liberalismo* foi o receituário ideológico da burguesia da Europa ocidental na sua luta contra o feudalismo. Contra as relações feudais de favoritismo, de clientela e protecionismo que impediam o desenvolvimento econômico empenhado pela burguesia, esta proclamava a liberdade e a igualdade, para que todos os indivíduos pudessem ter as mesmas chances numa economia de livre mercado. Aqui, a marginalização do povo da vida política e a deficiência dos meios de comunicação constituíam, conforme percebeu a historiadora Emília Vioti da Costa, barreiras materiais à difusão das idéias ilustradas. Mas os maiores entraves advinham da própria essência de tais idéias - incompatíveis com a realidade brasileira. Na Europa, elas surgiram do embate da burguesia ascendente contra as instituições do *Antigo Regime*, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza - entraves para um “mercado livre”.

No Brasil, o *liberalismo* teria significado mais restrito e não se apoiaria nas mesmas bases sociais. Tratava-se de uma sociedade altamente verticalizada, cuja base se constituía de milhões de indivíduos forçados ao trabalho em condições precárias de vida. Não havia aqui uma classe capitalista dinâmica e ativa que pudesse ter servido de suporte a um *liberalismo* genuíno. Ao contrário, o elemento burguês radicado no Brasil ligava-se aos segmentos reinóis mais retrógrados, que pugnavam por readquirir seus privilégios coloniais.

As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir liberdade de comércio e autonomia administrativa e judiciária não estavam, no Brasil, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava. De acordo com o entendimento da Prof. Emília Viotti da Costa em seu clássico *Da monarquia à república*, escravidão constituiria o “limite do liberalismo no Brasil”.

O Brasil surgiu no contexto do *sistema colonial* da época mercantilista, fadado a fornecer matéria-prima e importar manufaturados. Não experimentou o processo secular de civilização em que se gestaram os Estados europeus: a ocupação de seu território lhe impôs uma língua, um sistema de leis, uma religião. Na verdade, durante toda a colônia e ainda no Império, o número de alfabetizados foi reduzidíssimo. Constituíam-se de alguns filhos de fazendeiros e depois de burocratas que, quando não herdavam as terras dos pais, ingressavam nas carreiras burocrática e política por meio das faculdades de Direito e Medicina - ou então, se não fossem o primogênito, optavam pela eclesiástica, iniciada nos seminários.

A importação dos cânones europeus constituiu-se em um aspecto próprio a nosso processo colonizador. Devido às circunstâncias históricas do novo país, não se tratava apenas da imitação de modelos mas, segundo João Cruz Costa em seu “Esboço de uma história das idéias no Brasil”, de uma experiência inédita, resultante do “... encontro tumultuoso de idéias elaboradas em meios que a cultura fôra já profundamente trabalhada pela história, com as condições de vida de ‘nações novas’, há pouco saídas do Estado colonial”.

Assim se deu nas mais diversas áreas do saber: no pensamento econômico e político, na filosofia, na literatura e nas artes em geral.

Românticos tropicais

O II Reinado se inicia quatro anos após a publicação de *Suspiros poéticos e saudades*, tida como a primeira obra de influência romântica no Brasil. *

* A argumentação que se segue baseia-se em Sousa, A. C. de M. e. *Formação da literatura brasileira; momentos decisivos*. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v. 2 (1836 em diante) e em: A literatura durante o Império. In: Holanda, S. B. de. *H.G.C.B.*, cit., t. 2, v. 3, p. 34 a 55.

O *romantismo* brasileiro tentou realçar a originalidade do país em relação aos modelos lusitanos - o que depois se denominou "nacionalismo". Na revista *Niterói* (1836), que trazia nomes como Gonçalves de Magalhães, Francisco Sales Torres-Homem* e Araújo Porto Alegre, pode-se ainda perceber poderosos traços do arcadismo precedente. Nesse período, à procura de uma verdadeira cultura e identidade nacionais, fundaram-se várias associações, como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) - que veio a ser um importante centro de pesquisas históricas e literárias, ativo ainda hoje. Desses anos são também *A marmota fluminense* e a *Minerva brasiliense*, periódicos em que publicaram os principais intelectuais do país.

É importante destacar a atuação dos jornais, herança do I Reinado, amplamente utilizados na Regência como difusores de novos pensantes, poetas e polêmicas políticas. É o caso d' *Aurora Fluminense* (1827-37), fundada e dirigida por Evaristo da Veiga*, em torno da qual circulavam Torres-Homem*, Justiniano José da Rocha* e Rodrigues Silva, entre outros.

O **indianismo** foi a marca por excelência do *romantismo* literário brasileiro. A despeito da reserva de alguns dos primeiros românticos, disse Antonio Candido de Melo e Sousa ["A literatura durante o Império", p. 346] que:

... ele se tornou bem cedo assunto predileto, multiplicando-se de tal modo os poemas, romances e obras indianistas, que a moda chegou em Portugal. Vista de hoje, quase toda essa produção se esborôa, pelo artificialismo e a repetição dos mesmos recursos; mas de 1840 até o decênio de 1870 representa o grande projeto artístico e patriótico.

Na poesia, Gonçalves de Magalhães (*A confederação dos tamoios*, 1856) e Gonçalves Dias (*Últimos cantos*, 1851; *Os timbiras*, 1857) foram quem levou mais a fundo o ideal indianista, com seus trabalhos meticulosos de etnografia e pesquisa lingüística.

Dentre os cânones importados da Europa, chegaram com muita força o **byronismo** e o **sentimentalismo**. O humor, às

vezes leve, às vezes negro ou mesmo mórbido depurado do Lord Byron encontrou campo fértil na obra de Bernardo Guimarães*, Álvares de Azevedo e Macedo Soares. A maioria dos românticos também pagou tributo a um certo sentimentalismo confidencial. O expoente “mais puro”, de acordo com Antonio Candido, “foi talvez Casimiro José Marques de Abreu*” (1839-1862), em melopéias arranjadas com habilidade para satisfazerem a sensibilidade epidérmica”. Mais profundo e consistente foi Joaquim de Souza Andrade, muito cultuado pelos poetas e críticos de hoje.

No início do II Reinado inaugurava-se um novo gênero literário que rapidamente conquistaria a circunspecta elite de leitores brasileiros. Em 1843, com *O filho do pescador*, de Teixeira e Sousa, seguido por *A moreninha* (1844), de Joaquim Manoel de Macedo*, surge o romance romântico, de linguagem folhetinesca, certamente derivada de seu veículo de divulgação e seu respectivo público: o folhetim e as damas leitoras da Corte. Por isso, ele foi desde o começo permeado de intrigas inverossímeis e inusitadas, misturadas com uma descrição mais ou menos realista dos costumes e do cotidiano da época. A mais importante obra do gênero é *Memórias de um sargento de milícias* (1853), de Manoel Antônio de Almeida*, que apresenta uma constelação muito variada de tipos humanos e situações, pelas quais circula o personagem principal - mostrando em suas aventuras cotidianas a diversidade dos mundos da sociedade de corte escravista.

O mais consagrado de nossos romancistas foi José de Alencar, cujos romances regionalistas, indianistas e de “psicologia social” são um marco da literatura romântica do II Reinado. Alencar incarnava o intelectual típico do período: polemista por excelência, cuja obra ocupa-se com a construção de valores nacionais, era comprometido com os mentores dessa empresa. Conservador, trilhou o caminho das letras e os da política, passando pelas ante-salas dos gabinetes e das Câmaras da representação nacional, alcançando os degraus do trono.

A cultura oficial

A polêmica, aliás, é um aspecto emblemático da cultura oficial no Império. Outro era a quase ausência de um verdadeiro público de leitores. No episódio envolvendo o próprio Alencar, consagrado escritor em 1875, e Joaquim Nabuco, jovem intelectual até então pouco expressivo, evidencia-se a dependência dos intelectuais em relação às fórmulas européias e sua submissão ao poder (aulicismo).

Paupérrima em rigor e reflexão, essa polêmica consistiu na verdade em uma disputa de vaidades machucadas, uma verborragia exibicionista. Retrata muito bem as relações distantes entre o reduzido mundo dos letrados e a sociedade propriamente dita, as tensões entre os escritores e a crítica, sua reverência bajuladora ao trono.

O fato em si decorreu do fracasso de público da encenação de *O jesuíta* (1861), de Alencar, montada em 1875. Por tratar-se de escritor prestigiado, a crítica não poupou ironias e desagравos, os maiores emitidos pelo futuro abolicionista Joaquim Nabuco, descendente de importante família de políticos, ao qual o criticado respondeu com quatro artigos fulminantes. Nabuco acusava a vulgaridade de Alencar e exigia um público afeito ao beletismo da tradição clássica européia. O romancista, embebido no nativismo, queria um público ilustrado, mas sobretudo fiel às manifestações nacionais. Ironizava os brasileiros que “não se comovem com as futilidades patrióticas, são positivos e sobretudo cosmopolitas, gostam do estrangeiro: do francês, do italiano, do espanhol, do árabe, de tudo, menos do que é nacional”.

A “empresa nacionalista” da obra de Alencar e de outros escritores da época, na busca da criação de uma identidade “brasileira” desvinculada de seu passado colonial, repôs o índio como herói nacional. É preciso ressaltar, porém, que essa produção ainda não conseguiu se libertar dos modelos literários formais europeus. Mesmo que com algum exagero, pode-se dizer, por exemplo, que Peri, protagonista de *O*

guarani, de Alencar, é um “herói europeu”, imbuído dos valores típicos dos homens brancos. Ceci, sua coadjuvante, uma dama mais próxima dos arquétipos medievais do que da realidade brasileira.

Nabuco, por sua vez, atacou as manobras de Alencar, que adaptaria sua obra ao ambiente nacional, carente de um efetivo público, fazendo concessões empobrecedoras para facilitar o estilo e os temas, o texto sonoro para leitura de salão. Assim, atrairia o leitor e propiciaria a difusão de sua obra. Aqui se evidencia outra característica da literatura do período, tão sensivelmente captada por Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* [São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, p. 85]: a oralidade, a “tradição de auditório” que fez produzir obras para serem ouvidas, mais que para serem lidas,

... graças não apenas à grande voga do discurso em todos os setores da nossa vida, mas, ainda, ao recitativo e à musicalização dos poemas. (...) Se as edições eram escassas, a serenata, o sarau e a reunião multiplicaram a circulação do verso, recitado ou cantado.

Quando Nabuco criticava a ingenuidade, o sentimentalismo, a fantasia em Alencar como incompetência do escritor e submissão a um público de mulheres - “simpatia de tantas fluminenses, às quais os seus romances dão o pão cotidiano do amor” -, não conseguia se dar conta da própria evolução cultural do II Reinado, marcada pelas revistas e jornais familiares que conduziam os autores a um público feminino ou de ouvintes dos serões, de que resultava um abrandamento do estilo em tom de crônica e leve humorismo, às vezes esbarrando na pieguice. Macedo, Alencar e o próprio Machado de Assis não escaparam a essa determinação do público sobre a obra.

O mecenas das luzes

A ausência de um público consumidor - no sentido de que a comercialização da obra garantiria o sustento do autor -

vinculava a intelectualidade ao Estado – ou à Coroa. Não se sustentando pelo seu trabalho, o escritor era mais e mais impelido à proteção estatal, que fazia às vezes de público, dignificava a profissão, enquanto “enquadrava” a produção, ditando veladamente os padrões do gosto. Para Antonio Candido,

houve um mecenato por meio da prebenda e do favor imperial, que vinculava as letras e os literatos à administração e à política, e que se legitima na medida em que o Estado reconhecia desta forma (confirmando-o junto ao público), o papel cívico e construtivo que o escritor atribuía a si próprio como justificativa de sua atividade.

Num Estado que reproduz, guardadas as devidas proporções, a estrutura familiar, e afeito às produções culturais, como se autoproclamava o monarca, não é de causar espanto a “atitude paternal” do governo, numa sociedade em que o escritor esperava acomodar-se nas carreiras paralelas e respeitáveis, que lhe permitiriam viver com aprovação pública, redimindo ou compensando a originalidade e a rebeldia. Dessa imposição histórica não escaparam Nabuco e Alencar.

Críticas no final do período

A crítica ao *romantismo* só seria devidamente elaborada na década de 1880, depois que o republicanismo e o abolicionismo haviam arrematado escritores como Fagundes Varela, Castro Alves e Isidoro Martins Jr., poeta que preconizou com Sílvio Romero a “poesia científica”, abertamente anti-romântica. Aquele último, junto com Tobias Barreto, encabeçou a chamada “Escola do Recife”, crítica dos hábitos e concepções dominantes, principalmente no campo do Direito.

Romero, contudo, estranhamente não viu com bons olhos as novas tendências que vinham substituir o *romantismo* nos anos de 1880: a prosa naturalista e a poesia parnasiana. Na *História geral da civilização brasileira*, Antonio Candido define o

naturalismo como “a forma de realismo em que os sentimentos e a conduta dos personagens são relacionados com os fatores do meio, da herança, dos instintos, que os condicionam segundo um determinismo mais ou menos rígido”. Suas maiores expressões foram: Aloísio de Azevedo (*O mulato*, 1881; *O cortiço*, 1891), Júlio Ribeiro (*A carne*, 1888) e Raul Pompéia (*O ateneu*, 1888). Porém, o principal escritor do período e maior literato brasileiro do século XIX - e certamente o mais estudado - foi Joaquim Maria Machado de Assis. Poeta, cronista, romancista e crítico, recebeu consagração principalmente como ficcionista. Datadas ainda do Segundo Reinado, suas obras mais importantes são: *Mémórias póstumas de Brás Cubas* (1880), romance publicado na *Revista Brasileira*, a que se seguiram três importantes coletâneas de contos: *Papéis avulsos* (1882), *Histórias sem data* (1884) e *Páginas recolhidas* (1889).

Machado de Assis é genial também porque, a propósito, não se encaixa nos modelos vigentes de sua geração. Não foi romântico, nem naturalista. Mas, sem dúvida, em sua obra madura, posterior a 1880, já se configura numa realidade nacional, embora específica. Diferentemente de Ceci ou Peri, criados por Alencar, Capitu, a heroína de *Dom Casmurro* (1899), retrata a psicologia e os conflitos de uma mulher plausível, ligada às classes médias urbanas cariocas - que Machado conhecia muito bem, pois viveu toda sua vida no Rio de Janeiro.

Essas ligeiras observações sobre a produção cultural em geral, e literária em particular, permitem distinguir os problemas fundamentais da cultura letrada do II Reinado: sua restrição às elites dominantes, a filiação à cultura européia, a importação de seus modelos e a dependência crônica dos auspícios da coroa. O “pensamento filosófico” brasileiro reforça essa tendência. A vinculação orgânica dos intelectuais à classe dominante fez com que as idéias produzidas em outros contextos se reproduzissem distorcidamente no Brasil, visto que se fazia um uso oportunista, casuístico, adequado aos interesses dos que delas se apropriavam.

Não é por acaso que, desde a Independência, na filosofia brasileira dominou o **ecletismo**. Seu maior expoente foi o Frei Francisco de Montalverne* (*Compêndio de filosofia*, 1833), discípulo do francês Victor Cousin. A grande receptividade dessa corrente de pensamento, que se difundiu pelo II Reinado a dentro, explica-se pela sua vocação mediadora, que pregava a conciliação de todos os pensamentos, a prudência, a combinação de perspectivas às vezes opostas como maneira de se conseguir a “paz” entre as diversas filosofias, retendo de cada uma apenas o que fosse “verdadeiro”. Poetas e políticos aderiram a essa conveniente prática de pensar, como Gonçalves de Magalhães, Torres-Homem* e Eduardo Ferreira França.

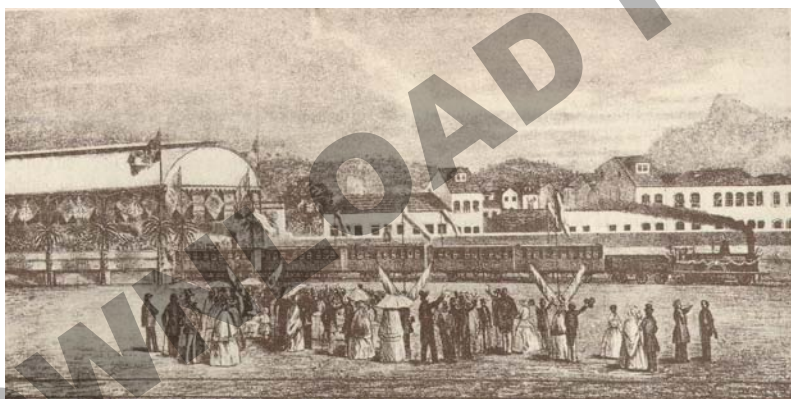


Figura 8. Inauguração da estrada de ferro D. Pedro II.

Toda a efervescência da década de 1870, que abalou as estruturas políticas e econômicas imperiais em seguida à Guerra do Paraguai, incrementando o republicanismo e o abolicionismo - sobretudo após a Lei do Ventre Livre (1871) - se fez sentir na mesma intensidade no mundo das idéias. A ascensão de novos setores sociais, favorecidos pelo desenvolvimento econômico, tornou propícia a difusão do naturalismo, do evolucionismo e do positivismo, melhor ajustados às suas aspirações de progresso e reformas político-sociais. Ainda que reivindicador de transformações, esse “bando de idéias novas”, como o chamou

Estado e cultura no século XIX

Sílvio Romero, não tinha um caráter propriamente revolucionário, mas de evolução gradual e moderada do sistema, conduzido de preferência pelas mesmas classes no poder. Não houve radicalismos, queria-se apenas a modernização. Ainda assim, em função da agitação política do país, agravada por sucessivos erros e desmandos da coroa, os setores modernizantes impregnados daquelas idéias novas trataram de cessar, certamente a contragosto, o reinado da Casa de Bragança no Brasil.

DOWNLOAD FREE

CAPÍTULO X

O IMPÉRIO SENIL: A DERROCADA DO REGIME (1870-1889)

Desenvolvimento econômico e crise institucional

A extinção do tráfico negreiro causou mais que um surto de crescimento momentâneo. As sessenta e duas novas indústrias, catorze bancos, três caixas econômicas, vinte companhias de navegação a vapor, vinte e três de seguros, quatro de colonização, três de transporte urbano e oito de estradas de ferro, entre outras, marcaram o início de uma fase de expansão que mudaria sensivelmente a vida material do Brasil até o fim do regime.

A grande alavanca de todo esse progresso foi a lavoura cafeeira, em alta constante nas bolsas internacionais. A riqueza gerada pelo “ouro verde” impediu, por várias vezes, que a frágil política financeira do Império deflagrasse crises inflacionárias incontroláveis. A Guerra do Paraguai, por exemplo, obrigou o governo a grandes emissões de moeda, comprometendo seus orçamentos, que não se equilibrariam completamente até o final do período.

Mas o surto de desenvolvimento iniciado antes da guerra, embora retardado por ela, recuperou seu ritmo na década seguinte e não parou mais. Verificou-se uma importante

acumulação de capitais oriundos sobretudo das atividades agro-exportadoras, que seria a base da industrialização no Brasil. O próprio beneficiamento do café exigiria um grau mínimo de mecanização, forçando a introdução de inovações técnicas, desenvolvidas no país. Os grandes capitais antes investidos na aquisição de escravos estava, depois do fim do tráfico, disponível para a contratação de mão-de-obra assalariada e para inovações materiais.

O monopólio completo da produção de um gênero que era a grande coqueluche de consumo na Europa e nos Estados Unidos, garantiu ao Brasil o aparelhamento de seu sistema financeiro e de crédito. O Estado, aliado ao capital estrangeiro, majoritariamente o inglês, estimulou empreendimentos industriais, sobretudo na área dos transportes, que garantiriam a continuidade da expansão. O Brasil de 1889 seria, materialmente falando, definitivamente diverso do de 1850. Para se ter uma idéia, a população nesse período cresceu de nove para catorze milhões de habitantes - é preciso lembrar que agora sem a introdução de negros, devido à extinção do tráfico. Os catorze quilômetros da primeira estrada de ferro inaugurada em 1852 somariam mais de nove mil construídos e 1,5 mil em construção em 1889. As linhas férreas acompanharam a expansão das manchas cafeeiras, acelerando o processo produtivo e o acúmulo de riqueza.

A navegação a vapor às vésperas da república, cobria aproximadamente cinquenta mil quilômetros de norte a sul do país. Os negócios multiplicaram-se ainda mais graças à velocidade da informação, proporcionada por uma rede telegráfica de mais de mil quilômetros instalados no país, sem contar os cabos submarinos que ligaram o Brasil à Europa e aos Estados Unidos. Tudo isso fez com que surgissem capitais excedentes, que começaram, timidamente a princípio, a ser canalizados para atividades industriais, sobretudo têxteis e pequena metalurgia.

Mas havia uma contradição insolúvel nesse sistema. A mesma fonte de riqueza que garantia o desenvolvimento econômico - a grande lavoura de exportação sustentada pelo braço escravo - era o maior obstáculo àquele desenvolvimento. Seu caráter monocultor impedia a oferta de matéria-prima diversificada de que necessitava a indústria. Ao mesmo tempo, o trabalho escravo, além de impróprio para ser empregado na indústria - carente de trabalhadores livres e assalariados - obstruía a formação de um mercado consumidor interno considerável. Não tardaria que fosse substituído. Enquanto isso não acontecia, a economia brasileira vivia a eminência de um colapso no sistema produtivo, dada a crescente demanda de café no mercado internacional e a falta progressiva de braços para cultivá-lo.

A monarquia, até a Guerra do Paraguai, foi a grande responsável pela prosperidade que contagiava os habitantes do Império, principalmente do Centro-Sul do país, angariando no exterior os recursos de que carecia o Brasil. Funcionava como intermediária e avalista na captação de capitais, principalmente junto à Inglaterra. A guerra da qual o Brasil saiu militarmente vencedor - mas moral e economicamente derrotado - serviu para animar os contestadores do regime, que passou a ser visto como o grande entrave ao livre desenvolvimento do país.

Aos poucos o governo foi sendo obrigado a fazer concessões, que todavia não superavam o crescente descrédito que tomava conta da opinião pública. Na década de 1880, quando o problema de mão-de-obra assumiu proporções catastróficas, a Coroa radicalizou em sua política arbitrária, dissolvendo as Câmaras e substituindo os gabinetes liberais por conservadores. Começava então a sofrer pressão por todos os lados. Crescia o movimento abolicionista, que mobilizou a população urbana e depois o Parlamento contra a reação escravista incrustada no governo. Em 1870, os republicanos lançaram seu **Manifesto**, provando haver oposição real ao regime dentro das próprias classes abastadas. A pressão dos militares foi cada vez maior após o fim da guerra do Paraguai.

Aliado a isso tudo, os erros sucessivos da Coroa e a própria saúde debilitada de D. Pedro, que o fez ausentar-se por duas vezes do país, foram conduzindo naturalmente à morte o regime monárquico, que caiu um ano após a escravidão, a qual nascera para sustentar.



Figura 9. A família imperial, final dos anos de 1880 (foto de Otto Hees).

Os republicanos e o “Manifesto de 1870”

A política partidária no Brasil começou a ganhar corpo, de fato, por volta dos primeiros anos após a *maioridade* de D. Pedro II* (1840), quando os políticos mais conservadores se uniram em torno do **regresso**, visando “parar o carro revolucionário”. Sua obra altamente centralizadora das decisões político-

administrativas do país, que ligaram o poder judiciário diretamente ao governo do Rio de Janeiro, não foi aceita sem contestações. No embate por interesses regionais e em oposição ao Partido do Regresso, depois Partido Conservador, uniram-se os liberais “históricos” e radicais sob a bandeira do Partido Liberal.

Mas as fronteiras partidárias no Brasil durante o Império foram sempre fluidas. Nenhum dos dois partidos monarquistas jamais apresentaram uma proposta concreta de governo, definindo-se antes por interesses regionais ou mesmo por simpatias pessoais. A carta de reivindicações apresentada pelos praieiros em 1848, embora servisse para distingui-los dos conservadores, não pode ser considerada um programa de partido.

Durante a **Conciliação** (1853-8), sob os gabinetes dos Marquês do Paraná e Olinda, diluíram-se ainda mais os perfis partidários, o mesmo ocorrendo durante a breve existência da Liga Progressista (1862-8). Não poderia ser mais precisa a observação de um estadista do Império de que nada havia mais parecido a um “saquarema” (um conservador) de que um “luzia” (liberal) no poder.

A Guerra da Tríplice Aliança, já se disse, foi o grande fermento da década de 1860. Foi para tentar solucioná-la que D. Pedro destituiu, em 1868, o gabinete progressista de Zacarias de Góis, inaugurando novo predomínio conservador que se estenderia por dez anos. As consequências deste gesto foram profundas na vida política brasileira. O Partido do Progresso, que uniu antigos liberais e conservadores dissidentes na oposição aos conservadores “históricos”, não sobreviveu. De sua dissolução ressuscitou o Partido Liberal, que rapidamente se posicionou. Seus membros postulavam uma série de reformas, lentas e progressivas, para evitar o choque de uma revolução. Era ainda um partido que se movia dentro da ordem, sem se opor ao regime propriamente dito.

Dos escombros da Liga, além dos liberais, surgiram os radicais que, descontentes com as soluções propostas pelos partidos monárquicos, passaram a contestar fervorosamente a política imperial. Nomes como Rangel Pestana, Limpo de Abreu e Gaspar da Silveira Martins* iriam mobilizar, através do *Opinião*, jornal do grupo, e do **Clube da Reforma** que fundaram, as forças oposicionistas. Apesar de politicamente inconseqüente, esse grupo dos radicais foi importante porque deles saíram os elementos que, em 1870, publicariam o **Manifesto Republicano**.

Os movimentos republicanos anteriores verificados no Brasil, principalmente no I Reinado (Confederação do Equador) e nas regências (Guerra dos Farrapos), caracterizaram-se pelo seu radicalismo extremado e pela sua origem regional, partindo os protestos das classes dominantes nas diversas províncias contra a política centralista da Corte. Mas foram todos debelados, com seus líderes perseguidos e executados.

O republicanismo que eclodiu em 1868, ao contrário, surgiu na capital do país, no Rio de Janeiro, e se diferenciou dos antecedentes pelo seu caráter anti-revolucionário. Temiam esses novos republicanos, no início, o apelo às armas, e quase se confundiam, por isso, com os liberais, aos quais estiveram muitas vezes unidos na oposição aos conservadores, que dominaram a década de 1870.

O novo partido foi composto principalmente por elementos ligados às atividades urbanas e profissionais liberais. Dentre os assinantes do **Manifesto**, de 1870, apenas um era fazendeiro, catorze advogados, dez jornalistas, nove médicos, cinco engenheiros e mais professores, funcionários públicos e comerciantes. Destacam-se os nomes de Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Cristiano Ottoni, Limpo de Abreu, entre outros. O novo partido teria muito peso na província de São Paulo e, apesar do número reduzido, seus militantes ganharam muita força devido à aceitação crescente da opinião pública. Seu maior vigor ocorreu, porém, só nos últimos anos da monarquia, quando

uniram-se as bandeiras do republicanismo à da abolição da escravidão.

Balanço das medidas dilatórias da Coroa

Quando o Visconde do Rio Branco formou seu gabinete a 7 de março de 1871 - um dos mais longos do II Reinado, tendo durado até 1875 -, o problema da emancipação dos escravos já tomava proporções alarmantes. Essa e outras questões candentes exigiam uma resposta concreta do Imperador. O sistema produtivo como um todo estava comprometido pela falta de braços para a lavoura. As experiências de introdução do trabalho livre ao lado do escravo tinham demonstrado a completa incompatibilidade entre ambos. O tráfico inter-provincial, que vinha abastecendo as novas áreas agrícolas, sobretudo paulistas, além de acirrar as contradições regionais, não duraria para sempre. Além de tudo isso, não eram poucas as pressões internacionais para a eliminação do "trabalho servil".

Desde 1864, tramitava no Parlamento um projeto emancipacionista do jurista José Antonio Pimenta Bueno*, Marquês de São Vicente, que a guerra fez dormir nas gavetas. Terminada esta não haveria mais porque não responder à Junta Francesa de Emancipação, que havia endereçado uma carta a D. Pedro com o fim de sensibilizá-lo sobre a "questão servil".

Incumbiu o Imperador ao Visconde do Rio Branco a tarefa de resolver o problema da falta de braços, além de outras como as pendentes reformas na legislação judiciária, na Guarda Nacional e no recrutamento, além da revisão da lei eleitoral. A mais candente, que dividiu os blocos conservadores e liberais, era o problema da escravidão. É preciso frisar que as opiniões nesses partidos não eram uniformes, e eles racharam justamente por haver escravistas e emancipacionistas tanto em um quanto em outro partido. A campanha parlamentar foi acirrada. Finalmente, a 28 de setembro de 1871, a princesa Isabel, que substituiu o pai

em viagem à Europa para tratamento de saúde, sancionou a lei nº. 2040, que ficou conhecida como “Lei do Ventre Livre”.

Como o próprio nome diz, essa lei declarava livres os filhos de escravos nascidos a partir da data de promulgação. Até então vigorava que o filho de escrava deveria ter a mesma condição da mãe. Mas os dispositivos regulamentares da lei faziam dela um grande embuste, que só servia aos interesses dos proprietários de escravos. Ela facultava ao senhor optar por, depois de criar o jovem durante seus primeiros oito anos de vida, passá-lo sob indenização ao Estado, ou tê-lo ainda sob tutela até os vinte e um anos. Claro que todos os senhores escolheram a segunda opção, pois precisavam de mão-de-obra para a crescente lavoura cafeeira. Se essa lei não chegou a libertar nenhum escravo - pois a escravidão foi abolida antes que qualquer negro nascido em 1871 completasse vinte e um anos -, serviu todavia para indispor os latifundiários contra a Coroa, que lhes parecia a causa de seus males.

Também conseguiu Rio Branco promulgar a lei da reforma judiciária, a 20 de setembro do mesmo ano, oito dias antes, portanto, da Lei do “Ventre Livre”. Mas essas reformas não eram suficientes para amainar os ânimos oposicionistas que, a partir desse ano de 1871, pareciam radicalizar-se. Já vinha de algum tempo, principalmente por parte dos militares, que recuperaram muito de seu prestígio durante a guerra do Paraguai, o reclamo de uma reforma da Guarda Nacional. Essa corporação, criada em 1831 para garantir aos cidadãos armados o controle dos motins iniciados após a abdicação de D. Pedro I, teve importante papel durante as regências e a *maioridade*, mas já era obsoleta e, a 10 de setembro de 1873, ainda sob o gabinete Rio Branco, foi totalmente reformulada. Retiraram-lhe as funções de policiamento e vincularam-na diretamente ao governo central.

Outra prática corrompida eram os pleitos eleitorais. Talvez não houve uma única eleição durante o Império onde não se registrassem fraudes flagrantes, até mesmo com violência e morte. Isso decorria de um sistema representativo viciado,

O império senil: a derrocada do regime (1870-1889)

criado pela Constituição de 1824, que estipulava o voto censitário em dois turnos. Num primeiro, cidadãos que tinham uma determinada renda anual escolhiam os eleitores. Num segundo turno, então, esses “eleitores eleitos” escolheriam, enfim, os representantes da nação, deputados e senadores, que por sua vez, deviam possuir uma receita superior à de seus eleitores.

Esse sistema desagradava a todos, inclusive ao próprio Imperador, que achava que só a instrução do povo e eleições diretas poderiam corrigir os vícios do sistema representativo brasileiro. Incumbiu então o conselheiro Saraiva da tarefa de reformular o sistema eleitoral. A 9 de janeiro de 1881, surgia a Lei Saraiva, que instituiu a eleição direta e consagrava o direito de elegibilidade a não-católicos e naturalizados, desde que não fossem negros. Por outro lado, mostrou-se essa lei mais uma falácia histórica da classe dominante pois, ao exigir provas de renda ainda maior e excluir o voto aos analfabetos, num país de pobres e iletrados, acabou restringindo ainda mais o eleitorado, que se reduziu de 9% para 1,5% da população.

À medida que a sociedade se organizava e exigia mudanças, mais se desgostava com tais medidas dilatórias, que só protelavam assuntos de primeira ordem. Ainda quanto à “questão servil”, no auge do movimento abolicionista, o governo promulgou, em 1885, a Lei Saraiva-Cotegipe, ou “Lei dos Sexagenários”, que mandava libertar os escravos acima de 65 anos sem indenização aos senhores. Se não teve, como as outras, nenhum benefício prático, pois raros escravos atingiam essa idade, essa lei teve um forte efeito moral. Pela primeira vez retirava-se aos senhores sua propriedade e, mais grave, sem indenização, ou seja, sem restituir-lhes o valor do escravo.

Prestígio crescente dos militares

O ímpeto republicano que manifestaram os oficiais durante o conturbado reinado de D. Pedro I impeliu o governo regencial,

imediatamente após o 7 de abril (Abdicação), a retirar do Exército várias de suas funções. Diminuíram-se seus quadros e reduziram-se os efetivos. A Guarda Nacional, criada no mesmo ano de 1831, retirou as armas aos militares e passou-as aos cidadãos. Até a Guerra do Paraguai a “milícia cidadã” fez sentir sua força. Antes de assumir o comando das tropas, Caxias exigiu o cargo de presidente da Província do Rio Grande do Sul, para ter à sua disposição a Guarda Nacional dessa província. Este expediente já usara o mesmo Caxias, durante os motins internos do período regencial.

Principalmente após 1850, o Exército passou por remodelações que iriam alterar-lhe profundamente a estrutura. Por essa época começava a implantação do curso superior para oficiais da infantaria e da cavalaria. Às vésperas da Proclamação da República era enorme o número de cadetes com curso profissional. A educação, permitindo o maior entendimento dos problemas nacionais, bem como possibilitando a entrada de novas idéias vindas do estrangeiro, germinava na Academia Militar na década de 1850. Três décadas mais tarde, seriam esses antigos estudantes os oficiais que, descontentes com o poder civil, resolveriam intervir diretamente na vida política brasileira.

Nesse período, a corporação dos oficiais se democratizou. As classes abastadas preferiam conduzir seus filhos para as profissões liberais, como o direito e a medicina, que davam mais prestígio e abriam as portas da carreira política. A carreira militar significava uma das poucas possibilidades de ascensão social para as camadas livres desfavorecidas ou empobrecidas, o que fazia dos oficiais de 15 de Novembro pessoas desvinculadas socialmente dos interesses da classe agrária dominante.

Foi durante a Guerra do Paraguai que os militares começaram a perceber sua força e o temor que causavam nos “legalistas” ou “casacas”, como eles chamavam aos civis. Por exemplo, na reviravolta política de 1868, caiu o progressista Zacarias de Góis e ascendeu o conservador Itaboraí. Ao mesmo tempo, o afastamento do velho Caxias da guerra pôs à frente das

tropas o impetuoso Conde D'Eu, que manifestara publicamente o desejo de, depois de vencer a guerra, preparar seu triunfal regresso à Corte no Rio de Janeiro, com uma estrondosa parada militar à frente de seis mil soldados. Essa idéia arrepiou os conservadores, que deram instruções para que a tropa retornasse em pequenos grupos, proibindo que se embarcasse um batalhão inteiro no mesmo navio. O Príncipe D'Eu indignou-se com as instruções, mas teve que se curvar ante a intervenção do próprio imperador.

Além de todos seus efeitos, a Guerra do Paraguai surtiu mais este: o de recuperar aos militares seu orgulho de corporação e sua auto-estima, que lhes haviam sido retiradas há muito. Espírito de corporação que, aliás, identificava os militares entre si, e os distinguia dos demais setores da população. Não se identificavam à classe dominante, muito menos aos escravos. O “espírito de corpo” os afastava também dos interesses particulares das camadas sociais de onde eram oriundos. Seus próprios interesses corporativos eram suficientes para questionar a proibição ao voto a que estavam sujeitos.

Cada vez mais os indignava o fato de estarem alheios aos acontecimentos políticos do país, privilégio de uma fração irrisória da população civil. O desgaste levou a uma crise generalizada em 1884, conhecida por **Questão Militar**. Sua insatisfação tinha como motivo mais gritante o fato de as pastas militares serem concedidas, desde 1882 até o fim da monarquia, a civis, que acabavam assim interferindo em assuntos estritamente militares.

Outros e inúmeros incidentes marcaram a oposição entre eles e os civis. Aliás, quando se fala em “militares”, deve-se entender o **Exército**, pois a Marinha passou quase imune a todas as transformações experimentadas pelas tropas de terra. Essas não tardariam a perceber a razão da mão armada. Bastou uma parada militar para que todos, políticos, tropa e povo, se dessem conta disso.

Contestações ao regime e Abolicionismo

A prosperidade da segunda metade do século XIX afetou não apenas a vida econômica do país. Principalmente no município neutro da Corte, o grande palco da política do país, com o incremento do setor de serviços (bancos, administração pública, comércio a varejo, etc.), houve uma mudança sensível na composição social da população urbana. Profissionais liberais como médicos, advogados, jornalistas, professores, ao lado de banqueiros, técnicos ligados ao sistema financeiro e à administração de firmas estrangeiras de serviços (estradas de ferro, abastecimento de gás, etc.) engrossaram uma camada média urbana que se diferenciava dos valores agrários tradicionais. Tinha uma nova mentalidade, muito influenciada pelo estrangeiro. Não apenas seus hábitos culturais (literários, estéticos), mas seus próprios hábitos de consumo denunciavam os padrões ditados pelos europeus.

Assim como a música e a literatura, a seda francesa, o gabardine inglês, o vinho alemão e a manteiga dinamarquesa disseminaram-se pela casas da Corte. Essa nova classe de homens, que rapidamente se abriu às idéias vindas de fora, participou decisivamente de movimentos de vanguarda do período, ora abraçando a causa abolicionista, ora a republicana, ou a ambas, posto que, se não se confundiam, andavam sempre próximas.

Um exemplo singular da agitação urbana posterior à Guerra do Paraguai foi o “motim do vintém”. No meio de uma crise financeira, agravada pela forte seca que atingiu o país de 1877 a 1879, impossibilitado de recorrer ao crédito externo, o ministro da fazenda Afonso Celso* decidiu instituir um imposto que seria cobrado da população, incidindo sobre o preço da passagem de bonde. A revolta contra o imposto do vintém foi geral e levou quatro mil pessoas ao palácio de São Cristóvão, em fins de 1879.

A reação ao imposto veiculou-se pela imprensa. Houve comícios e passeatas de trabalhadores. No meio dos manifestantes infiltraram-se agitadores da polícia. Houve

tumulto e depredação de bondes. A polícia reagiu à bala, e muitos foram mortos e feridos. A agitação, que detonou a 1^o de janeiro de 1880, durou ainda alguns dias, sob estado de sítio. O imposto acabou sendo revogado. Foi o primeiro grande movimento popular que sacudiu o II Reinado, opondo as classes pobres ao governo e ao regime. Daí para frente a oposição cresceria como uma bola de neve.

Ao lado da propaganda republicana, o movimento de opinião favorável à abolição da escravatura foi um dos mais expressivos do período. A Coroa, cada vez mais desgastada por sua política impopular, fazia-se alvo fácil para os republicanos e para os emancipacionistas, que iam angariando as simpatias dos setores médios urbanos, sem maiores vínculos com os valores rurais criados desde os tempos coloniais.

A escravidão no Brasil, devido às transformações sofridas pelo capitalismo mundial, estava com os dias contados. A nova face imperialista do capitalismo redefiniu a posição de cada país e cada classe na divisão do trabalho e na unificação do mercado internacional, sob a liderança dos países industrializados da América do Norte e Europa. Foi sob coerção da Coroa britânica que se extinguiu o tráfico em 1850. Mas sozinha seria muito difícil convencer os plantadores escravistas a substituírem o trabalho servil pelo livre. Nesse sentido, o movimento abolicionista foi fundamental para o encaminhamento do problema de mão-de-obra no Brasil.

A composição social dos abolicionistas era variada. Além dos setores médios urbanos houve a participação de elementos ligados à grande lavoura e de origem social mais modesta. Até às vésperas de 1888, os abolicionistas não ultrapassaram os limites da legalidade. À ação decidida de parlamentares como Joaquim Nabuco, Torres-Homem* e o Visconde de Inhomirim, somavam-se os ataques constantes na imprensa, em jornais como **O grito do povo**, do tipógrafo Pedro Arbues, ou a **Gazeta da tarde**, dirigida por José do Patrocínio, além da adesão de última hora

do jornalista Rui Barbosa*. Nas letras, destacava-se a poesia militante de Castro Alves.

Mas nem só de idéias viveu o abolicionismo. A ação revolucionária dos “caifases” foi vital. Seu líder, Antônio Bento, promotor e juiz em São Paulo, foi o fundador do Centro Abolicionista de São Paulo em 1882, do qual participaram figuras do vulto de Júlio de Castilhos, Enéas Galvão* e Raul Pompéia. Denunciavam as atrocidades da escravidão na imprensa. Partiram para a ação apoiando fugas em massa dos cativos das fazendas, agitações e socorro aos fugitivos. Perseguiram capitães-do-mato e ameaçaram senhores cruéis.

Foi sob essas lideranças que os escravos começaram a agir em causa própria, principalmente após 1885, fugindo das fazendas e desmantelando o sistema produtivo. Mas só quando o abolicionismo ganhou ampla aceitação na sociedade é que os políticos aderiram, meio titubeantes, à sua causa. Conservadores e liberais estiveram sempre divididos internamente, já que em ambos os partidos os fazendeiros escravistas se faziam representar. Também não se pode tomar a totalidade dos republicanos como simpáticos à libertação dos escravos. Havia escravistas também entre eles.

Na avalanche de panfletos e obras que se seguiram principalmente a partir de 1870, os principais argumentos contra a escravidão eram sua ilegalidade jurídica e as baixas produtividade e lucratividade do trabalho escravo em relação ao livre. Não houvesse, contudo, condições históricas propícias, o abolicionismo não teria sozinho posto fim à escravidão. Vale registrar, por fim, que a reação dos escravistas contra os abolicionistas foi extremamente violenta. Além da contra-propaganda na imprensa, os favoráveis ao trabalho escravo perseguiram, ameaçaram e assassinaram líderes emancipacionistas, invadiram e destruíram seus jornais.

O “poder pessoal”

No período de relativa estabilidade econômica vivida no Brasil na segunda metade do século XIX, experimentou-se a política arbitrária do imperador, o constante por à prova de sua vontade absoluta, que não contrariava a percepção geral da época. Seu poder pessoal não excedia nem era estranho às forças sociais, ajustando-se, ao contrário, às elites dominantes. O poder soberano pertencia ao imperador, que geria o país como sua casa. É sintomático que, por exemplo, todos os gabinetes de 1868 a 1889, com exceção de um, caíram por decreto imperial. Autores com simpatias monárquicas, como os há muitos ainda hoje, repetem a ladainha dos juristas imperiais de que o poder pessoal do Imperador não era arbitrariedade, posto que lhe garantia a Constituição. Ora, a Carta Magna de 1824, outorgada por D. Pedro I - a quem muito embriagava o ópio do poder absoluto - e as demais plataformas jurídicas da nação, é que garantiam ao soberano todo seu poder, que era sobreposto ao Legislativo, ao Executivo e Judiciário como “poder Moderador”. Legal, porém descricionário.

Principalmente durante a **transação** (entre 1848 e 1862), em que os partidos políticos imperiais perderam seus já tênues perfis, manifestou-se em sua plena força o poder pessoal do monarca e consagrou-se o poder oligárquico em torno do Paço de São Cristóvão. Sobre a força do monarca pôde dizer Sérgio Buarque de Holanda: “Só cede verdadeiramente aos ministros, quando, e porque, já eles estão cientes de que seu ceder não é prova de fraqueza. Cede como quem concede e tem autoridade para não precisar mostrar que tem.”

Assim o monarca exerceu, na prática, sem contestações mais conseqüentes até a década de 1870, seu poder absoluto. O reverso era inevitável e, com a eliminação das contendas partidárias, a coroa passou a ser o único alvo dos que eram sistematicamente alheados do poder. Paulatinamente foi-se debilitando a posição do Imperador, identificado como a causa primeira da corrupção, prática já então altamente difundida.

Quanto mais se tentava filiar a política brasileira ao paradigma inglês, mais aqui o parlamentarismo mostrava-se não passar de uma quimera.

Onde mais se distanciava a ficção parlamentar brasileira do modelo britânico era no fato da subida ou queda de um ministério depender só idealmente, entre nós, de uma eventual maioria na Câmara popular. De fato dependia só, em última análise, de uma opção mais ou menos caprichosa da coroa.

Até por volta do final da Guerra do Paraguai, enquanto se associava o clima de prosperidade às atitudes deliberadas do Paço de São Cristóvão - ou da residência de verão em Petrópolis -, a monarquia permaneceu imune às oposições palacianas. A partir de determinado momento, porém, devido a uma gama de fatores, passou-se a encarar a coroa não mais como agente, mas como entrave ao desenvolvimento do país. Entre eles destacam-se o abolicionismo, o surgimento de forças sociais da expansão cafeeira - e outras urbanas até então inexpressivas -, além das pressões internacionais anti-escravistas.

Não obstante, prosseguiram na Corte as práticas do cupulismo e do *patronato*, do favor, do clientelismo, segundo as quais tudo deveria ser decidido a partir de cima, com a conivência generosa dos poderosos. Tudo se fazia, no plano político, na órbita do trono, sob seu patrocínio e buscando sua proteção. Assim se dava o enquadramento da contestação, a assimilação do diverso. Não é casual que todas as lutas pela descentralização do poder que pipocaram nas regências, das quais a Revolução Praieira foi o último foco incendiário, não tenham logrado êxito -, salvo talvez, em alguns aspectos, os objetivos farroupilhas.

Claro que não faltaram críticos veementes desse ordenamento político. Mas até a última década do Império pode-se dizer que a maioria das vociferações partiram daqueles que perderam - ou nem conseguiram - seu lugar ao pé do trono. O que fica é a observação de uma homologia estrutural entre a casa-grande e o Estado, uma confusão entre as fronteiras do

público e do privado. O senhor era o soberano em seu domínio e o monarca dirigia a nação como uma grande família. Dessa herança, da utilização da *república* como patrimônio privado, ainda padece o Brasil. Basta olhar o personalismo, o apadrinhamento e o clientelismo do governo, meio e fim de sua auto-reprodução.

O “plano inclinado”

A Coroa, e o regime que ela representava, estavam firmemente consolidados pela prosperidade econômica iniciada após 1850. O progresso parecia ser obra direta da mão do Imperador. Durante a guerra do Paraguai, principalmente após 1868, as críticas ao Imperador e ao próprio regime ganharam uma dimensão descomunal. Daí para frente, no dizer de um historiador clássico, o regime entraria num plano inclinado, que só poderia conduzir ao seu fim.

A partir daquela data, a política partidária se afrouxara, e os partidos monarquistas (liberal e conservador) passaram a se confundir quanto às doutrinas e idéias. As questões nacionais eram resolvidas como se fossem de ordem pessoal. Uma vez no poder os conservadores, com Rio Branco, começaram a cumprir as reivindicações dos liberais - como o projeto da Lei do Ventre Livre -, para anular a oposição.

A Coroa, até 1871, colhia os créditos pela relativa paz interna e prosperidade de que gozava o Império, em relação à conturbada situação das repúblicas vizinhas, sempre às voltas com agitações intestinas e afundadas em insolúveis crises financeiras. Depois dessa data, a situação se inverteu. A Argentina, por exemplo, entrou num período de franca prosperidade, amparada pelo capital inglês, que investiu em abertura de estradas de ferro, na imigração em massa, na industrialização da produção pecuária, etc.

No Brasil, ao contrário, começava a fase de insatisfação à política desastrosa e arbitrária do governo - e particularmente de D. Pedro - incapaz de solucionar os problemas do país.

As medidas para a recuperação da saúde financeira do Brasil foram comprometidas também por intempéries imprevisíveis como a maior seca já registrada em território brasileiro antes ou depois de 1877-79. As decisões governamentais tomadas no embalo de uma breve prosperidade, como a garantia de juros para as estradas de ferro e engenhos e outros compromissos de diversas naturezas, ao invés de gerarem crescimento acabaram sobrecarregando o tesouro. Para combater os efeitos da grande seca, o governo foi obrigado a endividar-se em alguns milhões de contos de réis, ao passo que o dinheiro brasileiro se desvalorizava cada vez mais.

Essa seqüência de insucessos, aliada à conduta pessoal do Imperador, abriu o regime aos ataques diretos. Dez anos após o fim da Guerra do Paraguai ainda se acusava violentamente o Imperador de ter envolvido o país numa guerra pessoal, por vaidades dinásticas, afundando-o financeiramente e levando ao campo de batalha e à morte milhares de brasileiros. Principalmente os republicanos, totalmente descompromissados desses acontecimentos, moviam as acusações. Os ataques atingiam somente o governo e a Coroa, já que a exaltação do valor do inimigo tombado era, ao mesmo tempo, uma valorização dos militares brasileiros, que venceram o nobre inimigo, numa guerra que ninguém desejava.

Além das questões no Prata, o imperador envolveu-se em outros assuntos que acabaram por denegrir sua imagem. Chocou-se contra a diplomacia britânica por ocasião da “questão Christie”, quando os ingleses passaram a requerer a libertação dos escravos entrados no Brasil após a lei de 1831, exigindo desculpas e reparações do governo brasileiro, sob ameaça de represálias.

Indispôs-se a Coroa até com a Igreja católica, num incidente que envolveu o governo brasileiro, a maçonaria, os bispos de

O império senil: a derrocada do regime (1870-1889)

Olinda e Belém e até o Vaticano, no episódio que ficou conhecido como **Questão Religiosa**.

Por fim, a conduta personalista e autoritária do soberano minou o cada vez mais debilitado prestígio da Coroa. A administração imperial esvaziava-se por não conseguir implantar qualquer política de médio ou longo prazo. De 1880 a 1889, foram substituídos dez gabinetes e quatro legislaturas, sendo que cada qual deveria durar quatro anos cada. Com exceção da última - impedida de assumir devido à proclamação da república -, todas foram interrompidas pela intervenção do Imperador, já que a doutrina constitucional do **poder moderador** lhe assegurava este direito, desde que fosse para a “salvação do Estado”. Depois de 1870, cada ação do governo que não alcançava êxito parecia voltar-se contra ele, alimentando a poderosa oposição que se manifestava não mais apenas na imprensa, mas que já tomava as ruas e o próprio Parlamento.

1888: finda a escravidão

A escravidão recebeu seu primeiro grande golpe com o fim do tráfico intercontinental em 1850. Impelidos por motivações econômicas claras - a abertura de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados - mais que pelo humanismo que proclamavam, os ingleses conseguiam enfim cortar a principal fonte abastecedora de mão-de-obra do Império. A partir daí restava aos escravistas das novas fronteiras do café - que se expandia para o chamado “oeste novo” paulista (região de Ribeirão Preto) - o apelo ao tráfico interprovincial e ao crescimento vegetativo da população escrava. O primeiro foi a causa de profundos desentendimentos entre as províncias do Norte, que estavam estagnadas ou em decadência, e as do Sul, que lhes tirava o que ainda dispunham de mão-de-obra. A crescente valorização do café no mercado internacional ainda compensava altas inversões de capitais em escravos.

Além do tráfico entre as províncias, restava aos escravistas fomentar o nascimento de escravos dentro do próprio plantel. Mas isso era impraticável. Nas suas oscilações, quando o mercado estava em baixa e era pequena a procura do café, os senhores podiam exigir menos da escravaria, facilitando os casamentos entre os escravos. Mas bastava um reaquecimento da procura para que se impusessem ritmos fatigantes de trabalho. Além do mais, dada a intensidade do tráfico e o sentido exploratório da colonização brasileira, os escravistas daqui nunca se preocuparam em fomentar o crescimento vegetativo da população servil, ao contrário dos Estados Unidos da América, onde houve fazendas especializadas na reprodução de escravos.

Em 1871, interrompeu-se essa última e modesta fonte de abastecimento de braços. A Lei do Ventre Livre, embora, talvez, mais vantajosa aos senhores que aos escravos, declarava juridicamente livres os filhos da escravaria. Muitos senhores retrógrados nunca mais perdoariam a Coroa por esse gesto.

Mas não foram apenas leis as causas do fim do trabalho servil. A acumulação de capital gerada na própria empresa cafeeira foi utilizada numa série de inovações - nos transportes, nas atividades urbanas, na incipiente indústria - às quais era impróprio o trabalho servil. A indústria precisava de trabalhadores livres e assalariados não apenas como produtores, mas para criar um mercado consumidor fixo, que até então era muito limitado. A imigração em massa de europeus, iniciada na década de 1880, primeiramente absorvida no campo, em breve migraria para a indústria das cidades. Mas isso num momento posterior.

A par das transformações econômicas que reclamavam o trabalho livre, vinha o peso da opinião pública que se agitava pela extinção do trabalho escravo - não tanto por uma postura humanista, mas por preconceito contra a "raça infecta". Havia mesmo entre os abolicionistas muitos elementos que desejavam a repatriação dos ex-escravos, isto é, a expulsão dos negros de volta para a África.

O império senil: a derrocada do regime (1870-1889)

As rebeliões nas senzalas foram frequentes na história da escravidão no Brasil, com fugas e formação de quilombos e até assassinato de feitores e senhores de escravos. Mas esses movimentos só passaram a ser “aceitos” e alcançaram dimensão política nos últimos anos do Império, quando houve condições históricas para isso. Em outros tempos, as fugas em massa de escravos das fazendas e revoltas seriam, como sempre foram, debeladas, com castigos exemplares para os líderes.

Só a partir de 1885, praticamente, os escravos foram “usados” pelo movimento abolicionista. Nessa época, quando era claro o rumo das coisas, é que grande número de parlamentares aderiu ao movimento.



Figura 10. Festa pela assinatura da Lei Áurea (foto de Luis Ferreira, 1888).

Foi sob a pressão dessas várias circunstâncias, de ritmos diferenciados, que a princesa D. Isabel, que substituíra novamente o pai em viagem para tratamento de saúde na

Europa, assinou a 13 de maio de 1888 a **Lei Áurea**. Desde algum tempo os setores mais progressistas haviam percebido a inevitabilidade da substituição do trabalho escravo. Mas em breve se evidenciaria que os negros foram libertados, mas não emancipados de fato. Os preconceitos de indolência, de violência, de preguiça, que os estigmatizava continuou. Não foram absorvidos pelo mercado de trabalho, para o qual foi buscado o imigrante europeu. Como disse uma historiadora recente, em 13 de maio foram os brancos que se libertaram do fardo da escravidão, abandonando os negros à sua própria sorte.

1889: fim do regime

A fundação do Império brasileiro, diferenciando-se do movimento de emancipação política das repúblicas americanas, derivou de um acordo entre as elites dirigentes radicadas no país, particularmente no Centro-Sul, e os dignatários portugueses, com base nas seguintes condições: a Coroa portuguesa concederia a Independência se a elite brasileira cedesse o trono ao herdeiro da Casa de Bragança. Isso porque o único agente capaz de promover o reconhecimento internacional do novo império, garantindo-lhe a continuidade do abastecimento de escravos, era justamente a Casa de Bragança, que havia se transferido para o Rio de Janeiro em 1808 e aí instalado a administração de seu império.

O Estado, que se construiu até por volta de 1850, teve como sustentáculo essas duas instituições: a monarquia e a escravidão. Caindo a escravidão em 1888, desmoronou o Estado imperial. Mas é preciso ponderação na análise das causas da queda do regime monárquico. Fatores de ordem diversa contribuíram para isso.

A sociedade como um todo, à exceção de uns poucos conservadores, desejavam a mudança. A monarquia, de agente de progresso, passou a ser seu entrave. Principalmente entre as

classes dominantes, porém, predominava a tendência à reforma, à evolução lenta e gradual. Em coerência às teorias evolucionistas da época, como o darwinismo e o positivismo, nada deveria ser feito bruscamente. No exército se criticava o “dogma metafísico” da soberania popular, sustentando-se que toda mudança social deveria ocorrer de cima para baixo, com exclusão deliberada do povo.

Embora importantes, os militares do exército não foram os principais agentes envolvidos na derrubada da monarquia. O próprio marechal Deodoro da Fonseca era monarquista e amigo pessoal de D. Pedro. Nem todos os republicanos de última hora teriam aderido ao golpe se a monarquia tivesse resolvido sozinha alguns impasses que ela mesma criou. O regime foi sendo minado por forças históricas de duração diversa. Ligavam-se às longas transformações nas atividades produtivas, que substituíram o trabalho escravo pelo livre. Fatores conjunturais como a Guerra do Paraguai e a seca de 1877-9 agravaram a situação financeira do país, comprometendo o prestígio da Coroa. Ao mesmo tempo ganhavam projeção os novos setores urbanos, formadores de opinião. Abolicionistas, militares e republicanos, que até os últimos dias da monarquia não confundiam seus interesses, uniram-se nos momentos decisivos contra a Coroa.

Sua debilidade, por sua vez, foi projetada na saúde precária do próprio imperador. Quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, D. Pedro estava em tratamento na Europa. Desde algum tempo, o velho imperador demonstrava sinais de cansaço, e seu estado físico foi associado à caduquice das instituições imperiais. A partir de 1887, quando recrudescceu a propaganda republicana, o soberano partiu em viagem, já tido como inválido para dirigir a nação. Sua senilidade fez crescer ainda mais a aversão à idéia de um terceiro reinado, não só entre os republicanos, mas entre os monarquistas, dada a baixa popularidade do Conde D'Eu, que subiria ao trono com a herdeira D. Isabel.

Como na Independência, não houve revolução. O “povo” continuou excluído das decisões políticas do país. No dia 15 de novembro de 1889, cronistas da época puderam descrever como a população do Rio de Janeiro, vendo as tropas do exército nas ruas, tomou aquilo como mais uma parada militar, assistindo a tudo “bestializada”. Iniciava-se um novo momento da história do Brasil, no qual persistiram, porém, alguns traços importantes do período que se encerrava.

CONCLUSÃO

CONTINUIDADES E RUPTURAS NA MUDANÇA DO REGIME

A abolição da escravidão em 1888 e a queda do regime monárquico no ano seguinte põem fim a um longo período de mudanças estruturais que vinham se operando na sociedade brasileira. A fórmula monárquica foi fundamental para o reconhecimento internacional da emancipação política do país, evitando a fragmentação do território e assegurando a continuidade do trabalho escravo, então essencial à economia do país. Entre 1808 e 1889, porém, o Império assistiu, e ao mesmo tempo sustentou, modificações de base no panorama geopolítico do país. Alteraram-se as forças produtivas, as relações de trabalho, as configurações urbanas, as soluções práticas, as idéias e as mentalidades. Mas as próprias condições que presidiram à mudança impuseram certas continuidades.

Sobretudo as transformações políticas foram operadas “de cima para baixo”, sem a participação popular. Os representantes dos setores agrários dominantes, a despeito das graves divergências internas que caracterizavam a vida partidária, se investiram da direção política do país, em harmonia com os interesses dos grandes proprietários. Toda a legislação do Império ilustra essa prática.

A principal ruptura que não conseguiram evitar foi a substituição do trabalho escravo, repudiado em todo o mundo e insustentável na nova ordem econômica mundial. A mão-de-obra

livre representada por imigrantes europeus viria a cobrir a lacuna aberta pelo abandono do trabalho servil. Caindo a escravidão, ruiu sua principal base de sustentação que era a monarquia.

Mas houve continuidades essenciais.

A mais importante delas foi terem sido operadas “de cima para baixo” ou, o que dá no mesmo, a exclusão da grande massa da população das decisões sobre essas mudanças. Os representantes dos setores economicamente dominantes se investiram do direito de fazer e desfazer do poder conforme suas inclinações e interesses particulares. Claro que esses setores não eram homogêneos e havia dissidências internas. Mas, no geral, imperaram os interesses dos “barões do café”, que não eram necessariamente opostos aos da coroa. Assim foi por ocasião da Lei de Terras de 1850, quando produziram os entraves necessários ao acesso à terra a imigrantes, desejados apenas como substitutos para os braços escravos. Se os adventícios tivessem condições de ter seus próprios lotes, o latifúndio estaria em xeque.

Assim foi com a representação política. A Constituição de 1824 dava acesso ao poder apenas a um grupo restrito de pessoas, justamente aquele que tinha uma determinada renda e outras imposições menores (ser homem maior de 21 anos e não ser religioso enclausurado ou soldado raso). A reforma eleitoral de 1881 que introduziu a eleição direta negou, porém, o voto aos analfabetos, reduzindo de 10% a cerca de 1% o número de eleitores dentro da população total - masculina, é bom lembrar, uma vez que o voto das mulheres foi sancionado apenas no período republicano. Havia-se percebido então que, num país de iletrados, a exigência de alfabetização era um obstáculo eficiente para enquadrar o eleitorado.

Acima de tudo, a principal continuidade entre monarquia e república foi a permanência no poder político e econômico dos mesmos segmentos, fundados no latifúndio - que continuou monocultor e exportador. Quando a monarquia se mostrou inoperante - constituindo-se mesmo em empecilho à

Continuidades e rupturas na mudança do regime

modernização - os mesmos “donos do poder”, com a participação concedida a novos elementos rapidamente cooptados, trataram de substituí-la.

Continuou nas mãos dos donos da casa das novas e velhas oligarquias a batuta que regeria a vida do país. As relações de clientelismo e favor incrementaram-se, os clãs rurais persistiram. O novo sistema eleitoral aperfeiçoado na Primeira República instituiu o “voto de cabresto”, que atrelava aos “coronéis” os ainda poucos eleitores arregimentados pelos “cabos” eleitorais.

Não houve revolução. Sobretudo o “povo” continuou excluído das deliberações que interfeririam diretamente em sua vida. Não obstante as permanências, o que segue ao 15 de Novembro foi registrado pelos vencedores como uma outra história – a história de um novo tempo. Cabe aos historiadores profissionais a tarefa de desconstruir toda a mitologia que os vencedores de sempre legaram como memória.

DOWNLOAD FREE

GLOSSÁRIO

Antigo Regime: nome que caracteriza o período da formação do Estado moderno em moldes absolutistas (séculos XIV a XVIII), que caiu com a Revolução Francesa.

Áulico: que vive na órbita do trono real; cortesão.

Caifazes: abolicionistas oriundos das camadas médias urbanas que organizaram, principalmente por meio da imprensa, a resistência contra os escravistas no final do período imperial.

Conciliação: nome dado à política partidária vigente entre 1853 e 1857, sob o Gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão*, Marquês do Paraná - embora essa prática não se restrinja exclusivamente a esse período. Nele especificamente, no entanto, deu-se o conagraçamento das oposições em favor de um suposto “progressismo” - palavra de ordem depois do *boom* econômico que a todos afetava desde 1850. Da conciliação saiu fortalecido o imperador, já que ela significava, na verdade, a anulação das oposições por intermédio da compra de suas lideranças com pequenas frações de poder.

Corcundas: alcunha pejorativa com que se referiam os brasileiros, embriagados de nativismo, aos portugueses - principalmente nos momentos imediatamente posteriores à Abdicação, quando ainda assombrava o fantasma da recolonização. Vários foram os apelidos dirigidos aos lusos, como marinheiros e pés-de-chumbo.

Corte: a “casa do rei”; instituição do direito medieval fortalecida com a centralização do poder que acompanhou o surgimento das

monarquias absolutas e das nações-Estado modernas. Em alguns países, como Portugal, onde não houve revolução burguesa, as cortes sobreviveram até o século XIX. A corte joanina que aportou no Rio de Janeiro funcionava perfeitamente dentro dos padrões de conduta das antigas cortes européias - onde a nobreza de espada vivia do nome e tradição, aproveitando-se das prebendas e favores do rei e desprezando qualquer tipo de atividade produtiva ligada à indústria ou ao comércio.

Historiografia: conceito próprio ao instrumental da ciência histórica. Refere-se ao conjunto do saber acumulado no tempo, pelos historiadores, sobre determinado assunto. Por exemplo, “a *historiografia* da Independência do Brasil” refere-se ao conjunto de conhecimento sobre a Independência do Brasil produzido pelos historiadores desse tema.

Latifúndio: unidade produtiva extensa, geralmente voltada à produção de um único gênero (monocultura) que, tendo por força de trabalho o negro escravizado, foi um dos pilares da economia colonial portuguesa na América.

Liberalismo: conceito polissêmico, significa o conjunto das doutrinas em que se apoiou, burguesia em sua luta pela superação do Antigo Regime e das práticas mercantilistas da época do absolutismo. O *liberalismo* clássico propunha o fim dos monopólios e privilégios comerciais - uma vez que sustentava o princípio de que todos os indivíduos são livres e iguais para competirem num mercado também livre. As proposições rousseaunianas do contrato social são a síntese de uma visão de mundo que negava as estratificações verticalizadas e os laços de dependência na sociedade, partindo do pressuposto de que os indivíduos são todos iguais perante a lei.

Maioridade: em 1831, D. Pedro I abdicou à coroa do Brasil em favor de seu filho, que tinha apenas seis anos de idade. Deveria o infante esperar os dezoito anos para assumir o governo do país e a coroa. Desde os primeiros anos do período regencial, houve propostas e tentativas de elevar ao trono o herdeiro,

antecipando-lhe a maioridade, o que acabou ocorrendo em 1840 por obra de uma trama palaciana.

Óikos: conceito de origem grega sinônimo do *dominium* romano, que se refere à organização da grande família patriarcal antiga, autárquica (auto-suficiente), onde a produção se voltava à satisfação das necessidades pessoais do senhor (*óikos despotes* ou *pater-famílias*).

Pacto colonial: sistema de comércio da época mercantilista que, estabelecendo a colônia como produtora de matéria-prima para o mercado europeu e consumidora exclusiva de mercadorias importadas da metrópole, constituiu-se na base da economia brasileira do período colonial.

Pater-famílias: instituto do direito romano que define o homem como cabeça da unidade doméstica. Ficam sob sua tutela e jurisdição todos os membros da célula familiar (*óikos*), a qual compreende uma sorte de agregados (mesmo os escravos), além dos elementos ligados pela consangüinidade.

Patriarcalismo: diz-se do *modus vivendi* de uma sociedade organizada em torno da figura do *pater-famílias*.

Patronato: prática política típica de regimes fortemente centralizados que permite “aos governos granjear aderentes por meio de favores públicos” (Holanda, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 2, v. 5, p. 84), altamente difundida no Império. Corresponde ao *patronage* inglês.

Padroado: direito concedido em 1827 pela Santa Sé à coroa brasileira e à portuguesa, recentemente segregadas, de conferir benefícios eclesiásticos.

Plantation (ou plantagem): conceito que designa a unidade produtiva fundamental do modo de produção escravista colonial. Compreende o latifúndio monocultor trabalhado pelo braço escravo cuja produção é destinada à exportação. Na implantação do antigo sistema colonial adotou-se a *plantation* como forma de ocupação das terras americanas, de acordo com

as necessidades metropolitanas de maximização da exploração da terra e do trabalho para a captação de riqueza. Essa configuração social fez, quando da construção da legislação do Brasil independente, adotar-se amplamente o direito romano, onde consagram-se os poderes patriarcais e os da propriedade privada (inclusive do homem pelo homem).

Quilombo: nome dado às diversas concentrações de escravos fugidos dos engenhos, minas e fazendas, que existiram sempre na colônia e até o fim da escravidão. Alguns chegaram a congregar milhares de pessoas, que viviam da agricultura rudimentar, da coleta, caça e pesca. O mais importante foi o de Palmares, cujo chefe foi o lendário Zumbi.

Romantismo: concepção de mundo difundida no Ocidente nos séculos XVIII e XIX, manifestada no plano estético pela negação das normas de composição e estilos clássicos, pelo individualismo, pelo lirismo e pelo predomínio da imaginação e da sensibilidade sobre a razão.

Sesmaria: sistema de controle da propriedade da terra, até 1850, em que a coroa outorgava o direito de exploração a beneficiários por ela escolhidos.

Sistema colonial (Antigo): nome dado ao conjunto de relações que travaram metrópoles e colônias na época mercantilista, com base na concessão, pelas coroas, de privilégios a pessoas ou companhias interessadas na exploração das colônias. Essas eram obrigadas a produzir e exportar gêneros tropicais, porém, somente com a mediação do atravessador metropolitano. Também não podiam produzir gêneros manufaturados, sendo obrigadas a importá-los do Reino.

Sociedades secretas: confrarias organizadas em torno de credos políticos e/ou relegiosos, como a maçonaria.

CRONOLOGIA DO BRASIL IMPERIAL

1808

- . 21 de janeiro – Chegada da família real ao Brasil via Salvador, Bahia.
- . 28 de Janeiro – Decreta-se a abertura dos portos brasileiros às nações “amigas”, revogando-se também o alvará que restringia o desenvolvimento industrial desde 1785.
- administração do Estado Português na cidade do Rio de Janeiro, com a instalação do Real Arquivo Militar, a Casa de Suplicação, o Conselho Superior Militar (que substituiu os antigos Conselho da Guerra, Ultramarino e do Almirantado), o Conselho Supremo de Justiça, a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, o Erário Régio, o Conselho da Fazenda, além da primeira casa bancária, ainda portuguesa, mas que se chamará Banco do Brasil. Nos anos subseqüentes as demais engrenagens da máquina administrativa se implantarão.
- . Junho – Eleva-se à primazia de Capela Real a igreja Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro.
- . 10 de Setembro – Começa a circular a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico regular do país, com a prensa trazida na fuga da família real.

1809

- Invasão da Guiana Francesa pelo Exército brasileiro por ordem do Príncipe Regente.

O Brasil Imperial

- Criação da Real Junta de Comércio, onde passaram a ter que se inscrever obrigatoriamente os comerciantes de grosso trato das grandes firmas estabelecidas na praça mercantil do Rio de Janeiro.
- . Novembro – Criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, instalada no Hospital Real Militar.

1810

- O Brasil assina um protocolo de compromissos fundamentais com a Inglaterra. Conhecido por “Tratado de Comércio e Amizade, Aliança e Navegação”, nele obriga-se o Brasil a cooperar com a coroa britânica no sentido de extinguir o tráfico negreiro (que não sairá do papel antes de 1850), além de se estabelecerem tarifas preferenciais para os ingleses em portos brasileiros.
- Publica-se a primeira *História do Brasil*, pelas mãos do inglês Robert Southey.
- . Junho - Instalam-se nas dependências improvisadas do antigo Hospital da Ordem Terceira do Carmo a Real Biblioteca e o Gabinete de Instrumentos de Física e Matemática.

1811

- Para minorar o problema da falta crônica de acomodações que se verificou com a chegada da corte, D. João concede isenção da décima urbana a quem edificasse casas nos terrenos da periferia conhecida como “Cidade Nova” (Rio de Janeiro), em um prazo de dois anos.
- São publicadas no Rio de Janeiro e em Salvador, respectivamente, as obras *Ensino sobre o estabelecimento dos bancos* e *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova Legislação do Brasil*, por José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, um dos ideólogos do nascente Estado brasileiro.

- Chega ao Rio de Janeiro o compositor da corte Marcos Portugal, com um séquito de cantores e músicos. Próximo mestre da Capela Real e da Real Câmara, sua presença é um sinal do empuxe civilizador empreendido pelo príncipe regente, que procurava criar na nova moradia um ambiente mais próximo o possível de sua corte de origem – à qual possivelmente acreditasse não retornar tão cedo.
- Independência do Paraguai.

1812

- . 13 de maio – Inaugura-se no dia do aniversário do príncipe regente (prática comum na época), o Teatro de São João em Salvador.
- Napoleão Bonaparte invade a Rússia.

1813

- . Janeiro – Publica-se o primeiro número do jornal *O Patriota*, que teve em José Bonifácio um de seus destacados colaboradores.
- Inicia-se o assentamento de migrantes vindos das ilhas portuguesas (sobretudo Açores) em diversas partes do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Bahia.
- . 12 de outubro – Inaugura-se o Real Teatro de São João na capital do Rio de Janeiro. Criado para ser a casa de ópera do príncipe, será o palco dos principais acontecimentos sociais e políticos do período joanino.

1814

- A Real Biblioteca (futura Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) é franqueada ao público. Nas cartas que seu bibliotecário, Joaquim dos Santos Marrocos, dirigiu ao pai (em Lisboa) encontra-se um dos mais importantes registros do cotidiano da corte joanina no Brasil.
- As dinastias aliadas vencem Napoleão Bonaparte e Luís

XVIII sobe ao trono em França.

1815

- A Guiana Francesa, invadida pelas tropas de D. João, é devolvida à França pelo Congresso de Viena.
- Napoleão retorna à França e é finalmente derrotado na Waterloo. Formação da Santa Aliança.
- D. João ratifica vários tratados nesse ano, onde decreta-se o fim do tráfico dos escravos.
- Primeiro engenho movido a vapor na Bahia.
- 17 de dezembro – Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves.

1816

- 20 de março – Morre D. Maria I na cidade do Rio de Janeiro.
- Desembarque da missão artística francesa, contratada pelo marquês de Marialva, que trouxe, entre outros, nomes como Debret, Taunay e Grandjean de Montigny, responsáveis pela criação do Instituto de Belas Artes.
- Independência da Argentina (à altura Províncias Unidas do Prata).

1817

- Tomada da cidade de Montevidéu pelas tropas reais. O Uruguai é incorporado ao Reino do Brasil com o nome de Província Cisplatina.
- Explode a Revolução Republicana em Pernambuco, que resiste cerca de dois meses. Províncias limítrofes aderem ao movimento, como Paraíba e Ceará.
- Funda-se o serviço dos Correios brasileiros, ligando inicialmente a Corte à vila de Porto Alegre.
- Celebrado, por procuração, o casamento do príncipe D. Pedro com D. Leopoldina, filha de Frederico II da Áustria,

em Viena.

- Publica-se no Rio de Janeiro a *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, do padre Manuel Aires de Casal, um marco da Geografia brasileira.
- . Novembro – Chegada da esquadra que trouxe D. Leopoldina ao Rio de Janeiro. A cidade celebra com muita festa o real consórcio.

1818

- Aclamação de D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
- Casamento de D. Pedro e D. Leopoldina da Áustria.
- Prossegue a campanha militar na região do Rio da Prata.
- Alvará proíbe a constituição de sociedades secretas.
- Abre-se uma filial do Banco do Brasil em Salvador.
- Em louvor à aclamação do rei, publicam-se as *Memórias dos benefícios políticos do governo d’el rei D. João VI*, do Visconde de Cairu.
- Independência do Chile.

1819

- Filial do Banco do Brasil em São Paulo.
- Nasce o primeiro filho de D. Pedro e d. Leopoldina, D. Maria da Glória, princesa da Beira, futura rainha de Portugal, segunda do nome.
- Chegada dos imigrantes suíços. Cerca de dois mil deles se instalam em Nova Friburgo, na Serra do Rio de Janeiro.
- Publicam-se os *Estudos do Bem Comum*, de Cairu.

1820

- Inauguração da estrada que liga Curitiba ao porto de Paranaguá.

O Brasil Imperial

- Revolução liberal na cidade do Porto, em Portugal, reivindicando uma constituição e o retorno do rei.

1821

- . Janeiro – Adesão do Pará à Revolução do Porto.
- . Fevereiro – Ordena o Rei que seu filho D. Pedro siga para Portugal como Príncipe Regente. Recua nessa intenção, no entanto, em função das agitações no Rio, no Pará, na Bahia e, pouco depois, em Goiás.
- Elegem-se deputados brasileiros para as cortes de Lisboa, que para lá levarão um *Mapa geral da população do Reino do Brasil*: excluídas as províncias do Ceará, Maranhão e Piauí, a população do Brasil dividia-se em 48,2% de pardos, 44,8% de brancos e 7% de índios (“domesticados”).
- Criação da Relação de Pernambuco.
- Proclamação da Constituição da Monarquia Portuguesa, na Praça do Rocio, no Rio de Janeiro.
- Pressão das cortes lisboetas para o regresso de D. João a Portugal.
- Regresso de D. João VI a Portugal.
- Independência do Peru, do México e da Venezuela.

1822

- . 9 de janeiro - D. Pedro decide ficar no Brasil, após negociar com mineiros, paulistas e fluminenses.
- Proliferam os jornais pelo país, sobretudo na corte.
- . 1 de agosto – Aumenta a resistência contra o desembarque de tropas portuguesas no Rio de Janeiro.
- . 7 de setembro – Dia oficial da Proclamação da Independência do Brasil.
- . 12 de outubro – D. Pedro é aclamado pelas Câmaras e proclamado Imperador do Brasil.

Cronologia do Brasil Imperial

- . Dezembro – Coroação de D. Pedro I.
- Libertação do Equador.

1823

- Eleva-se à cidade a vila de Recife .
- São cunhadas as primeiras moedas no Brasil.
- . 3 de maio – Instala-se uma Assembléia Constituinte.
- . 12 de novembro – D. Pedro I dissolve a Assembléia.

1824

- . 25 de março – A Constituição é aprovada e outorgada pelo Imperador, prevendo a existência de quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador.
- . 26 de maio – Reconhecimento da Independência do Brasil pelos Estados Unidos da América.
- Nova agitação republicana no Recife, que instaura a “Confederação do Equador”.

1825

- Independência do Uruguai do jugo brasileiro.
- . 29 de agosto – Portugal reconhece a Independência do Brasil.
- . 2 de dezembro – Nasce D. Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II do Brasil.
- . dezembro – Eclode o conflito entre Brasil e Argentina.
- Independência da Bolívia.

1826

- . 25 de janeiro – O Vaticano reconhece a Independência do Brasil.

O Brasil Imperial

- . 3 de maio – A Assembléia Legislativa é reaberta.
- D. João VI morre em Portugal.
- Novo tratado com a Inglaterra objetivando a supressão do tráfico negroiro.

1827

- Continuam os conflitos no Prata.
- Fundação das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda.

1828

- . Agosto – Com mediação inglesa, Brasil e Argentina firmam tratado de paz, declinando ambos os países da posse da província Cisplatina, que se torna país independente com o nome de República Oriental do Uruguai.
- Chega ao Brasil o comerciante inglês John Armitage, que escreverá uma das mais importantes histórias do Brasil do período.
- D. Miguel, irmão de D. Pedro, usurpa a coroa à sobrinha D. Maria da Glória.

1829

- O primeiro Banco do Brasil criado por D. João é solvido.

1830

- O café passa a ocupar o terceiro lugar na pauta de exportações do Brasil, depois do açúcar e do algodão.
- Promulga-se o Código Criminal do Império, que servirá de modelo para inúmeros outros pelo mundo, como o argentino, o espanhol e o belga.

1831

- . 13 de março – Conflitos pelas ruas do Rio de Janeiro em torno dos que exigem a abdicação de D. Pedro; ficam

conhecidos como a “noite das garrafadas”.

- 7 de abril – D. Pedro I abdica do trono em favor de seu filho, ainda menor de idade e tutorado por José Bonifácio de Andrada e Silva. O Brasil será governado durante nove anos por regências: primeiro a “Trina provisória”, depois a “Trina Permanente” e por fim a “Una Permanente”.
- 27 de outubro – Decreta-se em lei o fim da servidão indígena.
- Criação da Guarda Nacional.

1832

- Novo movimento em Pernambuco, agora com o fim de reconduzir D. Pedro I ao trono: a “Abrilada”.
- Promulgação do Código do Processo Criminal.
- Fundação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Salvador.

1834

- Morre D. Pedro I em Portugal.
- Ato Adicional reformando a Constituição de 1824.

1835

- Revolta dos Malês na Bahia.
- Início da “Guerra dos Farrapos” no Rio Grande do Sul.
- Cabanagem no Pará.

1836

- *Suspiros poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, marca o início do Romantismo no Brasil.
- Proibição do tráfico nas colônias portuguesas ao Sul do Equador.

O Brasil Imperial

1837

- Sabinada na Bahia.

1838

- Criação do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pilares da formação da nacionalidade brasileira.

1839

- Eclode a Balaiada no Maranhão.

1840

- . 23 de julho - Maioridade antecipada de D. Pedro II, que começa a reinar com quinze anos incompletos.
- Constrói-se a estrada que liga São Paulo a Santos.

1842

- A vila de N. Sra. da Luz dos Pinhais de Curitiba é elevada à categoria de cidade, passando à capital da província a partir de 1853.
- Revolução liberal em São Paulo e Minas Gerais, deflagrada pela queda do gabinete liberal do governo - rapidamente debelada pelo então Barão de Caxias.

1843

- Começam a circular os primeiros selos brasileiros, os “olho de boi”.
- Casa-se D. Pedro II com D. Teresa Cristina.

1844

- Publica-se *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo.

1845

- Finda a “Guerra dos Farrapos” depois de dez anos de rebelião.

- 8 de agosto - Decreta-se na Inglaterra o “Bill Aberdeen”, renovando-se políticas anti-escravistas propostas desde o início do século.

1847

- Estoura a “Revolução Praieira” em Pernambuco, debelada apenas no ano seguinte.
- Início das experiências com trabalhos europeus no Interior de São Paulo (fazenda Ibicaba, do Senador Nicolau de Campos Vergueiro).

1848

- Revoluções liberais na Europa: a “primavera dos povos”
- Eclode a “Revolução Praieira” em Pernambuco.

1850

- É decretada a “Lei de Terras”, diploma legal que assegura legalmente a manutenção da estrutura fundiária excludente existente no país.
- Promulga-se a Lei Eusébio de Queiróz, golpe fatal no tráfico intercontinental.
- Promulga-se o Código Comercial.

1851

- Fundação do novo Banco do Brasil, seguido por outros importantes estabelecimentos de crédito.
- É inaugurado o correio elétrico no Brasil.
- Início da Guerra do Brasil e Paraguai contra o ditador argentino Rosas.

1853

- Nasce Capistrano de Abreu, eminente historiador brasileiro.
- Inaugura-se a política da “conciliação” com a ascensão do Marquês do Paraná ao Ministério e à Pasta da Guerra

(chamado “gabinete da conciliação”).

1854

- Publica-se o primeiro volume da *História do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen.

1855

- É inaugurado o primeiro trecho ferroviário do Brasil em Mauá, província do Rio de Janeiro, com 14,5 Km de extensão.

1858

- Inaugura-se a estrada de ferro D. Pedro II.

1861

- Estréia literária de Machado de Assis, com *Queda que as mulheres têm para os tolos*.
- Vítor Meireles expõe o quadro da “Primeria Missa no Brasil”, no *Salon* de Paris, sob os auspícios de D. Pedro II.
- Deflagra-se a “Questão Christie”.

1862

- 31 de dezembro - Sir William D. Christie, ministro de S. M. Britânica no Brasil, dá ordem de guerra aos navios ingleses contra os navios mercantes brasileiros. Em seguida, o Brasil rompe relações diplomáticas com a Inglaterra.

1864

- Deflagra-se a “Guerra do Paraguai”.
- Explode a crise financeira no Brasil.

1867

- As ferrovias brasileiras somam 601 km com a construção da Santos-Jundiaí (SP), uma das veias de escoamento da produção do café do interior de São Paulo até o Porto de Santos.

Cronologia do Brasil Imperial

- Abertura da navegação do Rio Amazonas ao comércio mundial.

1870

- Fim da Guerra do Paraguai.
- Estréia da Ópera *O guarani*, de Carlos Gomes, no Teatro Scala de Milão.
- Funda-se o Partido Republicano.
- 3 de Dezembro - Sai o primeiro número de *A república*, onde publica-se um manifesto assinado, entre outros, por Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho, Cristiano Ottoni, Aristides Lobo, Rangel Pestana e Lopes Trovão.

1871

- Lei do Ventre Livre.

1872

- Irrompe a “questão religiosa” ou “dos bispos”.

1873

- Funda-se o PRP, Partido Republicano Paulista, em uma convenção em Itu.
- 20 de julho- Nasce Alberto Santos Dumont.

1874

- Inaugura-se a comunicação por cabos submarinos entre diversas regiões do Brasil e deste, por Recife, com a Europa. No ano seguinte, o Brasil liga-se assim com a América do Norte.
- Chegada dos primeiros imigrantes italianos ao Brasil.

1876

- Funda-se a Escola de Minas de Ouro Preto, sob a direção do francês Henri Gorceix.

O Brasil Imperial

1880

- . 7 de Maio – Morre Duque de Caxias, o “pacificador”.

1881

- Publica-se *O mulato*, de Aluísio de Azevedo.

1882

- Inaugura-se a estrada de ferro que liga Curitiba a Paranaguá.

1884

- A província do Ceará decreta a abolição da escravidão em seu território.

1885

- Lei Saraiva-Cotegipe ou “dos sexagenários”.
- As ferrovias brasileiras somam 7.062 km.
- Eclode a “Questão militar”.

1888

- . 13 de Maio – Lei Áurea. Abolição legal da escravidão.
- Publica-se a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero.

1889

- São 9.000 km de ferrovias.
- . 15 de novembro – Queda do Império e Proclamação da República.

ROTEIRO BIBLIOGRÁFICO

Entre os principais compêndios mais recentes de História do Brasil, século XIX, destacam-se: a *História Geral da Civilização Brasileira* (São Paulo: Difel, várias edições), organizada pelo Prof. Sérgio Buarque de Holanda (os volumes 1 a 5, referentes a Brasil Império compõem o tomo dois da obra); Maria Yedda Linhares e Ciro Flamarion Cardoso (Orgs.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1988; Bóris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

Entre as grandes sínteses interpretativas da História do Brasil, veja-se Nestor Duarte. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930; Paulo Prado. *Retrato do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984 e, sobretudo, *Do Império à República*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1983 (volume 5 da *História Geral da Civilização Brasileira*); Vicente Licínio Cardoso. *À margem da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933; Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; Raimundo Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1975. 2v; Francisco José de Oliveira Vianna. *Populações meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982; Paula Beigelmann. *Formação política do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1976; Manuel Bonfim. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. (1931). 2 ed. São Paulo: Topbooks, 1997; Alfredo Bosi. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Gilberto Freyre. *Casa grande e*

senzala; formação da família brasileira sob o regime patriarcal. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. 2v.

Um ótimo guia da historiografia clássica do século XIX é o ensaio de Stanley Stein. *The historiography of Brazil, 1808-1889*. *Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 40, n. 2, p. 234-78, 1960. Dois ótimos guias sobre o “quem é quem” no Império são: Augusto Vitorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. 8 v. E Inocêncio Francisco Da Silva. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. 22 v.

Sobre o antigo sistema colonial leia-se Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983; Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1983; Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.) *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986; Luís Felipe de Alencastro. *Le commerce des vivants: traite d'esclaves et “pax lusitana” dans l'Atlantique sud*. Universidade de Paris, 1985 (tese de doutorado, 3 v.; o volume 2 volta-se em especial ao século XIX).

As questões do abastecimento da agricultura podem iniciar-se por Maria Yedda Linhares. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1520-1818)*. Brasília: Binagre, 1979 e Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, s/d. Também Alcir Lenharo. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979 para o abastecimento do Rio de Janeiro no início do século XIX.

Os estudos sobre a escravidão negra no século XIX expandiram-se vertiginosamente nas décadas de 1970 e, particularmente, de 1980, quando se comemorou o centenário da Abolição. Entre as principais análises encontram-se as de: Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1980 e *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990; Ciro Flamarion Cardoso. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982; *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas*

Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987 e Ciro Cardoso (Org.) *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988; Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989; Stuart Schwartz. *Segredos internos; engenhos e escravos na sociedade colonial (1500-1835)*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; Kátia de Queirós Matoso. *Ser escravo no Brasil*. Trad. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. Sobre o tráfico negreiro ver, por todos, Manolo Florentino. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Uma análise profunda das diversas matrizes teóricas do escravismo brasileiro e da inserção do Brasil no capitalismo internacional está em João Luís R. Fragoso. *Homens de grossa aventura; acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

A vida de D. Pedro II e sobretudo seus 49 anos de reinado confundem-se com a história do Brasil no século XIX e por isso suas biografias, que são muitas, constituem-se em entradas excelentes para a abordagem do período. Ver, entre outros, Heitor Lyra. *História de D. Pedro II*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1977. 3 volumes; Júlio César Machado. *O outro D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Bramante, 1996 e Lilian M. Schwarcz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Sobre a construção do Estado imperial e a política no século XIX ver, sobretudo, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981 e *O teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988; Décio Saes. *A formação do Estado burguês no Brasil (1881-1891)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985; Emília Viotti da Costa. *Da monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, s/d; Ilmar Rohlloff de Mattos. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987. A analogia entre a configuração doméstica da unidade produtiva e a lógica patriarcal do Estado encontra-se em Jurandir Malerba. *Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil (1830-1888)*. Maringá: Editora da UEM, 1994. Outra obra fundamental onde se estuda a política no Brasil oitocentista é a

de Richard Graham, *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. Um clássico para se estudar a política no período continua sendo o de Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 v.

Para a “sociedade da Independência”, ver Manuel de Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil (1808-1822)*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. 3 volumes e *O movimento da Independência (1821-1822)*. São Paulo: Melhoramentos, 1922; Otávio Tarquínio de Sousa. *A vida de D. Pedro I*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, 3 v.; Tobias Monteiro. *História do Império: a elaboração da Independência*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 2 v.; J. F. de Almeida Prado. *Tomás Ender: pintor austríaco na corte de D. João VI no Rio de Janeiro; um episódio da formação da classe dirigente brasileira (1817-1818)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955; Carlos Guilherme Mota (org.) *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972 e Jurandir Malerba. *A corte no exílio: interpretação do Brasil joanino (1808-1821)*. São Paulo, 1997 (tese de doutorado defendida na USP).

Sobre administração e finanças no Império ver: Liberato de Castro Carreira. *História Financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação, precedida de alguns apontamentos acerca de sua Independência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889; Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *História Político-administrativa da agricultura brasileira, 1808-1889*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1979 e *História econômica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IMEC, 1978, 2 v.; Alberto de Faria. *Mauá. Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933; Jorge Caldeira. *O barão de Mauá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Richard Graham. *Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968; Fernando Uricoechea. *O minotauro imperial: burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

Os movimentos sociais que eclodiram durante os anos da Independência e, sobretudo, no período regencial foram extremamente negligenciados pela historiografia brasileira. Os principais títulos sobre o assunto são: David Carneiro. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: UnB, s.d.; Décio Freitas. *Cabanos: os guerrilheiros do Imperador*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982; Manuel Correia de Andrade. *A guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965; Domingos Antônio Raiol. *Motins políticos, ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará: 1970, 3 v.; Dirceu Lindoso. *A utopia armada. Rebelião dos pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983 (também sobre o movimento dos Cabanos no Pará); João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986; Astolfo Serra. *A balaíada*. Rio de Janeiro: Badeschi, 1946; Luís Vianna Filho. *A sabinada (a república bahiana de 1837)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; Carlos Guilherme Mota. *Nordeste: 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972; Hamilton Monteiro. *Nordeste insurgente (1850-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1982; Spencer Leitman. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; José Antônio Marinho. *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais*. Conselheiro Lafaiete: Tipografia Almeida, 1939; Amaro Quintas. *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967;

A guerra do Paraguai ou “da Tríplice aliança” é outro episódio muito obscuro da história do II Reinado. Depois da versão militarista contida no volume 6 da *História Geral da Civilização Brasileira*, a lacuna foi em grande parte suprida pela obra de Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990; Moniz Bandeira. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. São Paulo: Edusp, 1995; Francisco F. de M. Doratioto. *O conflito do Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996 e André Toral. *Adiós, amigo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre destacam-se: Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1976; Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.; Joaquim Nabuco. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977; Stanley Stein. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961; Robert Toplin. *The abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972; Célia Marinho de Azevedo. *Onda negra medo branco: o negro e o imaginário das elites*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987; Hebe Castro. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Ademir Gebara. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1870-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986; Maria Lúcia Lamounier. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988.

A história da cultura no Império está ainda por ser escrita. A das idéias teve contribuições valiosas como as de: João Cruz Costa. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; Antônio Paim. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967; Wanderley Guilherme dos Santos. *Ordem burguesa e liberalismo econômico*. São Paulo: Duas Cidades, 1978; Paulo Arantes. *O positivismo no Brasil. Novos estudos - Cebrap*, São Paulo, v. 21, p. 185-194, 1988. As interpretações sobre a história da literatura brasileira expressas no capítulo IX são extraídas sobretudo de Antonio Candido de Melo e Sousa. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1836)*. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981; *Literatura e sociedade, estudos de teoria e história literária*. 7 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985; Roberto Schwartz. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977; *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; *Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991; Alfredo Bosi. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978 e *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIA BIOGRÁFICO*

Afonso Celso (de Assis Figueiredo), 1º – Nasceu em Ouro Preto (MG) a 21 de fevereiro de 1837. Formado em Direito em São Paulo em 1858, iniciou-se na política como oficial de gabinete dos presidentes da província de Minas Gerais Bernardo Pereira de Vasconcelos e depois Fernando Torres. Foi secretário de polícia, inspetor de tesouraria provincial, procurador fiscal da tesouraria geral e várias vezes deputado provincial. Senador do Império, foi ainda ministro e secretário de Estado da marinha e ministro da fazenda e do Império em diferentes gabinetes, conselheiro do Imperador e advogado na corte. Escreveu, entre outras, *A esquadra e a oposição parlamentar*, *As finanças no Império*, *As finanças da regeneração*, *Novíssimo repertório da reforma judiciária*.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada – Nasceu em São Paulo em 1773 e morreu no Rio de Janeiro em 1845. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, seguiu a carreira da magistratura, tendo sido juiz em Santos, ouvidor em Olinda e desembargador na relação da Bahia. Em 1817, exercendo cargo de ouvidor em Olinda, aderiu à Revolução de 1817, pelo que foi preso e transferido para o presídio da Bahia. Liberto, elegeu-se deputado às cortes de Lisboa em 1821. Ali advogou a causa da liberdade do Brasil, pelo que teve que sair fugido da cidade junto com outros deputados, como Cipriano Barata, os quais se encaminharam para Falmouth, onde escreveram o manifesto de 22 de outubro pela Independência. Deputado à assembléia constituinte de 1823, foi um dos relatores do projeto de constituição; depois de dissolvida a câmara por D. Pedro, foi

* As biografias sucintas que seguem foram extraídas de Augusto Vitorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. 8 v. Agradeço a Renato Pinto Venâncio pelo auxílio no levantamento.

preso com seus irmãos e outros deputados e deportado para a França, de onde voltou apenas em 1828. Retirado da política por um lapso de tempo, retornou por ocasião da maioria de D. Pedro II, sendo nomeado ministro do primeiro gabinete organizado em julho de 1840. Foi ainda deputado e Senador, conselheiro do Imperador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Escreveu, entre outras, *Cultura americana*, *Tratado de melhoramento da navegação por canais*, *Considerações cãndida e imparciais sobre a natureza do comércio do açúcar*; *Projeto de constituição para o Império do Brasil*.

Antônio de Moraes e Silva – Nasceu no Rio de Janeiro em 1757 e faleceu em Pernambuco em 1824. Estudante de Direito na Universidade de Coimbra, pouco antes de se formar teve, em função da perseguição que lhe impingiu o Santo Ofício, que fugir para a Inglaterra, onde escreveu sua obra prima, o *Dicionário da língua portuguesa*, publicado em 1789 e inúmeras vezes reeditado. Em Pernambuco, envolveu-se na Revolução de 1817, aclamado membro do governo provisório, do que declinou. Foi também tradutor e poeta. Além de seu dicionário, escreveu uma *História de Portugal desde sua fundação...*, em 10 volumes e *Epítome de gramática da língua portuguesa* e *Gramática portuguesa*.

Aureliano (de Souza e Oliveira) Coutinho, 1º, Visconde de Sepetiba – Nascido no Rio de Janeiro a 21 de julho de 1800 e falecido a 25 de setembro de 1855, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Fidalgo da casa imperial e gentil-homem da imperial câmara, senador do Império por Alagoas, conselheiro do Imperador, dignatário de ordens militares e membro do IHGB. Na magistratura, serviu como desembargador da relação da corte; na administrativa, presidiu as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro e na política foi ainda ministro do Império, da Justiça e dos estrangeiros em vários gabinetes. Naquela última pasta, foi o articulador diplomático do casamento de D. Pedro II. Em 1833, na pasta da Justiça, desmantelou o golpe restaurador que pretendia restituir o poder a D. Pedro I, e que era orquestrado por José Bonifácio, a quem mandou

prender, suspendendo a tutoria do príncipe herdeiro e de suas irmãs.

Bernardo (José da Silva) Guimarães – Nasceu em Ouro Preto em agosto de 1827, formando-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1851. Professor e poeta, colaborou em várias revistas e periódicos. Escreveu, entre outras, *Cantos da solidão*, *Poesias*, *O ermitão do Muquém*, *Lendas e narrativas*, *O seminarista*, *O garimpeiro*, tendo-se consagrado posteriormente com sua obra *Escrava Isaura*.

Bernardo Pereira de Vasconcelos – Nascido em Vila Rica em agosto de 1795 e falecido na corte em 1^o de maio de 1850, foi um dos mais importantes articuladores políticos da primeira metade do século. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1818), entrou para a magistratura como Juiz de fora de Guaratinguetá, chegando depois a desembargador da relação do Maranhão. Eleito deputado à corte por Minas Gerais em 1826, permaneceu na assembléia sucessivamente até 1838, quando se tornou senador do império. Foi ainda ministro da Justiça, da Fazenda e do Império em diferentes gabinetes. Foi ainda conselheiro de Estado, grã-cruz da Ordem do Cruzeiro e da Legião de Honra da França, entre outras distinções. Dentre suas obras jurídicas, destaca-se a elaboração do projeto do Código Criminal do Império, texto inovador que serviu de referência para a elaboração de outros códigos da América e da Europa. Escreveu, entre outras, *Comentários à lei dos juizes de paz*, *Carta aos senhores eleitores da Província de Minas Gerais*, *Código Criminal do Império do Brasil* e editou *O Sete de Abril* e *O sentinela da monarquia*.

Casimiro (José Marques) de Abreu – Nasceu em São João da Barra, província do Rio de Janeiro, em 04 de janeiro de 1837 e faleceu a 18 de outubro de 1860. Criado pelo pai desde criança para trabalhar no comércio, Casimiro dedicou-se às escondidas à poesia que lhe era vedada. Seguiu já doente para Portugal em 1853 para tratamento, mas jamais se recuperou totalmente da

tuberculose. Escreveu, entre outras: *Canções do exílio*. *Camões e Jão*, *As primaveras*, *A virgem loira* e *Camila*.

Cipriano (José) Barata (de Almeida) – Nasceu em Salvador em setembro de 1762 e morreu no Rio Grande do Norte em 1^o de junho de 1838. Médico pela Universidade de Coimbra, envolveu-se em diversos movimentos em prol da emancipação do Brasil. Deputado às cortes de Lisboa, foi ostensivamente agredido pelos seus pares e pelas galerias, a que ele respondia com desdém. Recusou-se a assinar a carta constitucional portuguesa e teve que sair-se às escondidas de Lisboa com outros seis pares. Deputado constituinte em 1823, não quis tomar assento para continuar sua luta na imprensa, motivo pelo qual foi preso como conspirador. Libertado em 1829, fora novamente preso por mais dois anos após a Abdicação de D. Pedro. Editou os 66 números do famoso periódico *Sentinela da liberdade* (1823), depois *Sentinela da Liberdade à beira do mar da Praia Grande* (32 números em 1823) e ainda o *Nova sentinela da liberdade na guarita do forte de São Pedro da Bahia de Todos os Santos* (37 números em 1831) e o *Sentinela da liberdade do Rio de Janeiro* (1833).

Diogo Antônio Feijó – Paulista nascido a 17 de agosto de 1784 e morto em 9 de novembro de 1843, foi um dos nomes mais proeminentes da política brasileira na primeira metade do século XIX. Abandonado pelos pais ao nascer à porta de uma casa, tornou-se presbítero em 1807, chegando a regente do Império durante a menoridade de D. Pedro II. Professor, deputado às cortes de Lisboa, deputado na primeira legislatura brasileira, defendia idéias revolucionárias para a época, como a abolição do celibato clerical. Ministro da Justiça em 1831, enfrentou inúmeros movimentos sediciosos com mão de ferro, perdendo o poder por permitir cair no senado a suspensão da tutoria dos príncipes a cargo de José Bonifácio. Eleito senador pelo Rio de Janeiro, tornou-se em 1835 o primeiro regente único do Império, cargo que manteve até sua renúncia em outubro de 1837. Metido na revolução de 1842, permaneceu preso durante alguns meses no Espírito Santo. Escreveu, entre outras, a *Demonstração*

da necessidade da abolição do celibato clerical pela Assembléia geral do Brasil, Manifesto aos brasileiros, O Justiceiro e O Paulista.

Domingos José Dias Martins – Nasceu em Itapemirim, Espírito Santo, e morreu executado na Bahia a 12 de junho de 1817, com 36 anos de idade, por seu envolvimento nos movimentos revolucionários em Pernambuco. Desde jovem dedicado ao comércio, foi para Lisboa e depois para Londres, onde adquiriu fundos suficientes para estabelecer-se sozinho no ramo com feitorias no Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, para cujo tráfico possuiu quatro navios próprios. Ligado a movimentos emancipacionistas de outras colônias espanholas da América, voltou para Londres, onde congregou mais adeptos à causa emancipacionista. De volta ao Brasil em 1815, pôs-se à frente dos movimentos de 1817, pelo que foi preso e mandado para a Bahia onde foi executado.

Eduardo Ferreira França – Nascido na Bahia em 1809, filho de proeminente médico, morreu em 1857 em viagem pela Europa. Médico como o pai, formado pela Universidade de Paris, foi no Brasil professor de medicina e mineralogia na Faculdade da Bahia. Representou a Bahia nas legislaturas de 1848 a 1852. Escreveu *Essai sur l'influence des aliments des boissons sur le moral de l'homme* e *Influência dos pântanos sobre o homem*.

Eduardo Nogueira Angelim – Nascido no final do século XVIII em Aracati, Ceará, emigrou em 1825 em função da seca, destacando-se na história do Império por seu governo da província do Pará à época da Cabanagem. Foi processado e permaneceu preso durante anos em Fernando de Noronha. Superou a pouca instrução por seu espírito carismático de grande líder. Deixou suas *Memórias históricas*, que chegaram a ser manuseadas por Gonçalves Dias.

Enéas Galvão – Filho do Visconde de Maracaju e da Viscondessa do mesmo título, nasceu em São José do Norte, na província do Rio Grande do Sul, a 20 de março de 1863. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, magistrado, escreveu, entre outras, *Miragens* (poesias) e *Juízes e tribunais no período colonial*,

publicado nos Anais do I Congresso de História Nacional realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Eusébio de Queiróz (Coutinho Matoso da Câmara) – Nasceu em São Paulo de Loanda a 27 de dezembro de 1812 e faleceu no Rio de Janeiro a 7 de maio de 1868. Bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda, foi do conselho do Imperador, vereador da casa imperial, conselheiro de Estado, cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador da Ordem Rosa, chefe da Polícia da Corte, desembargador do Paço. Deputado em várias legislaturas, senador pela província do Rio de Janeiro e ministro da Justiça no gabinete de 29 de setembro de 1848, destacou-se por seus trabalhos jurídicos na questão da escravidão, levando seu nome a lei que aboliu definitivamente o tráfico intercontinental em 1850. Escreveu, entre outras, *Regulamentos para os tribunais do comércio* e do *Processo das quebras*, *Código comercial do Império do Brasil* e os *regulamentos para sua execução* e *Questão do tráfico*.

Evaristo (Ferreira) da Veiga – Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 8 de outubro de 1799, onde faleceu a 12 de maio de 1837. Foi livreiro, autodidata em línguas estrangeiras e estudioso de economia política, passando a dedicar-se ao jornalismo, carreira na qual adquiriu enorme projeção e respeitabilidade, assim como inimigos viscerais, que mais de uma vez atentaram contra sua vida. Um dos fundadores da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, foi eleito deputado por Minas Gerais em três magistraturas de 1830 a 1837. Foi ainda sócio benemérito da Sociedade Amante da Instrução e do IHGB. Editor de um dos mais importantes jornais políticos do Império, *A Aurora Fluminense* (1827-1835), escreveu ainda uma *História do Brasil*, *Ode à Grécia*, *Hinos patrióticos* e *Despedidas* (poesia).

Francisco de Montalverne – Nasceu Francisco José de Carvalho a 9 de agosto de 1784 e faleceu em Niterói a 2 de dezembro de 1858. Religioso Franciscano desde 1802, pregador da ordem, professor de filosofia, teologia e eloquência, foi teólogo da nunciatura apostólica e examinador da mesa de consciência e ordens, guardião do convento da penha, além de outros

importantes cargos na carreira religiosa. Destacou-se além do magistério na tribuna, onde eram consagrados seus dotes oratórios. Uma enfermidade, contudo, tirou-lhe a visão e afastou-o temporariamente de suas atividades. Mas obteve dispensa por um breve apostólico para voltar à ativa apesar da cegueira, tornando-se definidor da mesa, definidor geral da ordem, custódio da província e professor de teologia dogmática e filosofia. Sócio de vários estabelecimentos científicos, deixou vasta obra, da qual destacam-se inúmeras orações, sermões, panegíricos e discursos, além de um *Compêndio de filosofia*

Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque – Natural do Ceará e afilhado do Visconde de Suassuna, de quem tomou o nome, tornou-se doutor em medicina na França, servindo no corpo de saúde do Exército, onde reformou-se com o posto de tenente a 25 de dezembro de 1852. Escreveu um trabalho sobre *A cholera-morbus* (1862), enquanto residia no Ceará, onde prestou serviços por ocasião da epidemia de 1861 que assolou o norte do Brasil.

Francisco de Salles Torres-Homem, Visconde de Inhomirim – Nasceu no Rio de Janeiro a 29 de janeiro de 1812 e faleceu em Paris a 3 de junho de 1876. Médico e advogado, entrou para a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e abraçou definitivamente a vida política, abandonando então os estudos médicos. Importante membro do Partido Liberal, atuando tanto na tribuna como na imprensa, foi Deputado por Minas Gerais em 1844 e pelo Rio de Janeiro em 1848, sendo um dos deportados de 1842 por sua participação nos movimentos em São Paulo e Minas daquele ano. Articulador da política da conciliação, encetada pelo Marquês do Paraná, passou a ser perseguido por seus correligionários, migrando então para as fileiras conservadoras. Sob essa nova orientação, a partir de 1857, fez parte do ministério presidido pelo Visconde de Abaeté no ano seguinte, segurando a pasta da Fazenda. Foi deputado e senador pelo Rio Grande do Norte, além de ocupar vários cargos administrativos. Conselheiro do Imperador, conselheiro do Estado, comendador da Ordem de Cristo, membro do IHGB, destacou-se como um dos mais notáveis publicistas e oradores

do Império. Escreveu, entre outras, *A oposição e a coroa*, *Libelo do povo*, *Pensamentos acerca da conciliação dos partidos*, *Questões sobre impostos*, *Elemento servil*, além de editar importantes jornais políticos, como *O Independente*, *Níctero*, *Jornal de debates* e *O despertador*.

Francisco do Rego Barros (Barreto) – Nasceu em Pernambuco a 23 de dezembro de 1825, formou-se em Matemática pela Escola Militar. Foi dignatário da Ordem da Rosa, conselheiro de D. Pedro II, deputado e senador do Império, compondo também o gabinete de 7 de março de 1871, ocupando a pasta da Agricultura. Foi um dos mentores do decreto regulamentando a execução do número 2040 de 28 de setembro de 1871, conhecida com a “Lei do Ventre Livre”, para a qual cooperou sendo um dos autores do projeto dessa lei.

Francisco Sabino (Alves) da Rocha Vieira – Nasceu na Bahia e morreu em Mato Grosso no ano de 1847. Médico, professor e jornalista, atuou como um dos principais defensores da causa republicana durante o Império, que o colocou como um dos mais exaltados da Revolução de 1837, que ficou conhecida como *Sabinada* em homenagem a seu nome. Preso e condenado à morte, recebeu a comutação da pena para degredo para Goiás, vivendo o resto de seus dias vigiado e perseguido, atuando apenas na área médica. Deixou escritos alguns importantes trabalhos médicos, como *Memória sobre a temperança, sua conveniência e utilidade como meio de conservar a saúde e prolongar a vida*, *Dissertação sobre a cárie das vértebras ou mal de Pott*, *Investigações sobre o bócio* e *Algumas notas médicas e outras observações sobre a província de Mato Grosso*.

Gaspar da Silveira Martins – Gaúcho de Bagé (1835), bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, exercendo cargos na magistratura. Foi juiz municipal na corte em 1859 e deputado por essa província em 1862; deputado, ministro da Fazenda no gabinete de 5 de janeiro de 1878, foi presidente da sua província de origem, além de ter sido agraciado com o título de conselheiro do Imperador. Expatriado por ocasião da

Proclamação da República, escreveu *Um ministro negociante, A literatura e Crítica literária*.

Hipólito José da Costa (Pereira Furtado de Mendonça) – Nasceu na colônia do Sacramento em 1774 e faleceu a 11 de setembro de 1823 em Kenzington, nos arrabaldes de Londres. Bacharel em Direito e Filosofia, foi para os Estados Unidos da América em 1798, onde estudou as culturas do cânhamo e do tabaco, por dois anos. Em 1801, foi nomeado diretor da imprensa régia, em função do que foi à Londres para adquirir máquinas e obras para a Biblioteca Nacional. Apenas passando por Lisboa de volta dessa viagem, foi preso pelo Santo Ofício por ser maçom, fato que ele confirmou diante do tribunal. Durante o inquérito, mais de uma vez desafiou a ira dos “santos” varões, negando-se a ajoelhar diante dos inquisidores. Depois de três anos sob pressões e torturas, conseguiu fugir, com a ajuda da franco-maçonaria que pagou o suborno do carcereiro, para Londres, onde se estabeleceu ensinando línguas. Foi um paladino da Independência do Brasil, mantendo a publicação do *Correio Brasiliense ou armazém literário*, desde Londres, que saiu entre 1808 e 1822. Publicou ainda, entre outras, *Narrativa da perseguição de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça*, *Descrição da árvore açucareira e da utilidade de sua cultura*, *Ensaio políticos*, *Cartas sobre a Franc-maçonaria*, *História de Portugal*, *Nova gramática portuguesa e inglesa*, *Diário da viagem à Filadélfia e História do Brasil*.

Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná – Nasceu em Jacuí, Minas Gerais, em 1808 e faleceu no Rio de Janeiro em 1856. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, desembargador da relação da corte, senador do império, presidente do conselho e ministro da Fazenda do gabinete que organizou em 1853, conselheiro do Imperador, conselheiro de Estado, oficial da Ordem do Cruzeiro, acumulou títulos e poder. Foi o homem forte do Império na virada da metade do século. Deputado, ministro da Justiça, senador, presidente das províncias de Pernambuco e Rio de Janeiro, foi embaixador em missão no rio da Prata e mentor da política da conciliação.

Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá – Nasceu em Jaguarão, Rio Grande do Sul, a 28 de dezembro de 1813 e faleceu em Petrópolis a 20 de outubro de 1889. Desde criança, quando foi para o Rio de Janeiro, dedicou-se ao comércio, primeiro como caixeiro, depois como negociante. Depois de uma viagem à Europa, tornou-se entusiasta e pioneiro da introdução das melhorias técnicas e melhoramentos materiais no Brasil, como a primeira via férrea aqui construída, que constou com seu gerenciamento um terço de seu capital. Empreendeu ainda a navegação a vapor na Amazônia, a iluminação a gás, o cabo telegráfico submarino, a indústria de fundição de Ponta de Areia, a companhia de diques flutuantes, a companhia de luz elétrica, a de cortumes, a via férrea de Santos a Jundiá, do Rio Verde e do Paraná ao Mato Grosso, além dos negócios de crédito, como o Banco Mauá. Constituiu-se numa grande potência financeira da América. Da mesma maneira como ascendeu, viu seus negócios malograrem um após o outro, perdendo praticamente tudo que possuía. Meteu-se também na política, sendo deputado por várias legislaturas; grande do império, foi dignatário da Ordem da Rosa, comendador da Ordem de Cristo e membro do IHGB.

Januário da Cunha Barbosa – Nasceu no Rio de Janeiro em 1780, onde faleceu aos 66 anos de idade. Presbítero secular ordenado em 1803, ascendeu na carreira religiosa, obtendo várias distinções, sendo, desde 1808, cavaleiro da Ordem de Cristo, pregador da capela real e professor de filosofia. Artífice da Independência, militou com Gonçalves Ledo na imprensa carioca. Não obstante o fato de ter trabalhado pela aclamação de D. Pedro I, foi preso e deportado para a Europa, por manobra de Bonifácio, então ministro do Império, no final de 1822. No ano seguinte, foi considerado inocente e, retornando ao Brasil, encontrou em sua viagem de volta Bonifácio, que seguia agora deportado para a Europa. Tornou-se então cônego da capela real, oficial da ordem do Cruzeiro e deputado na primeira legislatura. Um dos fundadores do IGHB, pertenceu a inúmeras sociedades científicas e literárias internacionais. Deixou escritos inúmeros sermões, orações e discursos, além de *Investigações sobre as*

povoações primitivas da América, Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados nos nossos sertões...?, Parnaso Brasileiro (poesias), além de ter editado o *Revérbero constitucional fluminense*, jornal político que circulou entre 15 de setembro de 1821 e 8 de outubro de 1822.

João Ribeiro (Pessoa de Mello Montenegro) – Nasceu em Tracanhaem, Pernambuco, a 28 de fevereiro de 1766 e faleceu a 21 de maio de 1817. De família pobre, tivera como mentor o Dr. Manoel de Arruda Câmara*, que o estimulou na arte do desenho e instigou-lhe a curiosidade científica nas diversas expedições em que o acompanhou. Optando pelo estudo eclesiástico e pretendendo aprofundar-se na arte do desenho, foi para Portugal estudar no Colégio dos Nobres. Após o retorno ao Brasil, já como presbítero, passou a pregar as palavras de ordem libertárias que conheceu na Europa, tendo se tornado um dos mais exaltados revolucionários de 1817. Após o malogro da revolução, suicidou-se. Deixou escritos, entre outras, *Notícia do novo governo e de seus treze primeiros decretos*, *Carta hidrográfica do Rio Grande do Norte e Planta demonstrativa da Capitania do Ceará*.

Joaquim do Amor Divino Caneca (Frei) – Nasceu em Recife em 1779 e faleceu a 13 de janeiro de 1825. Carmelita professo, importante lente dentro de sua ordem, teve participação ativa nos movimentos revolucionários de 1817, servindo o cargo de conselheiro do governo republicano, então proclamado em Pernambuco, pelo que foi preso, humilhado em praça pública e enviado com seus correligionários para a Bahia, onde ficou preso por quatro anos. Em liberdade, pôs-se de novo, com seus escritos e sua voz, a lutar pela causa da independência de Pernambuco, pregando contra o reconhecimento do presidente nomeado pelo governo imperial e aconselhando à resistência. Um dos líderes da Confederação do Equador (1824), foi preso e fuzilado em janeiro de 1825, não tendo sido enforcado por não ter havido quem se prestasse a fazê-lo. A maior parte de sua obra consta nas *Obras políticas e literárias, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, colecionadas pelo comendador Antonio Joaquim de Melo* (1869). Deixou, mais *Breve compêndio de gramática portuguesa*,

Tratado de eloquência, e inúmeros sermões e cartas, além de ser o redator do *Tifis pernambucano*, periódico de caráter político, cujos 28 números saíram entre 23 de dezembro de 1823 e 5 de agosto de 1824.

Joaquim Manoel de Macedo – Nasceu em Itaboraí, província do Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1820 e faleceu a 11 de abril de 1882. Doutor em Medicina, professor de História do Brasil pelo Colégio Pedro II, membro do Conselho de instrução pública da corte, sócio-fundador do IHGB, sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, comendador da Ordem de Cristo, romancista, dramaturgo, poeta e historiador. Publicou o romance *A moreninha* ainda estudante, a que seguiu-se vasta obra: *O moço louro*, *Os dois amores*, *Rosa*, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, *Nina*, *As mulheres de mantilha*, *Memórias da Rua do Ouvidor*, entre outras.

José Antônio Pimenta Bueno – Visconde e Marquês de São Vicente. Nasceu em São Paulo a 4 de dezembro de 1803 e morreu no Rio de Janeiro a 19 de fevereiro de 1878. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi senador do Império, conselheiro do imperador, conselheiro de Estado, dignatário da Ordem da Rosa, sócio do IHGB. Recém formado, entrou logo na magistratura, tendo-se destacado como um dos maiores publicistas brasileiros. Foi presidente da província do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, cônsul do Brasil no Paraguai e diplomata; ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros e depois a da Justiça no gabinete Macaé e organizou o gabinete de 29 de setembro de 1870, cuidando da repartição dos estrangeiros. Publicou, entre outras obras, *Apontamentos sobre as formalidades do processo civil*, *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*, *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império e Reforma eleitoral*.

José Bonifácio de Andrada e Silva – Celebrado como o “Patriarca da Independência”, filho de abastada família paulista, erudito consagrado dentro e fora do país, Bonifácio figura entre os nomes mais importantes da formação do Estado imperial

brasileiro, ao lado de D. Pedro I, Diogo Antônio Feijó* e Bernardo Pereira de Vasconcelos – todos estes estadistas da primeira metade do século XIX. Figura central do processo de Independência, o patriarca dos Andradas deixou importantes obras, dentre as quais se destacam: *Compêndio de montanhística, geometria subterrânea e docimasia metalúrgica*, que era seu compêndio em Coimbra, *Testamento metalúrgico*, *Memória sobre o trabalho e manipulação das minas de ouro em geral*, *Observações sobre várias minas de ouro da Europa*, *Viagem geognóstica feita pela província de São Paulo*. Foi ainda tradutor de Virgílio e escreveu um *Ensaio de história contemporânea*.

Justiniano José da Rocha – Nascido em 1812 na cidade do Rio de Janeiro, nela faleceu aos 50 anos de idade. Tendo recebido sua educação primeira na França, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1833. Nomeado professor de História e Geografia do Colégio Pedro II em 1838, foi logo em seguida nomeado lente de Direito Militar da Escola Militar em 1841. Além do magistério, foi deputado e jornalista, ocupação que lhe valeu maior fama. Polemista ácido, entrou em inúmeras contendas pela imprensa. Sagaz observador da política nacional e escritor reconhecido, morreu contudo pobre, tendo deixado vasta obra, da qual destacam-se: *Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil e especialmente sobre o Jury...*, *Compendio de Geografia elementar*, *Compêndio de História Universal*, *Inglaterra Brasil*. *Tráfego de escravos*, *Ação reação*, *transação* e *Monarquia e democracia*.

Manoel Antônio de Almeida – Nasceu em 17 de novembro de 1830 na cidade do Rio de Janeiro e aí faleceu aos 31 anos, vítima do naufrágio do vapor Hermes. De família pobre, conseguiu estudar Medicina na Corte. Foi funcionário público em várias repartições, sendo um de seus mais destacados cargos o de Diretor da Ópera Nacional. Prosador e poeta, foi redator do *Correio Mercantil*, tendo escrito, entre outras: *Memórias de um sargento de Milícias*, *O rei dos mendigos* (romances históricos), *Dous amores* (drama lírico), *A música sagrada no Brasil*, *Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense* e *Iconografia brasileira*.

Manoel de Arruda Câmara – Nasceu em 1752 na vila de Pombal, na Paraíba, e faleceu em Pernambuco em 1810. Religioso carmelita professo em 1783 foi, com as despesas necessárias, para a metrópole portuguesa, onde matriculou-se no curso de Medicina da Universidade de Coimbra, o qual foi obrigado a interromper em função da perseguição que sofriam ali os alunos simpáticos às “idéias francesas” e sua doutrina revolucionária. Conseguiu concluir o curso de Medicina em Montpellier e, em sua passagem por Portugal no regresso ao Brasil, foi nomeado para acompanhar como naturalista a José Bonifácio de Andrada e Silva em sua excursão científica pela Europa, que recusou. No Brasil, atuou como médico em Pernambuco e na Bahia. Faleceu vítima de enfermidade adquirida nas investigações que fazia à lugares paupérrimos. Membro de várias academias científicas, escreveu, entre outras: *Memória sobre o algodão de Pernambuco*; *Memória sobre as plantas de que se pode fazer a baunilha no Brasil*, *Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos, próprios para muitos usos da sociedade e suprir a falta de cânhamo*, *Tratado de agricultura* e *Tratado de lógica*.

Manoel Jorge Rodrigues – Nasceu em Vitória, ES, em 29 de maio de 1862 e morreu na mesma capital a 19 de agosto de 1886. Poeta precoce, iniciou-se também cedo na imprensa, publicando seus primeiros versos numa folha que redigiu em Taubaté. Com um irmão, fundou um colégio no distrito de Juiz de Fora, atividade que abandonou em função de enfermidade sofrida pela esposa. Além de inúmeras poesias publicadas em periódicos, deixou: *Fugitivas*, *Manhãs de estio* e os periódicos que editou: *O arauto de Minas*, *Gazeta de Taubaté*, *Pharol* e *O Domingo*.

Manuel Marques Brandão – Natural da Bahia, viveu no início do século XIX. Presbítero secular e cônego da Sé metropolitana, foi em Salvador provisor e vigário capitular. Dito um sacerdote ilustrado, deixou inúmeros inéditos como um *Direito eclesiástico brasileiro*.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 2º - Filho de pai homônimo e irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva 2º,

nasceu em Mucidan, nos arredores de Bordeaux, na França, durante o exílio de seu pai, a 10 de julho de 1825 e faleceu em São Paulo a 2 de março de 1886. Bacharel e doutor pela universidade de sua cidade natal, lá foi também lente substituto e depois catedrático. No Brasil, foi deputado por São Paulo várias vezes a partir de 1848; fez parte do gabinete de 3 de agosto de 1866, ocupando a pasta dos Negócios Estrangeiros e depois a da Justiça, nomeado em seguida conselheiro de Estado.

Martim Franscisco Ribeiro de Andrada, 3º – Nasceu em São Paulo em 1853, onde formou-se em Direito em 1875, dedicando-se à advocacia na cidade de Limeira. Foi deputado provincial e duas vezes eleito à assembléia geral. Após ter presidido a província do Espírito Santo em 1882, recusou a comenda da Ordem da Rosa. Em 1885, desligou-se do Partido Liberal, passando a pregar a separação de São Paulo no *Diário Popular*. Na República, foi indicado para senador e ocupou o lugar de secretário da Fazenda do Estado, tendo sido preso durante os levantes contra Deodoro. Escreveu, entre outras, *Os precursores da Independência e Propaganda separatista*.

Pedro I – Filho de D. João VI e de Dona Carlota Joaquina, chegou ao Brasil em 1808, com a família real em fuga de Napoleão aos 7 anos de idade. Tendo primeiramente se casado com D. Leopoldina, filha de Francisco I, imperador da Áustria, com ela concebeu o herdeiro, viúvo, casou-se novamente, mas perseguiu-lhe a vida toda a fama de aventureiro e mulherengo. Após o retorno de D. João VI a Portugal, assumiu do pai o trono do Império brasileiro, num momento de grande agitação política, declarando a emancipação política do país. Com tendências autoritárias, desmanchou a assembléia constiuente em 1823 e outorgou a Constituição de 1824, um dos esteios do Estado nascente, onde criava, ao lado dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), a figura polêmica do “poder moderador”, que atribuía ao Imperador um lugar acima dos poderes estabelecidos. Cultor das paixões e da boa música, deixou várias composições, sendo a mais famosa delas o “Hino à Independência do Brasil”.

Pedro II – Filho do Imperador precedente e da Arquiduquesa da Áustria D. Leopoldina, nasceu no Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1825 e faleceu em Paris a 5 de dezembro de 1891, no exílio a que foi submetido com sua família após a Proclamação da República. Foi sucessor de D. Pedro I desde a Abdicação (07 de abril de 1831) deste ao trono do Império do Brasil em função da disputa com D. Miguel pelo trono de Portugal. D. Pedro de Alcântara foi declarado maior a 23 de julho de 1840 e sagrado imperador e coroado a 18 de junho do ano seguinte, numa manobra das facções áulicas para pôr fim ao período explosivo das regências. Educado para governar, foi dado às letras e às artes, que patrocinou praticamente sozinho durante seu longo reinado: a gestão do Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a participação do Brasil nas exposições universais e o mecenato de inúmeros escritos e artistas o testemunham. Durante seu reinado, o Império conheceu seu esplendor e declínio.

Rui Barbosa – Nasceu em Salvador a 5 de novembro de 1849, graduando-se Bacharel em Direito em São Paulo aos 21 anos. Jurista, publicista, polemista, político, orador parlamentar e escritor, é um dos homens de letras que marcaram a vida pública do país durante o Império e depois a República. Foi por várias vezes deputado provincial e geral, conselheiro do Imperador durante o Império, tornando-se o primeiro ministro da Fazenda após o advento da República. Sócio vitalício do Imperial Instituto de Londres, sócio fundador da Academia Brasileira de Letras, general de brigada, publicou, entre outras: *A liberdade religiosa, O estado de sítio, sua natureza, seus limites, seus efeitos, Finanças e política da República, Cartas de Inglaterra*. Tem como mácula em sua biografia o ter mandado destruir milhares de documentos arquivísticos após a queda do Império e a Proclamação da República.

Zacarias de Góis e Vasconcelos – Nasceu em Valença, na Bahia, a 5 de novembro de 1815 e faleceu no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1877, tendo sido graduado Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, professor neste mesmo

estabelecimento, senador do Império, conselheiro do Imperador, comendador da Ordem da Rosa, entre outras distinções. Afastou-se do magistério para abraçar a carreira política, tendo exercido cargos como o de presidente das províncias de Sergipe, Piauí e Paraná, a qual ajudou a fundar como seu primeiro presidente nomeado. Foi senador e ocupou, em vários gabinetes, as pastas da Marinha, do Império, da Justiça e da Fazenda, sendo organizador de três gabinetes. Entre seus escritos mais importantes encontram-se *Da natureza e limites do poder moderador*, vários *Discursos* parlamentares compilados, *Manifesto do Centro liberal* e o *Programa do Partido Liberal*.

O Brasil Imperial

Créditos das ilustrações e fotos:

- . *Editora Ex Libris;*
- . *Editora Vila Rica;*
- . *Coleção José Mindlin;*
- . *Fundação Biblioteca Nacional;*
- . *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

DOWNLOAD FREE